

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

**DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a
engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências**

Gabriel José da Silva Neto

Anápolis – GO

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: filosofia, sociologia, história.

**DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a
engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências**

Gabriel José da Silva Neto

Anápolis – GO

2020

GABRIEL JOSÉ DA SILVA NETO

**DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a
engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de Concentração: Fundamentos da Educação: Filosofia, Sociologia, História.

Orientador: Prof. Dr. Ged Guimarães.

Anápolis – GO

2020

**DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a
engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação,
Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação,
Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em de
de

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ged Guimarães (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Orientador/Presidente

Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Membro Interno

Profa. Dra. Adriana Delbó Lopes (Universidade Federal de Goiás – UFG)

Membro Externo

Prof. Dr. André Luiz dos Santos (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Membro Convidado

Anápolis-GO., de de

Dedico este trabalho à memória de Michel
Foucault.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família por minha formação, pelo apoio e pela paciência ao longo destes anos. Agradeço especialmente à minha mãe por ter sido minha professora no Ensino Fundamental I por 2 anos, onde tive a oportunidade de vê-la sob outro prisma: a Mírian professora. Pela educação que dela recebi aprendi os primeiros passos da leitura e da escrita, e sempre ouvi que a leitura era muito importante. Portanto, agradeço à minha mãe por ter formado em mim o hábito da leitura e da escrita desde meus primeiros rabiscos.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Ged Guimarães por todo tempo de orientação, pela atenção, paciência e sabedoria. Agradeço pelo constante respeito que teve comigo, por ter acreditado em meu potencial desde a seleção para o programa, agradeço pelo carinho nas colocações, pelo reconhecimento dos méritos, mas principalmente pelo apoio em superar as dificuldades, certamente me mostrou como deve ser e como deve agir um Professor. Agradeço também ao Prof. Dr. Ged Guimarães pelas horas de conversa, pela amizade, pelas inúmeras reflexões, indicações e cômicos diálogos que tornaram esta jornada certamente muito mais fácil.

Meus sinceros agradecimentos também ao Prof. Dr. André Luís pela disponibilidade em ser meu coorientador. Mesmo tendo seus inúmeros afazeres e compromissos, não deixou de dispensar atenção a mim e a minha pesquisa, fazendo sempre as melhores observações, correções e dando sempre sugestões extremamente úteis para minha formação. Tanto foi sua atenção comigo que por diversas vezes me emprestou materiais pessoais para que eu pudesse estudar e prosseguir com minha pesquisa. Também o agradeço pela amizade, pelos diálogos mais diversos, que certamente levarei em minha memória por toda vida.

Agradeço, ainda, à esta banca, sobretudo às Professoras Dra. Adriana Delbó e Dra. Vera Lúcia Pinheiro, por terem aceitado o convite de participarem tanto de minha banca de qualificação, quanto de minha banca de defesa, fazendo sempre observações cirúrgicas acerca de melhorias no meu trabalho. Para mim, minha banca de defesa não poderia ser melhor composta. Expresso minha sincera admiração pela carreira de cada um dos senhores, são exemplos para mim!

Meus sinceros agradecimentos a minha turma de mestrado, pelos momentos maravilhosos que vivemos, pelas centenas de experiências compartilhadas e por tanto amor e carinho envolvido. Obrigado meu irmão Geraldo, minha amiga Ana Carolina e demais colegas que, mesmo não tendo sido citados, certamente estão gravados em minha memória.

Agradeço, finalmente, a todos os que – de certa forma – estiveram envolvidos na realização deste trabalho, quer seja me motivando pessoalmente, ou acreditando em mim. Obrigado!

O poder político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

Michel Foucault

RESUMO

O advento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em 2017 reacendeu o debate acerca da instituição dos currículos padronizados. Este debate já foi testemunhado em todo o mundo e já há um bom tempo vem dividindo opiniões entre líderes políticos e intelectuais acadêmicos. O debate atual questiona – entre outras coisas – as reais consequências da aplicação de um currículo padronizado, com diretrizes padronizadas para todo o sistema educacional brasileiro. Compreendendo que o processo de formação dos alunos representa – na história moderna – uma importante etapa na constituição da vida humana, qualquer interferência oficial sobre esse processo pode representar uma agência biopolítica, que sutilmente se instaura como ferramenta sutil inclusive no atual Estado Democrático de Direito. Tal agência biopolítica pode ser compreendida dentro dos estudos de Michel Foucault como a arte de gerir, de administrar a vida humana em todos os seus aspectos, não se restringindo ao campo biológico. Dentro dos estudos de Foucault acerca da Biopolítica, fica clara a importância dos conceitos de disciplina, governamentalidade e docilização e sobretudo da análise da vida humana sob um viés utilitário, que compõem um conjunto de estratégias utilizadas na biopolítica para gerir/administrar a vida dos indivíduos buscando torná-los dóceis, maleáveis, portanto, sujeitos ao controle e à consecução de determinadas finalidades. Por entender que a elaboração e vigência da nova Base Nacional trata-se de uma agência biopolítica em busca de alcançar determinadas finalidades é que a presente pesquisa procurou investigar a BNCC sob a ótica da Biopolítica, procurando compreender como a instituição desse novo currículo representa uma clara interferência nos processos de formação da vida humana, sobretudo na educação. Para tanto, o presente trabalho estruturou-se sob os moldes da pesquisa bibliográfica, analisando o documento da BNCC com base nos fundamentos teóricos abordados nos primeiros capítulos. Por meio da análise da BNCC sob a ótica da biopolítica foi possível observar que a proposição e vigência desse novo currículo padronizado representa uma clara interferência em uma das mais importantes etapas de formação da vida humana: a educação, uma vez que propõe uma formação voltada à instituição de um capital humano valioso para fins de mercado, mas pouco orientado no sentido do exercício da vida em suas diversas esferas. Assim, restou comprovado que num processo histórico em que a BNCC representa uma etapa, os indivíduos e a escola se tornaram objetos das relações de mercado, analisados puramente em termos utilitaristas e considerando seu valor, seu potencial produtivo, para o mercado capitalista.

NETO, Gabriel José da Silva Neto. DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências. 2020. 112 páginas. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO., 2020.

Orientador: Prof. Dr. Ged Guimarães

Defesa: de de

O presente trabalho é o relato de pesquisa desenvolvida

.....

Palavras chave: Filosofia, Educação, Biopolítica, BNCC.

ABSTRACT

The advent of the Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Common National Curriculum Base) in 2018 relight the debate about the institution of standardized curriculum. This debate was already witnessed in all world and it's been a long-time sharing opinions between politicians and academic intellectuals. The current debate question – between other things – the real consequences of the application of a new standardized curriculum to all brazilian educational system. Understanding that the process of formation of students presents one important stage in the constitution of human life, any official interference on this process can presents a biopolitical agency, which subtly settles itself down as a tool, mainly on current Democratic State. Such biopolitical agency can be understood inside the studies of Michel Foucault as the art of manage the human life in all its aspects, not only in the biological field. Inside the Foucault's studies about Biopolitics, is clear the importance of the concepts of discipline, governmentality and docilization and mainly the analysis of human life under a utility point of view, which tools composes a complex of strategies used by Biopolitics to manage the individuals' life, looking for make them dociles, malleable, therefore, subjects to the control and the achievement of certain purposes. Comprehending that the elaboration and validity of new National Base is a Biopolitical agency looking for achieve certain purposes is that the current research looked to investigate the BNCC under the Biopolitics optics, searching understand how the institution of this new curriculum presents a clear interference in human life and, then, look to achieve certain purposes with that interference. Therefore, the current paper was structured under the bibliographic research patterns, analyzing the document of BNCC based on theoretic fundamentals showed in initial chapters. Through the analysis of BNCC under the optics of Biopolitics was possible to see that the proposition and validity of this new standardized curriculum presents a clear interference in one of the most important stage of human life formation: the education, once it proposes a formation entirely focused to institution of a valuable human capital to the market, but little or nothing oriented to the exercise of life in its most complex dimentions. So, remained proven that in a historical process in which BNCC presents just a single stage, the individuals and the school both became objects in the market relationships, as they became seen purely in utility terms and considered just by their value, their productive potetial to the capitalist market.

NETO, Gabriel José da Silva Neto. DISCIPLINA, GOVERNAMENTALIDADE E DOCILIZAÇÃO: a engenharia da biopolítica e o sentido da formação de competências. 2020. 112 páginas. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO., 2020.

Orientador: Prof. Dr. Ged Guimarães

Defesa: de de

This work reports a research which was conducted.....

.....

Key words: Philosophy, Education, Biopolitics, BNCC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - FOUCAULT E O PERCURSO DA MICROFÍSICA O PODER À BIOPOLÍTICA.....	17
1.1. O contexto político, histórico e social definido e ajustado pela microfísica.....	19
1.1.1. A utilidade social do suplício.....	20
1.1.2. O panóptico como um lugar de observação e interferência sobre o comportamento humano.....	24
1.2. A constituição de saberes e as questões sanitárias como política.....	27
1.3. A atuação da medicina como uma tecnologia de poder do século XVIII em diante.....	29
1.3.1. A intervenção da economia e a formação de um sistema de limitação dos poderes do governante.....	34
1.4. A formação do aparato tecnológico da biopolítica.....	39
1.4.1. A medicina social.....	40
1.4.2. A nova concepção de trabalho.....	40
1.4.3. A formação do capital humano.....	41
1.4.3.1. O instituto do casamento a serviço da biopolítica.....	43
1.4.4. A Lei Criminal a serviço da biopolítica.....	44
1.4.5. O controle da sexualidade a serviço da biopolítica.....	45
1.5. A biopolítica.....	48
CAPÍTULO 2 – UM BREVE ESTUDO GENEALÓGICO DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO À βίος – A VIDA HUMANA.....	52
2.1. A ideia de educação antes da πόλις (pólis).....	52
2.2. A formação humana durante e imediatamente após o surgimento da πόλις (pólis).....	54
2.3. Paidéia: a formação do ἄνθρωπος (antropos).....	56
2.3.1. Sócrates e Alcibíades.....	60
2.4. O salto histórico.....	63
2.5. A descoberta do corpo como objeto de poder e a formação do capital humano.....	64
2.6. A disciplina como caminho para a docilidade.....	69
2.7. As repercussões da instituição do capital humano.....	72
2.8. A objetivação do homem – o “capital humano”.....	73
2.9. Principais características da educação para formação do capital humano.....	75

CAPÍTULO 3 – BNCC: A GOVERNAMENTALIDADE VIABILIZADA PELA EDUCAÇÃO.....	80
3.1. A sutil estratégia do “empreendedorismo” na educação	82
3.2. O impacto da lógica que orienta a sociedade do conhecimento na educação	84
3.3. Comentários gerais sobre a Base Nacional Comum Curricular	86
3.3.1. O programa Todos pela Educação.....	86
3.3.2. A proposta da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica	89
3.4. O conceito de competência na BNCC e sua problematização.....	94
3.4.1. O sentido das competências gerais e a formação do stultus	100
3.5. Uma contraproposta à BNCC	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

Em 2017 foi apresentado pelo Ministério da Educação o projeto original do que viria a ser conhecido como a nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O projeto contou com a colaboração de várias corporações privadas como a Fundação Telefônica Vivo, a Fundação Bradesco, o Itaú Social, a Fundação Vale, Gol Linhas Aéreas, Fundação Roberto Marinho, Burger King e outras mais, cabendo destacar que tais entidades são fundações/associações administradas por Bancos e grandes conglomerados empresariais multinacionais.

A princípio, a múltipla colaboração dessas entidades públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) é anunciada como uma parceria benéfica à educação nacional, até considerando a oportunidade de investimentos milionários oriundos (ou não) de patrocínios internacionais, com a colaboração de agentes estrangeiros com a proposta de aplicação de recursos e estratégias consideradas inovadoras para uma transformação do cotidiano escolar.

Ocorre que desde o lançamento do projeto grande parte da comunidade acadêmica, sobretudo aqueles pertencentes à área da educação, filosofia, história e ciências sociais, vem se manifestando de forma contrária à instituição da BNCC. Com fundamentada oposição, oferecem uma série de justificativas cuja abordagem se concentra – principalmente – no sentido de criticar a padronização dos currículos por afrontar as distintas realidades e necessidades sociais, econômicas e acadêmicas do cenário educacional brasileiro.

Os embates entre a comunidade acadêmica e a liderança política que apoia a instauração da BNCC ficaram marcados por tais enfrentamentos ideológicos, quer seja em ações ativas manifestadas em audiências públicas, ou por meio de manifestações passivas na redação de textos científicos, notas e comunicados publicados desde o início do projeto da BNCC. Apesar dos embates, das oposições e dos argumentos teóricos apresentados pela comunidade acadêmica que se opôs à instituição de um currículo padronizado, o projeto da BNCC foi formalmente concluído e oficializado no início do ano de 2019, quando chegou à sua versão final já publicada e vigente desde então.

O documento institui um currículo nacional padronizado e tem aplicação obrigatória para toda a rede de educação (pública e privada) e embora já esteja vigente e – em tese – já deva ser integralmente seguido nos espaços escolares, há grande incerteza no campo prático sobre a forma de sua real aplicação, já que apesar de ter sido formulada a nova Base, não houve a instituição de qualquer documento que regulamentasse sua aplicação no cotidiano escolar. Ante tal ausência, cada escola vem aplicando a Base de acordo com sua realidade, criando um

cenário paradoxal entre a instituição de um currículo que se anuncia como padronizado e a realidade existente que expressa total diversidade no sentido de que cada escola vem organizando de forma prática a aplicação deste currículo.

A comunidade acadêmica por sua vez continua reafirmando sua oposição à BNCC principalmente ao considerar que a proposta de um currículo padronizado prejudica o trabalho do professor que precisa adaptar a expectativa da implementação da Base à realidade da demanda social da escola e dos alunos. Uma análise crítica permite a observação de que a instituição do currículo padronizado elimina (ou pelo menos reduz) a importância do trabalho do professor tornando-o um mero instrutor que deve seguir um manual já estabelecido. Outro argumento crítico é de que a instituição de um currículo padronizado prejudica aqueles alunos socialmente desfavorecidos ao impor desenvolvimento e saber de determinadas habilidades não considerando as reais e verdadeiras condições e necessidades sociais.

Todavia, mais importante que questionar a aplicação da Nova Base Curricular é questionar o documento em suas entrelinhas, colocando em questão não somente sua aplicação no plano prático, mas principalmente as intenções que motivam a instituição do projeto com os resultados que se pretende alcançar com sua aplicação. Assim, questiona-se: Quais interesses estão por trás da instituição de um currículo padronizado? Quais resultados pretende se produzir com a instituição de dez competências gerais para toda Educação Básica?

Neste sentido, a filosofia proporrá questionamentos à ideia de um currículo padronizado que prioriza a formação por e para determinadas competências. Como nossa base bibliográfica, Michel Foucault durante grande parte de sua vida dedicou-se aos estudos e à compreensão das relações de poder, ficando claro que de todas as relações de poder existentes, é o Estado quem exerce a mais expressiva posição em relações de poder, se analisado em relação aos seus integrantes, o povo. Na obra “O Nascimento da Biopolítica” o autor francês descreve a conjuntura político-filosófica-social que marca o surgimento da biopolítica, que em poucas palavras pode ser compreendida como a arte de gerir, de administrar a vida humana em todas as suas esferas, não somente na esfera biológica. Ocorre que dentre a conjuntura política-filosófica-social que marca o surgimento da biológica, vemos como o capitalismo utilizou-se da biopolítica como uma ferramenta que viabilizasse sua consolidação e fortalecimento, sobretudo ao potencializar a transformação do homem em um objeto da relação de poder, posicionando o mercado como novo sujeito dessa relação.

Essa objetivação do homem é analisada por Foucault como um processo que tem início no momento em que se percebe que o homem tem em seu corpo um alto potencial produtivo gerando lucro sem exigir para tanto um investimento inicial em maquinário, já que o próprio

corpo é a máquina e todos recebemos nosso corpo gratuitamente ao nascermos. Assim, se o homem pode ser visto como uma máquina lucrativa e se o mercado se torna o novo sujeito¹ das relações de poder, o homem (sobretudo seu corpo e sua mente) deve ser empregado na geração de lucros.

Todavia, o processo de objetivação do homem não ocorreu de forma tão simples. Ocorreram sucessivas mudanças no plano social, dentre as quais Foucault estudou o nascimento da medicina social e procurou aprofundar seus estudos na história da sexualidade e como tais mudanças colaboraram na constituição de saberes acerca do próprio homem, de seu corpo e de sua mente. Aliado à ideia de que o homem é uma máquina que tem potencial de gerar lucro, encontramos as tecnologias do saber que se constituíram sobre o homem, formando a compreensão de que o homem possui um valor monetizável, portanto, um capital, um “capital humano”, fazendo uso assim da mesma terminologia de Foucault. Esse capital humano busca representar todo potencial que determinado indivíduo possui de produzir e gerar riqueza e o valor pecuniário associado a tal potencial.

No campo da medicina, compreendendo-se que se as doenças puderam (e podem) ser controladas através de rígido controle e uma extensa tecnologia de saberes, e no campo da sexualidade, se os desvios e aberrações puderam ser regulados através de semelhante controle rígido e uma extensa rede de saberes, é de compreendermos que o corpo humano como um todo pode também ser aprimorado no sentido de produzir mais se submetido a um controle rígido e a uma extensa tecnologia de saberes da mesma natureza dos que foram aplicados na medicina e na sexualidade. Portanto, esta é a lógica que orienta a formação de um capital humano que espera ser mais distinto, mais aprimorado, portanto, mais valioso a serviço do mercado.

E a biopolítica, como uma tecnologia de poder utilizada pelo capitalismo, procurará intervir em diversas esferas da vida humana buscando agir sobre o homem objetivado, pretendendo assim a constituição de um capital humano mais valioso ao mercado, portanto, mais apto, mais docilizado, mais governamentalizável, mais suscetível a adaptar-se às expectativas do mercado. Compreendendo que a educação é uma importante esfera da vida humana e que constitui parcela importante na formação desse capital humano é que podemos

¹ Ao falarmos do mercado como sujeito, buscamos utilizar a compreensão de “sujeito” no sentido de apontar aquele que exerce o controle, aquele que exerce as ferramentas de poder. Evidente que o mercado não é um sujeito dotado de “personalidade” ou “pessoalidade”; todavia, conforme Adam Smith (2017) refletiu, há uma “mão invisível” que rege o mercado, portanto, essa mão invisível, essa entidade misteriosa, essa corporificação “sobrenatural” é que representa o “sujeito”, enquanto o homem torna-se “objeto”, portanto, coisa, ferramenta, destituído de suas mais complexas esferas de existência e feito máquina produtiva conforme veremos doravante.

refletir que determinada estratégia educacional, a depender de suas proporções, pode claramente constituir-se uma agência biopolítica a serviço dos interesses do Estado Capitalista.

Ao observarmos que a BNCC está desde sua fase inicial alinhada aos interesses capitalistas, podemos considerar que esse novo currículo nacionalmente padronizado certamente utilizar-se-á da biopolítica, sobretudo das ferramentas disciplinares, para tornar os indivíduos cada vez mais adaptados às expectativas do mercado, portanto, dotados de um capital humano cada vez mais valioso sob a perspectiva do mercado.

Para tanto, a presente pesquisa que se pautou sob a metodologia da pesquisa bibliográfica, se estruturou em três capítulos, sendo que os dois primeiros capítulos são conceituais e o terceiro é a análise da BNCC à luz da teoria de Michel Foucault.

No primeiro capítulo procuramos refletir acerca da Biopolítica, demonstrando como tal conceito se desenvolveu e se manifestou ao longo dos séculos, dando especial ênfase aos contextos históricos, políticos e sociais que marcaram suas diferentes etapas.

No segundo capítulo apresentamos uma breve retrospectiva histórica da educação, procurando demonstrar como a educação esteve presente na vida humana em distintos momentos da história, dando ênfase às origens da educação onde se buscava atingir o ideal de formação para o exercício da vida em todas as suas esferas, não destinando-se somente para o exercício do trabalho. Assim, o cuidado de si aparece como importante marco na história da educação e de sua filosofia, marcando o momento em que se buscava formar para a vida humana em toda sua complexidade.

No terceiro capítulo, realizamos a análise da BNCC, procurando compreender primeiramente como esse documento se localiza na atual conjuntura da educação, apresentando de forma geral sua proposta e sua evolução ao longo da história da educação. Em um segundo momento, procuramos questionar diversas ideias postas no texto da BNCC considerando os conceitos refletidos por Foucault e apresentados nos capítulos anteriores, buscando assim traçar uma crítica à proposta da BNCC.

Considerando o conceito filosófico da Biopolítica e o contexto histórico-social apresentados nos primeiros capítulos e recontextualizados nessa análise da BNCC, procuramos demonstrar como esse documento poderá interferir na vida humana sob uma perspectiva biopolítica considerando o papel do mercado como novo sujeito que, por óbvio, empreenderá estratégias para atingir suas finalidades mirando as instituições basilares da sociedade como é o caso da educação.

Portanto, a realização dessa pesquisa teve por objetivo principal a investigação da BNCC como uma estratégia potencialmente biopolítica, buscando traçar um trabalho

basicamente conceitual e de reflexão filosófica acerca do novo currículo, esperando assim contribuir, ainda que de maneira singela, para a atual discussão acerca da aplicação da BNCC.

CAPÍTULO 1 – FOUCAULT E O PERCURSO DA MICROFÍSICA DO PODER² À BIOPOLÍTICA

Em meados do século XIV, mais especificamente entre os anos 1343 e 1353, a Eurásia testemunhava a pandemia da bactéria *Yersinia pestis*, que era transmitida ao ser humano através das pulgas que infestavam roedores, mais especificamente os ratos pretos. A peste negra, ou morte negra, como ficaria conhecida a pandemia de resultados catastróficos, ceifou a vida de milhões de pessoas. Não há na história uma estimativa dos prejuízos reais que a infestação tenha causado, mas é certo que os impactos sentidos pela população da época tenham sido sentidos por muito tempo, e o *medo* da doença – que trazia a morte – se arraigou na população (CAETANO, 2012).

Historicamente, a peste negra situa-se num contexto marcado pela influência política e religiosa da Igreja Católica. Numa perspectiva teológica, a religiosidade posicionou a peste negra como uma crise pandêmica resultante de um castigo divino. Portanto, instituía-se uma cultura de *medo*³ que tornou a comunidade suscetível a um tipo de controle que, muito embora fosse subliminar, subjugava todos a um completo esquadrinhamento. Segundo Caetano (2012, p. 44-45):

Voltando no contexto, não podemos esquecer da peste que envolvia o comportamento coletivo, provocando o medo e o pânico; episódio que ataca a Europa, sempre desaparecendo e reaparecendo criando um estado de ‘nervosismo e medo na população’. A peste era vista como um pesadelo que vinha junto com a fome e a guerra, uma ‘praga’ que ataca o mundo, que envolve a violência, sendo vista por diversos povos como impetuosa, com um ideal de punição divina (CAETANO, 2012, p. 44-45).

² Tal perspectiva recebe esta nomenclatura por atuar de forma encadeada em diversas relações usuais humanas. Assim, poderia ser compreendida a perspectiva macroscópica como a relação mais expressiva de poder que conhecemos: o Estado em relação a seus governados. Entretanto, a relação microscópica estabelece-se entre relações de individuais, formando uma extensa e densa teia de poder que entrelaça e vincula todos os indivíduos sob a mesma relação macroscópica. A agência desta relação microscópica foi denominada por Foucault (1979) de *Microfísica do Poder*, portanto, as micro agências, as relações de poder de indivíduos com indivíduos, constituindo a grande teia relacional do poder que compõe qualquer sociedade.

³ Conforme reflete Foucault; “Quando os juristas dizem: quando se contrata, no plano do contrato social, ou seja, quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, para delegar a um soberano um poder absoluto sobre eles, por que o fazem? Eles o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida” (FOUCAULT, 2010a, p. 203). Desta maneira, o medo aparece como ferramenta que possibilita a governamentalidade, pois é o medo do perigo e a necessidade de sobreviver que quebra a autonomia dos corpos reduzindo-os à docilidade; é pelo constrangimento causado por este sentimento que se torna possível a dominação.

A noção de que a peste negra poderia representar não um castigo divino mas sim uma crise sanitária não ocorreu de imediato à mentalidade medieval, mas ainda assim, alguns esforços foram tomados em prol da melhoria das condições sanitárias e da higiene do povo de forma que os impactos da peste negra fossem minimizados e, ainda, outras epidemias pudessem ser evitadas. É o que Rita de Cássia Barata (1987, p. 10) analisa:

As medidas profiláticas recomendadas pela Faculdade de Paris, em 1348, compreendiam a fumigação dos domicílios com incenso de flores de camomila bem como as praças e lugares públicos. As pessoas deveriam abster-se de comer galinha ou carnes gordas e azeite. Não deveriam dormir após a aurora, os banhos eram considerados perigosos e as relações sexuais, fatais. O quarto dos doentes deveria ser lavado com vinagre e água de rosas (BARATA, 1987, p. 10).

E mesmo com a ascensão do Renascimento (meados do século XIV ao fim do século XVI) e o advento do Iluminismo (início do século XVII ao fim do século XVIII) e todo o desenvolvimento da ciência protagonizado a partir de então, os conhecimentos da medicina eram muito restritos, e talvez não fossem tão adequados à prevenção e ao tratamento das doenças. Ainda não se falava em salubridade, conceito que, segundo Foucault (1979) só chegou a ser utilizado muito tempo depois, já por volta do fim do século XVIII.

Em boa parte da Europa, já no século XVIII e num contexto de organização política e social de grandes cidades, Foucault (1979) narra que os cemitérios ainda ocupavam pequenas porções de terra localizadas no centro das cidades, onde os corpos se amontoavam sem qualquer tratamento sanitário adequado e se decompunham a céu aberto. Em Paris, a acumulação de corpos no “Cemitério dos Inocentes”⁴ era tamanha que transbordava os muros do claustro e caíam do lado de fora do cemitério, onde havia casas construídas. A quantidade de cadáveres decompostos e em decomposição era tamanha que pressionava as casas ao redor provocando até mesmo o desmoronamento de algumas delas. Era comum, então, ver esqueletos humanos espalhados ao redor do claustro.

Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1979, p. 87).

⁴ Cemitério comunitário localizado na região central de Paris destinado a pessoas que não possuíam condições financeiras suficientes para pagar um túmulo individual.

O que nos parece possível observar diante da situação histórica refletida por Foucault (1979), é que mesmo que a ciência tenha tido desde muito tempo condições de formar uma medicina que desenvolvesse condições sanitárias mínimas para o tratamento e a prevenção de doenças e epidemias como a Peste Negra, foi somente com a consolidação das cidades como um *locus* político e social (e não meramente um conglomerado de pessoas) que veio a surgir a preocupação com a vida humana no sentido de alongá-la tanto quanto fosse possível. Assim, somente quando a cidade se tornou um ambiente político, um centro social, que passou a se refletir a possibilidade de buscar melhorar a vida em sua qualidade e, para tanto, desenvolver mecanismos que evitassem a doença. Antes do século XVIII não se falava em cuidados sanitários; foi somente com esse “pânico urbano” – trazido pela modernidade – que as questões sanitárias passaram a ocupar o plano central das preocupações humanas para dominar fenômenos médicos e políticos.

1.1. O contexto político, histórico e social definido e ajustado pela microfísica

Ao refletirmos sobre o que representa atualmente o conceito de “sociedade” precisamos levar em consideração a perspectiva de que a sociedade surge – na perspectiva contratualista – tendo como prioridade a conservação de vida dos indivíduos membros daquela sociedade. Nessa perspectiva, os contratantes (indivíduos membros) supostamente admitiram certa limitação de suas liberdades em troca de sua preservação, de sua conservação, de sua sobrevivência. Essa limitação se operaria através da instituição de determinadas regras que limitavam a liberdade plena que, na hipótese contratualista, imperava na fase anterior à instituição da sociedade. Portanto, a existência de determinadas regras se mostra fundamental para a garantia da ordem de qualquer sociedade.

Por exemplo, em uma sala de aula de uma escola qualquer existem inúmeras regras de convívio entre os alunos; não usar os objetos dos colegas sem a sua permissão, evitar ruídos e conversas que atrapalhem a aula, sentar-se no seu devido lugar etc. Nenhuma destas regras são absolutamente “leis jurídicas” (às vezes não são nem positivadas), mas o convívio social naquela sala de aula implica que os membros adotem tais condutas se não desejarem sofrer algum tipo de consequência. O fato é que em toda sociedade (existindo ou não um direito positivado) há que se confessar a existência de regras de conduta que exigem respeito e obediência dos membros, sujeitando-lhes a consequências específicas caso ajam de modo desobediente.

Na sociedade que se desenvolvia por volta do século XVIII, o ideal de justiça atendia aos interesses do soberano, que para tanto, procurava eliminar o “mal” sob a promessa de que agindo assim, estaria garantindo maior segurança, força e vida a todos, ou pelo menos aos que interessavam ao soberano. Para tanto, o soberano, como representante da mais expressiva relação de poder (Estado), agirá em diferentes níveis.

Foucault designará principalmente dois níveis de exercício do poder: de um lado, as técnicas que têm como objetivo um treinamento ‘ortopédico’ dos corpos, as disciplinas e o poder disciplinar; de outro lado, o corpo entendido como pertencente a uma espécie [a população] com suas leis e regularidades (MAIA, 1995, p. 94).

Foucault aborda em parte de sua obra o que se denomina sociedade disciplinar. Por sociedade disciplinar podemos entender ser aquela que usa a disciplina como meio de regular e controlar a vida dos seus indivíduos. E de acordo com o que refletiu Diez, (2001, texto não paginado), a disciplina “[...] nem é um aparelho, nem uma instituição: ela funciona como uma rede que os atravessa sem se limitar a suas fronteiras; é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instituto de poder”. Portanto, a disciplina é a ferramenta típica dessa agência de poder.

1.1.1. A utilidade social do suplício

Foucault (2012) inicia sua abordagem de introdução a seu estudo sobre a sociedade disciplinar com a apresentação da narrativa angustiante e sangrenta do suplício de Damiens, uma cena bastante comum em praças públicas da Europa durante o fim do século XVII e início do século XVIII. O suplício representava o castigo físico aplicado aos criminosos que deviam ser executados com crueldade. Importava fazer doer, sangrar, urrar; era a satisfação da sede de sangue que simbolizava a retribuição justa ao crime do condenado.

Para tanto, toda uma estrutura era organizada, era o prenúncio de um espetáculo. O “palco” devidamente organizado, as ferramentas de tortura eram minuciosamente organizadas, afiadas, ajustadas, o(s) carrasco(s) tomava(m) sua(s) posição(ões) e então o condenado era trazido para dar início ao “show de horrores”. (FOUCAULT, 2012, p. 46) Pedacos de carne eram arrancados, cortes profundos eram realizados a gosto do carrasco, metais incandescentes eram postos ou derramados sobre o corpo e as feridas do acusado, tudo dependia da criatividade do carrasco ou das condições impostas pelo sentenciador.

Durante a execução do suplício certamente apenas os gritos de horror, dor e agonia do condenado eram ouvidos em toda a praça; a multidão silente contemplava com horror as agruras daquele que – por algum crime – era visto como quem havia ferido não só a vítima, mas toda a sociedade. Finalmente, quando o condenado já estava perto de expirar (ou mesmo já havia expirado) seu corpo era esquartejado por um plantel de cavalos, que atados aos seus membros posteriores e inferiores puxavam com força suficiente para os arrancar fora do corpo. A cabeça, degolada, juntamente com os membros dilacerados eram dispostos na fogueira para arder por algumas horas, sendo por fim tudo reduzido a cinzas.

Este espetáculo horroroso que constituía parte frequente da rotina da praça pública possuía a finalidade primeira de vingar o crime, mas por todos os horrores causados, disseminava a cultura do *medo*, o *medo* da punição, o *medo* do castigo, o *medo* do suplício que atuava como forma de controle e prevenção de crimes. “Porque é necessário que tenham medo, mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela” (FOUCAULT, 2012, p. 57). Quem contemplava o suplício deveria cultivar em seu íntimo o mais profundo pavor do crime e de sua punição.

Por muito tempo o suplício funcionou publicamente sob o apoio de parcela significativa do corpo social que se sentia satisfeito com a vingança pública e se satisfazia com o *medo* cultivado em prol da aversão ao crime, assim como também ocorria a exibição cruel do domínio exercido pelo Estado que garantia a punição do crime pelo uso da violência brutal. Entretanto, gradualmente a vingança pública tornava-se desconfortável, horrenda; o suplício já não mais atingia sua finalidade porque não mais existia o *medo*, o sentimento de horror vinha sendo gradualmente substituído pelo asco, pelo desconforto e pela rejeição. “Que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplícios que revoltam a humanidade” (DESJARDIN, A. 1883, p. 13-20, *apud* FOUCAULT, 2012, p. 71). O suplício de Damiens ocorre nesse contexto, num momento em que o sistema punitivo passava por uma “humanização” (FOUCAULT, 2012, p. 13), assim, o suplício causava mais desconforto do que propriamente produzia a vingança pelo crime cometido. Para quem contemplava as horrendas cenas do suplício de Damiens, ver seu corpo finalmente reduzido a cinzas foi um alívio, não porque vingado estava seu crime, mas sim porque o espetáculo do horror havia terminado.

Novas regras para a aplicação de penas começaram a ser introduzidas no ordenamento jurídico da sociedade europeia no sentido de que “se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo mais ‘elevado’” (FOUCAULT, 2012, p. 16).

Fato é que, mesmo com todas as mudanças que se operaram, com o fim dos suplícios em praça pública – por exemplo – o sofrimento era condição inerente à correção, inerente à disciplina aplicada; sobretudo na esfera criminal. O processo “ortopédico” de “correção” dos indivíduos mostrou-se dolorido por excelência. Entretanto, os horrores do suplício público não são mais desejados; a punição/correção/interferência pretende ser mais discreta.

Punições menos diretamente físicas, uma certa discricção na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (FOUCAULT, 2012, p. 13).

O que fica em evidência e releva-se como a polêmica dos suplícios é o que Foucault (2012) chama de espetáculo. Por muito tempo, as punições se davam de forma pública e eram extremamente severas. Eram arrancados pedaços humanos, queimados corpos vivos, esfaqueavam o criminoso com a faca do crime e despejavam substâncias incandescentes em suas feridas. Um verdadeiro espetáculo de horrores! Desejava com isso criar e transmitir o *medo*. Mas as mudanças históricas e sociais operadas durante a era das revoluções provocaram um giro na concepção de pena; os espetáculos eram cruéis demais, talvez até desnecessários, para não dizer completamente desconfortáveis. Por vezes o supliciado agonizava durante horas ante as terríveis torturas ou mesmo as tentativas de morte malsucedidas, como o caso de Damiens, por exemplo. Por volta do século XVIII essas cenas começaram a deixar de ocupar o espaço das praças públicas de toda Europa e começaram a se reservar ao interior das instituições penais.

Punia-se publicamente, em um espetáculo que objetivava causar temor; proporcionava-se um *show* de horrores quase circense e que, por vezes, exigia a presença obrigatória do povo como espectadores. Entretanto, conforme observamos, as mudanças sociais, políticas e ideológicas que marcaram o século XVIII, também influenciaram as práticas penais operadas até então. Conhecido por muitos como o século das luzes, o século XVIII ficou marcado por grandes movimentos sociais, sobretudo a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Tais movimentos influenciaram grandemente o pensamento ocidental, trazendo a pauta do humanismo que demandava um tratamento mais digno e mais humano também aos apenados.

É importante ressaltar que não há possibilidade de que um simples movimento social possa ter feito com que o Estado “mudasse de ideia” e deixasse de promover os suplícios. Ocorre que a nova abordagem das penas estava revestida de uma aparência humanista, uma aparência que proporcionava certo bem estar social ao deslocar a violência pública do suplício para uma estação mais reservada. Não obstante, a nova estação punitiva certamente mantinha os parâmetros de intensidade e expressividade do suplício. No novo instituto, “A certeza que vai ser punido é que deve desviar o homem do crime e não o mais abominável teatro, a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens”. (FOUCAULT, 2012, p. 14)

A intervenção que se operava no suplício extinguiu a vida do criminoso causando espanto e horror a quem testemunhasse a cena. Entretanto, numa era de novos caminhos, em que o extermínio público poderia representar certo desperdício de vida que poderia ser alterada em determinados parâmetros, era necessário aplicar as punições revertendo seu caráter cruel em um caráter utilitarista, ou seja: a partir da punição deveria ser possível construir, criar algo novo, transformar, corrigir. Podemos refletir – com a devida cautela – que pelo extermínio do criminoso apenas o horror era produzido, todavia, uma intervenção mais “sofisticada” seria possível produzir algo que não fosse somente o horror e a morte, mas que houvesse um fundo utilitário, de reforma, de mudança.

Conforme aponta Foucault (2012), o primeiro espaço da lei é o corpo; o corpo é visível e, pela dor, é também coercitivo. Etimologicamente, a lei serve para esquadrihar, tornar reto. É a virtude da ortopedia social⁵. No novo aparato jurídico de punição, que se formou num plano disciplinar (e não mais mortal), tratou-se de corrigir o crime sem a necessidade dos espetáculos abomináveis do suplício, além de utilizar das regras e estatutos disciplinares para construir algo novo a partir do sujeito criminoso.

Para servir esse critério utilitarista que marca essa nova fase penal, um novo instituto arquitetônico mostrou-se fundamental. Essa nova estrutura representava um complexo punitivo e disciplinar obrigatório ao permitir ver sem ser visto. Apesar de não fazer o corpo sofrer

⁵ Segundo refletiu Foucault (2012), através da disciplina tornou-se possível, a partir do século XVIII, ajustar e reajustar os indivíduos de uma sociedade, colocando-os de acordo com os valores e padrões preestabelecidos pelo Estado. Foucault traz a ilustração de uma árvore que cresce apresentando um desvio em seu curso de crescimento, tendo se tornado nitidamente “torta”. Para tanto, utiliza-se uma estaca que é amarrada junto ao tronco desta árvore cujas amarras vão sendo ajustadas conforme o tempo. Deste modo, o tronco vai sendo gradualmente endireitado, ajustando-se de acordo com o formato e à orientação da estaca que lhe serve como guia. Tal trabalho de endireitamento é uma singela ilustração do conceito de “ortopedia social”, cujo conceito Foucault analisa como sendo a operação do poder disciplinar, que à semelhança da estaca amarrada ao tronco torto, a operação dos mecanismos disciplinares que gradualmente se ajustam sobre os indivíduos, serve para moldá-los gradualmente de acordo com a estaca, que representa a guia do comportamento e dos valores que se deseja desenvolver em uma sociedade.

fisicamente como no suplício, tal proposta arquitetônica se mostraria capaz de produzir, criar, formar, portanto, oferecia melhores resultados do ponto de vista das finalidades a que se buscava. Enquanto o suplício terminava com o extermínio do malfeitor, a oferta dessa nova fase penal vinha revestida de um princípio transformador, que se propunha a reformar o comportamento e o caráter do criminoso. Portanto, tratava-se de um enquadramento disciplinar por excelência. Assim constituiu-se um lugar (físico e virtual)⁶ de vigilância, um controle e uma intervenção que se dessem além da pele; algo que se operasse na mente dos indivíduos.

1.1.2. O panóptico como um lugar de observação e interferência sobre o comportamento humano

O enquadramento que se buscou na nova arquitetura penal, que se fez disciplinar por excelência, diz respeito à um sistema arquitetônico que também representa um conceito filosófico. O panóptico, mecanismo arquitetônico apresentado por Bentham, e posteriormente estudado por Foucault (2012), refere-se à uma estrutura arquitetônica de vigilância. Etimologicamente, panóptico quer dizer “ver tudo”, “visão de tudo” e propõe-se a ser justamente aquilo que se chama.

[...] o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens [...] o panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, 2012, p.167).

Portanto, o panóptico foi, inicialmente, pensado para estruturas carcerárias como um modo de ver sem ser visto, vigiar constantemente. Nessa estrutura tem-se a visão da totalidade do espaço físico; fora dele, há a impressão de ser e estar constantemente sob vigilância, porque aquele que é observado não sabe o momento exato em que o vigia está mirando em determinada direção; só se sabe que está lá (FOUCAULT, 2012).

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e

⁶ Conforme se depreende da leitura de Foucault (2012), o panóptico representa um aparato de expressão física e virtual porque sua construção e disposição arquitetônica no presídio apontavam para uma vigilância constante que tinha uma presença marcada fisicamente pela existência da torre central, contudo, também operava no campo virtual, uma vez que a sensação de vigilância era constante. Mesmo que não houvesse a constatação física da presença do guarda, havia a inquestionável pretensão de que ele estava ali o tempo todo vigiando.

onde, em troca, os meios de coerção se tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 2012, p. 143).

E desta forma, podemos entender que

[...] o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta, e sua força está no movimento com o qual se exhibe. O poder disciplinar, ao contrário, é exercido com invisibilidade. Na disciplina são os súditos que devem ser vistos (FERREIRINHA & RAITZ, 2010, p. 381)

Assim, a marca registrada da sociedade disciplinar é a interferência invisível do Estado na vida e nos corpos dos indivíduos. E não somente isso: através da visão completa que se tem dos indivíduos é possível constituir um complexo de saberes sobre eles, é possível relatar cada um de seus passos, cada um de seus movimentos e assim conhecê-los em diversos aspectos. É por isso que, segundo Foucault (2012), através dos saberes constituídos sobre os apenados, constituía-se a dominação e a regulação de suas vidas, pois o saber é um pressuposto da dominação exercida pelo poder. Não há dominação sem a constituição do saber.

A estrutura do panóptico, que foi inicialmente pensada sob a perspectiva do sistema carcerário, logo começou a ser implantada também em outros ambientes. Fábricas, escolas, quartéis, sanatórios etc., boa parte dos estabelecimentos desta natureza na Europa passaram a seguir o esquema arquitetônico do panóptico. Esse período é o chamado por Deleuze (2013), comentando Foucault (2012), de “sociedade disciplinar”, o berço do panóptico, da ortopedia social.

Uma das ideias essenciais de Vigiar e Punir é que as sociedades modernas podem ser definidas como sociedades ‘disciplinares’, mas a disciplina não pode ser identificada com uma instituição nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo (DELEUZE, 2013, p. 35).

Apesar de implicar em uma empresa arquitetônica relativamente simples, o panóptico revelou-se extremamente eficaz, porque permitia um olhar constante e uma constante identificação de cada indivíduo observado. O mínimo movimento, sinal ou gesto poderia ser notado e inclusive advertido e corrigido sem muito esforço. Era possível ver a tudo sem ser visto por ninguém. É, portanto, um controle arquitetural, mas que se esquadrinha principalmente não no plano físico dos edifícios e construções, muito embora se constitua neste

plano, mas a principal agência do panóptico encontra-se na arquitetura da mente, pois é constante a certeza e a angústia do sentir-se constantemente vigiado, controlado.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir [...]. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade (FOUCAULT, 2012, p. 154).

Até mesmo aquele que é o vigia da prisão é constantemente vigiado por seu superior, e assim sucessivamente. A estrutura arquitetônica do panóptico permite que superiores vigiem, e os superiores – por sua vez – sejam vigiados por outros superiores, e assim sucessivamente⁷, trata-se portanto de uma teia de vigilância, de uma arquitetura de saberes de uns sobre os outros, uma teia invisível do poder, onde tudo encontra-se muito bem ajustado, muito firme; todo o poder dissemina-se das mais altas às mais baixas esferas e relações humanas; esta é a microfísica do poder que se constitui na sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2012)⁸.

E com toda esta arquitetura pretende-se atingir um único objetivo, o qual Foucault chama: “corpo dócil”. E “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transferido e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2012, p. 136). A intenção principal, como já falamos brevemente, está em retirar o caráter “desviado” do criminoso e transformá-lo num indivíduo que seja totalmente útil, mais produtivo, mais forte, mais resistente, quase infalível: uma máquina, e uma máquina perfeitamente ajustada. Em tudo, percebe-se a redução do organismo humano⁹ à uma máquina.¹⁰ Portanto, há subliminarmente esculpido nesse critério utilitarista que começa a se verificar a partir da agência do poder disciplinar, uma finalidade que parece querer alterar os propósitos e a complexidade da vida humana adequando-a a uma condição de utilidade a determinadas finalidades. A uns se diz:

[...] cabeça direita, estômago levantado, os ombros largos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos [...] cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso [...] os calcanhares, a batata da perna, os

⁷ “O espaço disciplinar tende a dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há para repartir” (FOUCAULT, 2012, p. 138).

⁸ Vide nota 02, página 17.

⁹ Ζωή (Zoé): palavra grega que se refere à vida humana enquanto processos metabólicos, não compreendendo a vastidão e a versatilidade humana, sobretudo a própria βίος (Bíos) que, reserva um significado mais abrangente da vida humana. Vide nota 22 para maiores esclarecimentos.

¹⁰ “o soldado se tornou algo que se fabrica, uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa” (FOUCAULT, 2012, p. 131).

ombros e a cintura encostam nele [no muro] [...] nunca fixar os olhos na terra [...] a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés (MONTGOMMERY, 1636. Pág. 6s *apud* FOUCAULT, 2012, p. 162).

Trata-se da instituição de um determinado controle sobre o corpo, um controle que pretende iniciar um processo de ressignificação do comportamento criminoso com um viés utilitário, uma finalidade transformadora. Na estrutura do panóptico, conforme apresentado por Foucault (2012) é fundada uma instituição que classifica e enquadra indivíduos num sistema específico de tratamento e correção, esquadrihando-os. É estabelecido um saber minucioso sobre suas vidas, sobre seus corpos para que se torne possível seu ajuste, seu conserto.

Ao refletir sobre o conceito benthaniano de panóptico, somos convidados à reflexão de que o saber se constitui como pressuposto intrínseco do exercício do poder. Assim, a melhor forma de constituição e exercício legítimos de uma relação de poder é através do saber. Portanto, importava instituir-se um saber sobre o povo. Já vimos manifestar-se de inúmeras formas a vigilância onipresente dessa nova tecnologia do poder que, por suas infinitas relações conseguiu tramar uma extensa, densa e complexa rede de saberes. Durante o período medieval, por exemplo, a própria confissão constituiu-se como um aparelho de constituição de saberes e assim, por meio dessa estratégia a concretização do exercício do poder. (FOUCAULT, 2017).

1.2. A constituição de saberes e as questões sanitárias como política

A produção de registros escritos sobre infinitos assuntos serviu durante muitos anos à aparelhagem disciplinar de modo a tornar tudo conhecido. Desde as transações financeiras, passando pelo cotidiano escolar e fabril a até os números de nascimentos e óbitos; tudo era e precisava ser devidamente registrado. Era possível tudo saber a partir dos registros graças à complexa rede de saberes que atava todos.

Essa é a consequência direta do exercício de poder que começou a ser exercido sob uma perspectiva microfísica. Nesta perspectiva, cada indivíduo torna-se conhecido em seu íntimo; seu endereço de moradia era conhecido, o local de trabalho e a função desempenhada eram também relatados, e, finalmente, os membros de sua família também relatados e vinculados a outros relatórios formando um extenso conjunto de saberes diversificados e disponíveis. Foucault (1979) reflete que pelo registro desses saberes constituíam-se os fundamentos da governamentalidade, isto é: a arte de administrar um Estado sob os moldes da modernidade, a viabilidade de um governo dos indivíduos. Assim, logo no fim do século XVII, todo o conhecimento apreendido até então permitiu constituir uma aparelhagem de saberes que,

de forma embrionária, consolidariam da tecnologia de governo protagonizada já no Estado Moderno.

Por linha de consequência à própria formação das cidades nos moldes da modernidade, havia também o surgimento de estruturas políticas locais. Orientando a atuação da figura política central e aparentemente bem constituída (soberano), houve a organização de um estilo de gestão e governo que se ativesse no cuidado aos habitantes daquela região, até mesmo por considerarmos as perspectivas humanistas que já vinham se desenvolvendo por este tempo. De acordo com Foucault (1979), durante a transição do século XVII para o século XVIII, o governo geral passou a dedicar parte de suas atenções ao conhecimento de questões mais locais e, aparentemente, de menor importância, entendendo que poderia governar mais e melhor uma vez que entendesse melhor os problemas, as demandas e a própria organização social que se buscava construir.

Assim, logo no século XVIII constitui-se na Prússia, segundo Foucault (1979), o primeiro Estado organizado sob uma perspectiva moderna, isto é: a proposta embrionária de estrutura que, segundo o autor, reunia elementos típicos do Estado Moderno. Um dos fatores que fizeram com que Foucault chegasse a esta conclusão foi justamente o fato de que a Prússia, durante o século XVIII, foi capaz de desenvolver o primeiro complexo organizado de medicina normalizada a nível nacional. Foucault (1979) chama essa iniciativa de “medicina estatal”, à medida que o Estado procurou desenvolver um sistema médico normalizado a nível nacional. A ideia de medicina então vigente concentrava-se nos indivíduos e apenas no tratamento de doenças já existentes. O único saber até então administrado pelo Estado no quesito saúde pública concentrava-se no frio relatório de nascimentos e óbitos. Já no século XVIII percebemos na Prússia a formação de uma aparelhagem complexa que influenciava de forma direta a organização espacial da cidade e implicava na aquisição e construção de uma série de novos saberes sobre a população, além da normalização da profissão médica, o que implicava – principalmente – a padronização dos currículos e das práticas de medicina.

Retomando agora o surgimento das questões sanitárias que interrompemos mais acima, a instituição da quarentena protagonizada no século XVIII na França representou para Foucault (1979) um importante papel no aparato tecnológico que ia se constituindo até então. Com exceção de alguns casos, toda informação sanitária se reduzia às taxas de natalidade e óbito, entretanto, a organização das cidades enquanto *locus* político e social havia acabado por despertar a necessidade da manutenção da vida pública, prolongando-a e melhorando sua qualidade justamente por conta de ameaças sanitárias como foi a peste negra e, em outro viés, pelo advento do Iluminismo e da teoria humanista que implicava uma maior atenção e cuidado

aos indivíduos. Assim, a França estipulou um plano de urgência de 5 medidas que seria aplicado a qualquer alerta de peste ou doença epidêmica. Eram as 5 medidas:

1°. Todas as pessoas deviam permanecer em casa para serem localizadas em um único lugar. Cada família em sua casa e, se possível, cada pessoa em seu próprio compartimento. Ninguém se movimentava.

2°. A cidade devia ser dividida em bairros que se encontravam sob a responsabilidade de uma autoridade designada para isso. Esse chefe de distrito tinha sob suas ordens inspetores que deviam durante o dia percorrer as ruas, ou permanecer em suas extremidades, para verificar se alguém saía de seu local. Sistema, portanto, de vigilância generalizada que dividia, esquadrihava o espaço urbano.

3°. Esses vigias de rua ou de bairro deviam fazer todos os dias um relatório preciso ao prefeito da cidade para informar tudo que tinham observado. Sistema, portanto, não somente de vigilância, mas de registro centralizado.

4°. Os inspetores deviam diariamente passar em revista todos os habitantes da cidade. Em todas as ruas por onde passavam, pediam a cada habitante para se apresentar em determinada janela, de modo que pudessem verificar, no registro-geral, que cada um estava vivo. Se, por acaso, alguém não aparecia, estava, portanto, doente, tinha contraído a peste, era preciso ir buscá-lo e colocá-lo fora da cidade em enfermaria especial. Tratava-se, portanto, de uma revista exaustiva dos vivos e dos mortos.

5°. Casa por casa, se praticava a desinfecção, com a ajuda de perfumes que eram queimados (FOUCAULT, 1979, p. 88).

Ainda que fosse utilizada apenas em casos de alerta de peste ou doença endêmica, tal tecnologia já podia representar um aparelho de conhecimento, de constituição de saberes. Mas agora os saberes apreendidos sobre a vida humana não se concentravam apenas na perspectiva demográfica; aspectos mais profundos e complexos eram agora levados em consideração. A própria vida, no sentido biológico¹¹, começava a ser conhecida, começava a ser palco das investigações e da vigilância. Com tamanha informação disponível tornou-se possível utilizar tal rede de saberes com a finalidade de produzir algo, empreender determinado controle, determinada gestão.

1.3. A atuação da medicina como uma tecnologia de poder do século XVIII em diante

Foucault (1979) reflete acerca do cuidado que devemos ter quanto supormos que a medicina social tenha surgido como um esforço capitalista em aprimorar e incrementar a produtividade do proletariado; na verdade a medicina social operou inicialmente sob uma

¹¹ Ζωή (Zoé). Vide nota 22 para maiores esclarecimentos.

perspectiva diferente. Apesar de que, em determinado momento a medicina social tenha passado a servir aos interesses do mercado, sua origem está relacionada com a administração das saúdes dos indivíduos, no sentido de garantir e administrar aspectos puramente biológicos tendo em vista o constante risco sanitário a que todos os indivíduos estavam expostos. Apesar de soar como um posicionamento de “neutralidade” à mudança ocorrida, Foucault apenas refletiu que, a princípio, a medicina social simplesmente não foi vista como uma ferramenta de poder capaz de gerir a vida dos indivíduos de forma a incrementá-la no sentido da produtividade. Foi somente com o tempo e pelo desenvolvimento dessa ciência que se despertou a compreensão de que poderia ser utilizada de modo a provocar interferências na esfera biológica dos indivíduos capacitando-os à um maior potencial produtivo.

Foucault (1979) formula uma hipótese de que com o mercantilismo em alta, era a principal finalidade a preservação de capital (que culminaria no enriquecimento da nação) e o aumento amparado pelo fortalecimento populacional; grandes populações implicam numa demonstração evidente de força e riqueza. Assim, logo após os primeiros esforços da medicina social (dos quais já abordamos acima) foram traçados com o objetivo de cuidar de questões básicas de sanitarismo e prevenção a doenças, todavia, num segundo momento, esses esforços foram redirecionados no sentido de buscar uma interferência positiva no crescimento populacional bem como no fortalecimento da saúde da população já existente.

Paralelamente às questões sanitárias que trabalhamos brevemente acima, as quais encontram-se posicionadas dentro da perspectiva disciplinar do poder, uma série de outras “políticas” sanitárias públicas surgiram concomitantemente, interferindo (ou buscando interferir) na construção de melhores condições de saúde para as populações. Na França do século XVIII, enquanto formulavam-se conhecimentos e relatórios constantes acerca de doenças com ameaça epidêmica, havia um plano de atuação denominado por Foucault (1979) de “medicina urbana”, neste plano, a atuação médica estava completamente direcionada às condições naturais e estruturais que se encontravam ao redor das pessoas, portanto, tratava-se de uma atuação médica voltada à realização de interferências diretas na estrutura física da cidade.

No século XVIII já se havia chegado à constatação científica de que o ar e as águas poderiam transmitir doenças, assim, várias alterações estruturais tiveram de ser promovidas em cidades da França de modo que o ar pudesse correr livremente e não houvesse acúmulo de água parada. Essa iniciativa, por cuidar da própria concepção urbanística e não necessariamente de aspectos sociais, foi chamada de medicina urbana por Foucault (1979), porque era a medicina aplicada à estrutura das cidades e não ao povo diretamente. Tal iniciativa é posta por Foucault

(1979) como o segundo passo rumo a instituição da medicina social, cujo primeiro, é a instituição da medicina estatal da qual já falamos brevemente.¹²

Na medicina urbana, os cemitérios e matadouros que antes estavam localizados nas regiões centrais da cidade foram gradualmente removidos para regiões mais afastadas. Os caixões comunitários foram banidos, dando lugar aos caixões individuais. Numa sequência às alterações urbanísticas que se promoveram neste período, as regiões que margeavam rios, como o rio Neuf, foram completamente evacuadas e as construções todas demolidas, então a água poderia correr livremente e assim, conforme a crença da época, os miasmas constantemente liberados na cidade seriam lavados para longe. Também se iniciou um processo de identificação de locais adequados para dragagem de água destinada ao consumo humano, evitando-se mananciais infectados ou mesmo o próprio sistema de esgoto – que, por incrível que pareça, - era amplamente utilizado. Essa concepção de medicina urbana pôde estabelecer parâmetros mínimos de salubridade, termo que era, até então, totalmente desconhecido. (FOUCAULT, 1979)

Mas se o que se buscava com o estabelecimento de parâmetros mínimos de salubridade era a criação e a manutenção de um ambiente salubre, pouco ou nada resolveria se os indivíduos não fossem saudáveis. Desta forma, começaram as ações diretas para o cuidado da saúde dos indivíduos de maneira coletiva, não só nas vias de tratamento aos indivíduos já convalescentes, mas sobretudo em medidas preventivas evitando-se a doença. Até este momento não existia no mundo ocidental os grandes centros de saúde com acessibilidade universal. Fato é que poucos indivíduos tinham acesso a médicos, consultas, exames e tratamentos. Conforme Foucault (1979) explica, não havia até aquele momento uma preocupação com a saúde daqueles que não possuíam condições de arcar com tratamentos médicos, portanto, era natural que não possuíssem acesso a qualquer mecanismo de saúde. Todavia, gradualmente as atenções se voltaram para a saúde do pobre e foi nesse momento que se consolidou o projeto da instituição de uma medicina que fosse realmente social/universal.

¹² Cumpre esclarecer neste momento a distinção entre a medicina estatal, a medicina social e a medicina urbana de modo a esclarecer completamente as etapas de constituição da medicina como uma ferramenta biopolítica. Em primeiro plano vimos a instituição da medicina estatal como sendo concretizada através da instituição de uma instituição médica organizada a nível estatal, portanto, diz respeito às questões curriculares que formalizam a profissão da medicina de modo a padronizar as práticas médicas em todo o território de determinado país. Num segundo momento constituiu-se a medicina social, que se refere à prática da medicina direcionada às pessoas, portanto, o tratamento de doenças, o exame preventivo e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, assim, a instituição da medicina social aproximou o médico dos indivíduos. Finalmente a medicina urbana refere-se à atuação mediante o estudo da medicina acerca das estruturas físicas da cidade, buscando regularizar questões sanitárias como a distribuição do esgoto, a correta fluidez dos rios e lagos, a correta disposição e organização do lixo etc.

Conforme já mencionamos acima, Foucault (1979) demonstra de forma clara que a instituição da medicina social não possuiu como finalidade primeira a melhora da capacidade produtiva do pobre; na verdade, conforme demonstrou o autor, a saúde do pobre mereceu alguma atenção somente num terceiro estágio da perspectiva médico sanitária da Europa, o que veio a ocorrer, cronologicamente, somente após o segundo terço do século XIX. Antes disso, não se tinha a ideia de que o pobre poderia, de alguma forma, transmitir doenças ao rico ou mesmo ser um perigo à saúde. Em Londres, a comunidade pobre era necessária no meio rico, pois era responsável por desempenhar as funções essenciais ao bom funcionamento da cidade, como por exemplo a remessa de encomendas (como não existiam serviços postais). A classe menos favorecida conhecia a cidade, a localização das casas e assim, desempenhava as incumbências, entregava os recados e levava encomendas. Além disso, também era responsável pela coleta do lixo e do esgoto. Assim, “o pobre funcionava no interior da cidade como uma condição da existência urbana” (FOUCAULT, 1979, p. 94).

Entretanto, algumas circunstâncias mudaram a forma como o pobre era visto, e de funcionário essencial ao bom funcionamento da cidade passou a ser um perigo em potencial. Foucault (1979) aponta pelo menos três motivos que foram determinantes para que essa transformação ocorresse na Inglaterra. O primeiro motivo é de cunho político; a população pobre – em decorrência do seu grande número – tornou-se uma manifestação expressiva podendo se revoltar ou integrar revoltas sociais. O segundo motivo foi a instituição oficial dos serviços postais e de coleta de lixo. Essa instituição oficial de serviços acabou por retirar da classe menos abastada a função do desempenho dessas tarefas, o que obviamente ocasionou o desemprego e, conseqüentemente, inúmeras revoltas. Finalmente, o terceiro motivo foi a crise da cólera, que se iniciou em 1832 em Paris e logo se propagou em toda a Europa; a população pobre foi a mais afetada pela doença e, assim, o risco político e sanitário que estes indivíduos representavam precisou ser resolvido¹³. Com a crise da cólera ocorrida em 1832, os espaços urbanos começaram a ser marcados pela presença exclusiva de ricos ou pobres, além de uma série de outras ações que os separavam geograficamente, colocando as famílias menos

¹³ Conforme analisou Foucault (1979), a população pobre era inquestionavelmente mais volumosa que a população rica. Assim sendo, a possibilidade de se envolverem em revoltas, protestos etc. era inquestionavelmente perigosa devido ao seu grande número. Assim, representavam um risco político eminente, tendo em vista que sua insatisfação com questões como a doença que os ameaçava constantemente, poderia motivar um comportamento revoltoso e assim ser o estopim de uma revolução não pretendida pelas classes mais abastadas. Por outro lado, representavam também um risco sanitário, uma vez que devido às suas condições de vida extremamente insalubres e o constante contato com as populações mais abastadas, representavam poderosos agentes de contágio das mais diversas enfermidades.

favorecidas em regiões marginais da cidade. Com isso, buscavam evitar a contaminação das habitações dos ricos e assim, preservar sua saúde e segurança.

Evidente que somente as alterações estruturais na organização dos espaços urbanos não seriam suficientes para eliminar o risco sanitário que se consolidava ao redor do pobre. Poderiam ser afastados dos ricos, entretanto, suas condições de vida, hábitos alimentares e práticas sanitárias ainda não eram adequados para uma vida saudável, o que representava um risco político e social conforme já abordamos anteriormente.¹⁴ Ficando doentes, não tinham condições para contratar um médico particular e muito menos custear exames e tratamentos; a taxa de óbitos ainda era alta, inversamente proporcional à taxa de natalidade que decrescia com as péssimas condições sanitárias em que viviam. Portanto, perante tamanha crise sanitária, Inglaterra protagonizou a formulação do primeiro sistema médico a tornar-se social, ou seja, acessível de forma gratuita. Importante é ressaltar que, com isso, buscava-se proteger as classes mais ricas e não, necessariamente, satisfazer a necessidade do pobre. Sobre isso, Foucault (1979, p. 95) demonstra que foi:

[...] essencialmente na *Lei dos pobres* que a medicina inglesa começa a tornar-se social, na medida em que o conjunto dessa legislação comportava um controle médico do pobre. A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve, por isso mesmo, se submeter a vários controles médicos. Com a *Lei dos pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a idéia de uma medicina controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.

Então inicialmente não há a preocupação direcionada à saúde dos pobres com a finalidade de melhorar ou implementar sua capacidade laborativa; na verdade, buscava-se garantir a segurança das classes mais abastadas em detrimento do risco sanitário que o pobre poderia fornecer. Inclusive até a própria oportunidade de trabalho para a classe menos abastada, de certa forma, reduziu com a instituição oficial dos serviços postais e a instituição da coleta oficial do lixo. Era o preço a ser pago na busca pela garantia da segurança sanitária e política das cidades.

¹⁴ Vide nota 13.

Conforme Foucault (1979) reflete, outras iniciativas foram tomadas a partir da Lei dos pobres. Uma dessas iniciativas foi o sistema *health service*¹⁵ que atuava sobre três pontos: o controle de vacinação, o registro de epidemias e de doenças com potencial epidêmico e a localização de lugares insalubres. As iniciativas do *health service* agiam em complemento à iniciativa da Lei dos pobres à medida em que agia na linha preventiva de doenças. Enquanto a referida Lei buscava assegurar o controle e o tratamento das doenças já existentes.

Uma vez que aos pobres fossem asseguradas as condições de salubridade básicas para o controle de suas doenças, estes poderiam voltar a integrar os espaços públicos juntamente com o rico e, inclusive, desempenhar as mesmas formas de trabalho que antes realizavam, isto é: a coleta de lixo e os serviços postais, mas dessa vez o fariam já ocupando funções junto aos órgãos oficiais. Nesse momento, em que a saúde da classe abastada está protegida da ameaça do pobre, a medicina social começa a agir com a finalidade de melhorar as capacidades laborativas dos menos favorecidos – a classe trabalhadora – tornando-a mais apta ao trabalho; isto é: mais produtiva.

1.3.1. A intervenção da economia e a formação de um sistema de limitação dos poderes do governante

Concomitantemente ao planejamento da medicina estatal, urbana e social e outras intervenções conquistaram parte significativa do cenário político da Europa nos séculos XVIII e XIX e com toda a movimentação política e social que circundava os Estados até então, surgiam questionamentos. Os regimes autoritários (monarquicamente constituídos) representavam grande interferência e controle sobre tudo o que se passava, inclusive e principalmente no comércio mercantilista que estava em expansão com o advento das embarcações.

Essa abordagem totalitária que revestia o Estado durante a Antiguidade e a Idade Média era agora, durante os séculos XVII, XVIII e XIX estuda uma possibilidade de uma limitação do poder do governante, de forma que ele não governasse “demais”.

O declínio dos grandes impérios, o surgimento dos reinos locais, o advento das embarcações e a própria noção de comércio exterior culminaram numa limitação externa ao absoluto poder do governante, que até então compunha-se de forma ilimitada e inquestionável. É inegável que havia uma competição instalada em termos econômicos e os Estados buscavam

¹⁵ Tradução livre do inglês: Serviço de saúde.

manter não somente suas sobrevivências, mas também (e principalmente) suas posições de competitividade perante o comércio exterior. Por outro lado, o próprio governante precisava limitar seu controle de modo a permitir que o comércio local se expandisse, o que conseqüentemente fortaleceria a economia daquele Estado em detrimento dos demais. Essa forma originária de autolimitação do Estado demarcou-se na perspectiva econômica como um pressuposto para a sobrevivência e o fortalecimento do Estado que se desenvolvia já nos parâmetros da modernidade. Assim:

[...] o Estado, ou melhor o governo, de acordo com a *raison d'État*¹⁶, na sua política externa, podemos dizer que nas suas relações com outros estados, teve um objetivo que é limitado em comparação com o que havia sido testemunhado até então, o projeto, o desejo da maioria dos soberanos e governos na Idade Média era o de ocupar a posição imperial no que diz respeito a outros estados então este desempenharia um papel decisivo tanto na história quanto na teofania [...] Do Tratado de Westphalia até a Guerra dos Sete Anos, ou até as guerras revolucionárias que introduziram uma dimensão completamente diferente, a política militar diplomática é organizada com base no princípio da autolimitação do Estado, como princípio da necessária e suficiente competição entre diferentes Estados (FOUCAULT, 2010b, p. 06 – tradução livre).¹⁷

Antes da política econômica, outras formas de limitação ao poder do governante ocorreram ao longo dos anos, como a própria Igreja o fez durante a Idade Média (FOUCAULT, 2010b). Uma das principais formas de limitação interna do Estado foi o estabelecimento da lei. A concepção naturalista da lei surge como um ideal que viabiliza a sobrevivência dos membros de determinada sociedade em harmonia, o que conforme falamos acima torna-se um dos principais anseios de qualquer sociedade. Compreendendo que todo o poder emana do povo e é, pelo povo, delegado ao governante, podemos refletir que a instituição da lei enumera uma série de limitações, de objetivos atribuídos à própria agência do governante no sentido de garantir e resguardar direitos tidos por fundamentais a toda a coletividade dos cidadãos.

¹⁶ Tradução livre do Francês: Razão do Estado. Neste contexto, razão aparece associada à racionalidade, à capacidade de raciocínio, de estabelecer estratégias. Portanto, o termo “Raison-d’État” pode ser compreendido como “estratégia governamental”. Todavia, a expressão original foi mantida no texto por acreditarmos que a transliteração, mesmo que almeje ser fiel, ainda assim pode empobrecer o conceito filosófico trazido por Michel Foucault.

¹⁷ “This is that in its foreign policy, let’s say in its relations with other states, the state, or rather government according to *raison d’État*, has a limited objective in comparison with the ultimate horizon, the Project and desire of most sovereigns and governments in the Middle Ages to occupy the imperial position with regard to other states so that one will have a decisive role both in history and in the theophany [...] From the Treaty of Westphalia to the Seven Years War, or to the revolutionary wars that introduce a completely different dimension, military-diplomatic policy is organized by reference to the principle of the state’s self-limitation, to the principle of the necessary and sufficient competition between different states”. (FOUCAULT, 2010b, p. 06 – texto original)

Entende-se então que, se o governante foi constituído pelo povo com a finalidade maior de resguardar e garantir a sobrevivência deste mesmo povo, obviamente o governante não deverá adotar certas atitudes, que poderiam colocar em risco a sobrevivência dos governados. Essa é a essência da lei. Todavia, longe de nós acreditarmos que essa intenção prevaleceu de forma pura e absoluta; apesar de a lei ser – em tese – uma clara delimitação de objetivos atribuídos ao governante em garantia dos direitos do povo, ainda assim não constitui uma limitação interna completamente adequada, pois é o próprio governante quem cria as leis e fiscaliza sua aplicação; assim fazendo, também age de forma ilimitada, e, portanto, arbitrária.

Mas se nem a própria lei, que em tese deveria para limitar o poder absoluto do governante, porém conhecemos uma prática totalmente distinta, o que pode então atingir esse objetivo? Foucault (2010b, p. 13 – tradução livre) nos responde:

Eu gostaria de indicar o instrumento intelectual, a forma de calcular a racionalidade que tornou possível a autolimitação da razão governamental como era, autolimitação geral que é intrínseca para as operações do governo e pode ser objeto de transações indefinidas. Bem, mais uma vez, o instrumento intelectual, o tipo de cálculo ou forma da racionalidade que tornou possível a autolimitação da razão governamental não foi a lei. O que é isso, partindo da Idade Média para o século XVIII? Obviamente isso é a economia política.¹⁸

Assim, uma economia política – que Foucault (2010b) posteriormente identifica como sendo o liberalismo – surgiu como uma busca por – em certa medida – limitar o poder absoluto do governante. Através do exercício de uma economia política liberal, o que se objetiva é justamente a produção e a circulação de riquezas e, assim alcançar a prosperidade da nação. A economia política age principalmente na organização, na distribuição e na limitação dos poderes numa sociedade.

Conforme podemos perceber de forma nítida, o mercado – por sua própria essência – representou durante os séculos, desde a Idade Média, um sistema regulatório de justiça que envolve conceitos como do preço justo e o banimento da fraude, ações que refletiam a defesa dos interesses do comprador, em primeiro lugar, e logo em seguida dos demais vendedores. Ao se expandir e tornar-se o regime econômico fundamental com o advento do mercantilismo no século XV até o século XVIII com o capitalismo em sua forma originária, o mercado começou

¹⁸ “I would just like to indicate the intellectual instrument, the form of calculation and rationality that made possible the self-limitation of governmental reason as a de facto, general self-regulation which is intrinsic to the operations of government and can be the object of indefinite transactions. Well, once again, the intellectual instrument, the type of calculation or form of rationality that made possible the self-limitation of governmental reason was not the law. What is it, starting from the middle of the eighteenth century? Obviously, it is political economy”. (FOUCAULT, 2010, p. 13 – texto original).

a colocar-se numa posição abrangente no perfil nacional e internacional, passando a ter o papel de dizer a verdade no que se relaciona à prática do governante. E dizer a verdade, neste contexto, significa avaliar, fiscalizar, regular a agência do Estado.

Foucault (2010b, p. 37 – tradução livre) complementa explicando:

Tenho tentado mostrar como essa governamentalidade completa, essa governamentalidade com a tendência de ser ilimitada, teve na verdade, não exatamente um limite, mas um contrapeso, na existência de instituições judiciais e magistrados, e nos discursos judiciais focados precisamente no problema da natureza do direito do soberano de exercer seu poder e dos limites legais onde as ações do soberano podem ser inseridas. Então, a governamentalidade não é completamente desbalanceada e ilimitada na *raison d'État*, antes existe um sistema de duas partes relativamente externas uma à outra.¹⁹

Essas duas partes relativamente externas e opostas uma à outra são, na verdade, o poder aparentemente ilimitado do governante face ao mercado em sua quase hegemonia nacional e internacional. Nessa nova forma de governo, nova governamentalidade, não mais se exerce o poder sobre os indivíduos enquanto indivíduos, mas sim sobre o corpo social de forma a atender os interesses do poder que, recapitulando, estão concentrados na produção e distribuição de riquezas através da organização, distribuição e limitação dos poderes numa sociedade.

Para Foucault (2010b), a nova estrutura de governo entalhada nos moldes do liberalismo atua com base em um ideal específico de liberdade. Vários eventos contribuíram de forma direta para isso, a saber as próprias Revolução Francesa e Industrial. Mas para que se tenha tal liberdade e se tenha condições de garantir tal liberdade, é necessário antes disso, que se produza tal liberdade. A assim chamada “liberdade” – dentro do Estado Moderno (capitalista) – é produzida e, assim, supostamente garantida aos indivíduos daquela sociedade, mas em contrapartida, para que seja possível o exercício dessa liberdade, há a necessidade de se estabelecer limitações, controles, coerções, obrigações e intervenções. Essa liberdade entalhada nestes padrões é, por conseguinte, contraditória, ilusória e caracteriza-se como principal objetivo do governante.

¹⁹ “I have tried to show how this complete governmentality, this governmentality with a tendency to be unlimited, had in fact, not exactly a limit, but a counter-weight in the existence of judicial institutions and magistrates, and in juridical discourses focusing precisely on the problem of the nature of the sovereign’s right to exercise his power and the legal limits within which the sovereign’s action can be inserted. So, governmentality was not completely unbalanced and unlimited in *raison d’État*, but there was a system of two parts relatively external to each other.” (FOUCAULT, 2010, p. 37 – texto original)

A nova razão governamental precisa de liberdade, portanto, a nova arte de governar dissipa liberdade. Dissipa liberdade, o que significa que precisa produzi-la, precisa organizá-la. A nova arte de governar, portanto, aparece como gerente da liberdade, não no sentido imperativo: ‘seja livre’, com a imediata contradição que esse imperativo pode conter. A fórmula do liberalismo não é ‘seja livre’. O liberalismo formula o seguinte: Eu vou produzir o que você precisa para ser livre. (FOUCAULT, 2010b, p. 63 – tradução livre).²⁰

Evidente que uma liberdade que exige controle cause estranhamento pela própria ambiguidade da formulação do enunciado. Entretanto, conforme Foucault (2010b) explica, o liberalismo torna-se possível dentro de três pressupostos que são complementares entre si; o primeiro deles é o constante *medo*. A vida é perigosa, o risco é constante. O *medo* do inferno e do diabo é incrementado pelo risco constante que é trazido sobre a vida humana em vários aspectos. É o que foi denominado “cultura do perigo” no século XIX. O risco financeiro ou o risco da pobreza iminente inspirou a criação das primeiras poupanças (CASTEL, 1999, *apud* FOUCAULT, 2010b), surgem os romances policiais e o interesse jornalístico como resposta pelo *medo* do crime, campanhas nacionais em prol da higiene e da sanitização (conforme já comentamos) aparecem fomentadas pelo *medo* da doença, e o *medo* da degeneração sexual que poderia levar à infertilidade e à morte passa a ser combatido com um controle rigoroso da sexualidade. Assim, “não há liberalismo sem a cultura do perigo” (FOUCAULT, 2010b, p. 67 – tradução livre).

O segundo pressuposto da existência do liberalismo para Foucault (2010b), em complemento ao primeiro, institui então uma série de mecanismos e procedimentos de controle, contenção e coerção que prometem garantir o equilíbrio entre uma série de liberdades. O risco da pobreza iminente era contornado com o controle financeiro e, assim o indivíduo teria condições suficientes para se proclamar financeiramente livre. O risco do crime era contornado com estratégias e estruturas de vigilância e controle que garantiam o exercício da liberdade sem o risco da ofensa trazida pelo crime. O risco da doença era contornado com a medicina e suas estratégias de higiene e sanitização que, conforme já vimos, assumiram grande parcela das preocupações desde o século XVII e daí por diante. A ideia de liberdade, caracteristicamente contraditória, fundamentava-se no controle e na vigilância justificados pelo *medo* do perigo iminente.

²⁰ “The new governmental reason needs freedom therefore, the new art of government consumes freedom. It consumes freedom, which means that it must produce it, it must organize it. The new art of government therefore appears as the management of freedom, not in the sense of the imperative: ‘be free’, with the immediate contradiction that this imperative may contain. The formula of liberalism is not ‘be free’. Liberalism formulates simply the following: I am going to produce what you need to be free”. (FOUCAULT, 2010b, p. 63 – texto original)

Em outro ponto de vista, agora falando mais especificamente do mercado, há a instituição de técnicas disciplinares e instituições que funcionavam como ferramentas de poder, que para Foucault (2010b) possibilitavam a supervisão e a condução dos indivíduos em direção ao aprimoramento de sua produtividade e, conseqüentemente, da lucratividade de suas atividades.

Entende-se que uma nação financeiramente poderosa, produza e garanta aquela liberdade aos seus indivíduos, buscando afastá-los do risco da miséria, do crime, da doença e da morte, da degeneração sexual, da guerra e assim sucessivamente. Portanto, o mercado precisa funcionar bem, e para tanto, é necessário que os indivíduos produzam bem e que sejam capazes de ampliar a lucratividade de suas atividades. E para Foucault (2010b) esse é o terceiro pressuposto do liberalismo: a instituição de um aparato tecnológico (que Foucault denomina panóptico em sua obra *Vigiar e Punir*), uma tecnologia que submeta os indivíduos à constante vigilância, que se comprometa a garantir a liberdade contraditória através do controle absoluto. O controle e a intervenção não funcionam mais como o ponto de equilíbrio das liberdades individuais, mas é a mola principal, o centro da liberdade porque é somente sob o controle do Estado que se pode viver tal liberdade.

A estrutura do panóptico desenvolveu-se através do conhecimento, dos relatórios, conforme comentamos acima no que se referia à medicina, o soberano conseguiu construir uma estrutura complexa de saberes que lhe permitia observar minuciosamente a vida de cada indivíduo, conhecer seu lugar de moradia, seus familiares, seu trabalho, seu estado de saúde, seu potencial laboral e assim por diante. Nesse contexto, nada pode escapar dos olhos do governante. Uma vez que ele tudo conhece, tudo sabe, também tudo controla, em tudo pode intervir, e certamente intervirá.

1.4. A formação do aparato tecnológico da biopolítica

Conforme viemos refletindo acima, Foucault (1979) observa que a medicina nos séculos XVII e XVIII desenvolveu-se sob três aspectos básicos; inicialmente a nível estatal, com a normalização da profissão, posteriormente com a formulação de uma medicina urbana, que focava no estabelecimento de parâmetros sanitários na organização espacial das cidades, a distribuição das águas e a drenagem de esgotos e, finalmente, a formação da medicina social que buscava tornar o médico, os exames e os tratamentos mais acessíveis, visando proteger e resguardar a saúde dos ricos, visto que pelas condições de vida pouco higiênicas do pobre, este poderia ser um agente contaminador pelo constante e necessário contato que tinha com o rico.

1.4.1. A medicina social

Neste primeiro momento, a medicina social preocupa-se então com a preservação da saúde do povo através da formulação de padrões básicos de higiene e sanitarismo e com o constante relatório dos hábitos, da vida e das doenças. A princípio, a medicina não foi utilizada com a finalidade de intervir na capacidade laborativa do pobre, apenas desejava erradicar o risco de doenças infecciosas, com potencial endêmico, como ocorreu com a Peste Negra. Entretanto, logo que a saúde do rico não era mais ameaçada pela contaminação advinda do pobre, isto é: logo que a saúde do pobre foi melhorada através dos planos sanitários instalados na cidade, percebeu-se que o pobre saudável conseguia produzir mais do que o pobre doente; e quanto mais a expectativa de vida do pobre pudesse ser aumentada, mais aquele indivíduo teria condições de produzir. Nasce aí então a aplicação da medicina social como uma intervenção sanitária que buscava melhorar a saúde e, conseqüentemente, a capacidade laborativa do pobre.

É do interesse do governante que a nação se torne produtiva, lucrativa, que o mercado se fortaleça constantemente, para tanto, algumas intervenções se fizeram necessárias de forma que a produtividade dos indivíduos fosse potencializada. Assim, as intervenções que, estavam ocorrendo e ainda viriam a ocorrer no plano estrutural das empresas com a Revolução Industrial que se deu entre os séculos XVIII e XIX, se deram também no plano biológico, à medida que se percebeu que melhorando a saúde dos indivíduos era possível melhorar também sua produtividade. A partir do momento em que a política do governo principia intervenções no plano biológico, começa a surgir então a ideia da administração da vida humana para se atingir determinadas finalidades.

1.4.2. A nova concepção de trabalho

A introdução da nova governamentalidade transforma a concepção de trabalho que era absoluta até então. Com a priorização da produção e circulação de riquezas e a meta posicionada na expansão dos lucros, surge a ideia do trabalho enxergado na ótica temporal, o que significa: mais tempo, mais trabalho e, assim, mais lucro. Sobre isso, comenta Foucault (2010b, p. 221 – tradução livre):

[...] significa dizer, o trabalho concreto transformado em poder de trabalho, medido pelo tempo, colocado no mercado e pago por salários, não é trabalho concreto; isso é trabalho que foi retirado de sua realidade humana, de todas suas variantes qualitativas, e precisamente – isso é precisamente o que Marx mostra – a lógica do capital diminui trabalho a poder de trabalho e tempo. Isso

faz do trabalho uma commodity e reduz o trabalho aos efeitos do valor produzido.²¹

Essa mudança na concepção de trabalho permitiu que o potencial produtivo do homem fosse analisado como nada além de uma *commodity*, ou seja: um bem em seu estado primário, algo que pode ser trabalhado, expandido, aprimorado. E se pode ser aprimorado, certamente o será por meio das tecnologias que estiverem à disposição do aparelho de poder do governante. Assim, forma-se, para Foucault (2010b) uma ideia de capital humano²². O capital humano vem a ser, nesta perspectiva, algo nato em todo o ser humano, um potencial produtivo, em qualquer esfera; é, portanto, uma objetivação do indivíduo à medida que se entende o indivíduo como um objeto produtivo, como uma força bruta dotada de um potencial natural para produzir lucro. Este capital humano, submetido a determinados processos de construção e correção, fará com que o indivíduo tenha condições de produzir mais e com maior qualidade, e assim poderá produzir ainda mais lucro.

1.4.3. A formação do capital humano

Para Foucault (2010b) dois grandes fatores influenciam na formação desse capital humano: os fatores natos, ou seja, aqueles fatores que o indivíduo recebe geneticamente de seus antepassados e os fatores adquiridos, que são aqueles fatores que o indivíduo desenvolve durante sua vida mediante a educação, a experiência no trabalho etc. Por hora, falemos dos fatores natos.

A genética, como ciência moderna, possui especial lugar no estudo destes fatores natos, principalmente nos estudos da hereditariedade. Descobriu-se ao longo dos anos que determinadas doenças eram transmitidas hereditariamente, o que implica dizer que se tornou

²¹ [...] that is to say, the concrete labor transformed into labor power, measured by time, put on the market and paid by wages, is not concrete labor; it is labor that has been cut off from its human reality, from all its qualitative variables, and precisely – this is indeed, in fact, what Marx shows – the logic of capital reduces labor to labor power and time. It makes it a commodity and reduces it to the effects of value produced. (FOUCAULT, 2010b, p. 221 – texto original).

²² Na perspectiva de Foucault (2010b), sobretudo em seu livro “The Birth of Biopolitics”, o conceito “human capital” traduzido livremente do inglês como “capital humano”, pode ser compreendido como o potencial que cada ser humano tem de produzir e gerar lucros. Para aprofundarmos o conceito, insta salientar que no entendimento do filósofo, os indivíduos passaram a ser enxergados não mais como sujeitos, mas como objetos dotados de especiais características (aptidões, habilidades) que, por seu potencial de produção, são dotados de valor. Assim como qualquer matéria prima possui um valor em potencial se trabalhada na indústria, o ser humano passou a ser enxergado como dotado deste mesmo valor em potencial se trabalhadas as suas aptidões, habilitando-o a produzir mais e com maior qualidade.

possível identificar indivíduos com um maior risco de desenvolver determinada doença durante a vida, o que reduziria de forma significativa o valor deste capital humano. Sobre isso:

De forma clara, isso vai significar que, dada a minha composição genética, se eu desejo ter uma criança cuja composição genética será pelo menos igual à minha, ou se possível melhor que a minha, então eu terei que encontrar alguém que também tem uma boa composição genética. E se você deseja uma criança cujo capital humano é alto, entendido simplesmente em termos de elementos natos e hereditários, você pode ver que terá que fazer um investimento, o que significa, você deve ter trabalhado o suficiente, para ter uma renda suficiente, e para ter um status social que o permitirá tomar como esposa ou colaboradora desse futuro capital humano, alguém que também tem um capital humano significativo (FOUCAULT, 2010b, p. 228 – tradução livre).²³

O que Foucault (2010b) questiona aqui, não deve ser interpretado como uma “ansiedade nos termos tradicionais do racismo” (Foucault, 2010b, p. 228 – tradução livre). Se levarmos a ideia acima exposta pelas vias do racismo, podemos nos revoltar e dizer: “não temos culpa das doenças que adquirimos hereditariamente”. E sim, isto é verdade; realmente não temos culpa. O que Foucault explica é que surge uma preocupação, uma cultura de cuidado com a saúde através da constituição de melhores condições de saúde e do cuidado preventivo e curativo de doenças em toda a população de forma que os herdeiros daquela geração nasçam com menores riscos de adquirir doenças. (FOUCAULT, 2010b).

Portanto, a intervenção ocorre claramente na esfera biológica através do incentivo e da formação de uma cultura preocupada com a saúde, não só durante o presente da vida dos indivíduos, mas também e principalmente com as gerações futuras, o que é bastante significativo para a constituição da ideia de um capital humano que está sendo constantemente aprimorado.

No que diz respeito aos fatores inatos, ou adquiridos, Foucault (2010b) também reflete sobre o surgimento de uma intervenção do poder no sentido de formar indivíduos com um capital humano mais aprimorado. O cuidado materno nos primeiros meses após o parto representa especial papel na formação do indivíduo; conforme sabemos e é bastante divulgado pela medicina moderna, o aleitamento materno constitui importante elemento para a formação

²³ “Putting it in clear terms, this will mean that given my own genetic make-up, if I wish to have a child whose genetic make-up will be at least as good as mine, or as far as possible better than mine, then I will have to find someone who also has a good genetic make-up. And if you want a child whose human capital, understood simply in terms of innate and hereditary elements, is high, you can see that you will have to make an investment, that is to say, you will have to have worked enough, to have a sufficient income, and to have a social status such that it will enable you to take for a spouse or co-producer of this future human capital, someone who has significant human capital themselves”. (FOUCAULT, 2010b, p. 228 – texto original).

do sistema imunológico do bebê, o que contribui para a prevenção de doenças. Além disso, conforme Foucault (2010b), o tempo que os pais gastam acompanhando pessoalmente o desenvolvimento do bebê, o carinho dado e a educação familiar nos primeiros anos, contribuem para a formação de um capital humano mais aprimorado e, portanto, mais valioso.

Embora esses fatores adquiridos que mencionamos brevemente acima não estejam diretamente relacionados com a vida em seu sentido biológico, há que se considerar os reflexos diretos e indiretos destes fatores na formação do ser humano e na determinação de como conduzirá sua vida; assim, portanto, há a interferência direta e indireta destes fatores na vida humana, à medida que o mercado capitalista enxerga somente sob uma ótica utilitarista.

Toda a preocupação desenvolvida nos séculos XVII e XVIII em torno da saúde humana e das questões sanitárias, além de todas as tecnologias de vigilância praticadas nos presídios, entre inúmeras outras agências de poder; compuseram um aparato tecnológico que buscava aprimorar atuar diretamente sobre o capital humano de modo a aprimorá-lo, regulando a vida humana e gradualmente reduzindo-a somente à sua esfera biológica.

1.4.3.1. O instituto do casamento a serviço da biopolítica

Outro ponto que a nova política governamental procurou conhecer (e por conhecer entenda-se conhecer profundamente e intervir) foi o casamento. Foucault (2010b) aponta que ao longo dos séculos XVII e XVIII a economia política começou a analisar outros aspectos além da produção e da lucratividade, mas aspectos que, mesmo aparentemente distantes do mercado, poderiam de certa forma influenciar a produtividade e a lucratividade. Foi nessa esteira então que o casamento começou a ser estudado.

Da necessidade natural da reprodução humana estabeleceu-se um contrato, criou-se uma instituição, o casamento, um instituto social que funda o lar, uma instituição potencialmente produtiva em vários aspectos. Os processos de formação do lar através do casamento e o desempenho dos respectivos papéis paterno e materno, que antes se restringiam ao âmbito doméstico, passam a ser observados como principais responsáveis pela produção do que já havíamos abordado antes acerca do aprimoramento do capital humano. Portanto, é do interesse da economia política esquadrihar o instituto do casamento e, principalmente, mantê-lo vigiado, controlado e estável sob determinadas coordenadas preestabelecidas e orientadas no sentido da produção do capital humano. Várias instituições assumiram tal posição de esquadrihamento, mas sem dúvida alguma que a Igreja protagonizou o papel principal, até mesmo por ser o casamento uma instituição religiosa em sua essência.

1.4.4. A Lei Criminal a serviço da biopolítica

O crime é temido por todos. Em resposta a isso surge a Lei Criminal, não no sentido protagonizado na era dos suplícios da qual já falamos acima. Agora, conforme comenta Foucault (2010b), a finalidade da Lei Criminal não é de punir, mas projeta-se como a garantia da liberdade dos inocentes. Dissemina-se a ideia de que a Lei Criminal busca a correção do criminoso, o seu ajuste, o seu conserto, para que seja encontrado são e assim reintegrado na sociedade. Conforme pudemos compreender, o crime representa um risco à vida humana e à propriedade privada, o que está diretamente ligado ao capital, à produção e acumulação de bens. Conforme analisou Foucault (2010b), no Código Penal Francês e na visão dos fisiocratas que fundaram o liberalismo, crime é uma ação que uma vez cometida traz o risco da punição.

Está nas atribuições do governante a garantia dos direitos, da liberdade, e da vida humana de seus súditos. Portanto, a definição de crime corresponderá ao que o governante considerar perigoso à vida dos governados. Assim, a gestão da vida humana, a governamentalidade, também se concentra na administração do risco à vida humana que advém da margem construída entre o que configura e o que não configura crime. Toda a questão punitiva permanece, como antes já dito, numa perspectiva um tanto quanto disciplinar, entretanto, a finalidade transformou-se; é a vida do corpo social que se pretende resguardar. Nesse novo estilo de governar, o que é colocado em pauta é a proteção e a gestão da vida humana e da propriedade privada; são os ideais que movem o capitalismo.

Conforme vimos, a sociedade civil pode ser enquadrada no conceito refletido por Foucault de “realidades de transição”, portanto, representam um ponto intermediário entre governante e governado. Nasceram, por conseguinte, da agência das relações de poder entre o Estado e seu povo. Foucault (2010b, p. 297 – tradução livre) comenta:

A sociedade civil é como a loucura e a sexualidade, o que eu chamo de realidades de transação [*réalités de transaction*]. Significa dizer, essas figuras transacionais e transicionais que chamamos de sociedade civil, loucura e demais, apesar de não haverem sempre existido, não significa que não sejam reais, e nasceram precisamente da interação das relações de poder e tudo o que constantemente escapa delas, na interface, dos governantes e governados.²⁴

²⁴ “Civil society is like madness and sexuality, what I call transactional realities [*réalités de transaction*]. That is to say, those transactional and transitional figures that we call civil society, madness, and so on, which, although they have not Always existed are nonetheless real, are born precisely from the interplay of relations of power and everything which constantly eludes them, at the interface, so to speak, of governs and governed”. (FOUCAULT, 2010b, p. 297 – texto original).

1.4.5. O controle da sexualidade a serviço da biopolítica

O esquadramento da sexualidade também representa um aparato tecnológico de poder, que inicialmente se fundamentou no ideal do saber, para então, migrar para a agência, a intervenção.

Desde a Idade Média o sexo era um assunto banido do meio social, das rodas de conversa. Era oculto, não se falava publicamente sobre ele, com raras exceções. Foucault (2017) comenta que a partir de Freud, ou seja, no fim do século XIX e início do século XX, a sexualidade deixou de ser um discurso marcado pela dispersão e pela discrição e passou a ser um discurso comentado, discutido, falado de forma relativamente aberta, sobretudo no campo da ciência. Antes disso, falava-se das relações sexuais somente no momento da confissão ante o padre. Muito embora houvessem ocorrido momentos específicos na história em que se falou abertamente sobre o sexo, a menção ao sexo possuiu um caráter inicialmente confessional, portanto, relacionado com a ideia de pecado.

Não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como, mas de reconstituir nele e a seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. (FOUCAULT, 2017, p. 71).

Nessa perspectiva confessional, que se iniciou no plano religioso, mas futuramente passou ao plano clínico, constituía-se o conhecimento, o saber sobre o sexo. O indivíduo era coagido a confessar seu pecado ao padre, para assim obter o perdão e o favor divino; não confessando, estaria automaticamente excluído do paraíso e sofreria a condenação eterna. Naquele período, o sexo era constantemente vigiado pelas autoridades eclesiásticas, muito embora ainda não fosse um assunto do qual se pudesse falar livremente.

Quando surgiu a clínica, através dos estudos de Freud e de seus contemporâneos, a confissão permaneceu, entretanto, mudou de lugar, passando a ocupar uma série de outros espaços que agora guardam relação direta com a ciência.

A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividade distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política. (FOUCAULT, 2017, p. 37).

Apesar do instituto da confissão ter se disseminado por uma série de ramos da ciência, foi na ciência médica, através da psiquiatria e posteriormente da psicologia, que – na procura por evitar a doença, evitar os males, as degenerações – o sexo começou a ser conhecido intimamente, catalogado e categorizado para, então, tratado de maneira medicamentosa, institucional, clínica. Forma-se então o que Foucault (2017) chama de *Scientia Sexualis*²⁵, uma ciência da sexualidade que se ramificava da medicina.

Por descender da medicina, a *Scientia Sexualis* tinha um aspecto de ciência mais moderna se comparada à clínica daquele período e, assim, atuava livremente, intervindo na intimidade das pessoas ao buscar, através da confissão clínica, “assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, [...] eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas” (FOUCAULT, 2017, p. 60). Os portadores de uma “patologia” de ordem sexual, eram vistos como pontos de risco, contaminados, agentes infecciosos que poderiam colocar em risco o corpo social. Assim, ao passo que de um lado se forma uma ciência reunindo todo um conjunto de saberes sobre o sexo, de outro lado se forma um aparato de diagnóstico e repressão que aparece para banir da existência as formas sexuais consideradas degeneradas. Evidente que nem toda psicologia e nem toda psiquiatria age desta maneira, todavia, naquele período Foucault analisou como o trabalho da *Scientia Sexualis* e como ela se utilizou da confissão clínica de forma a diagnosticar e exercer controle sobre as ditas perversões sexuais.

Uma vez que se associa a sexualidade tida por pervertida de seu ideal a um conjunto de conhecimentos científicos que apontam uma série de comportamentos sexuais como sendo patológicos, torna-se também muito clara a concepção de que os sujeitos que apresentam tais patologias em seu comportamento sexual necessitam ser curados, necessitam ser tratados, sua conduta corrigida e assim – e somente se possível – reintegrados à sociedade sem trazerem risco aos indivíduos “sãos”. E aqueles que não procuram tratamento, quer seja por não concordarem com o tratamento, ou por não desejarem o tratamento, ou por qualquer outro motivo, começam a ser enxergados como transgressores, como um risco ao corpo social. Nessa perspectiva, conforme afirma Foucault (2017), começa também a surgir no universo jurídico o mesmo contexto discursivo que surgia na medicina, buscando identificar, conhecer e reconhecer os desvios sexuais que representavam um risco ao corpo social.

A homossexualidade, a perversidade, a sodomia e tantas outras manifestações sexuais tidas por patológicas, começaram então a ser objeto de apreensão tanto pela medicina, quanto

²⁵ Tradução livre do latim: Ciência sexual.

pelo aparato jurídico; o sexo é vigiado, e todo aquele que se manifesta fora do padrão sexual preestabelecido (sexo heterossexual e voltado exclusivamente à reprodução) passa a ser castigado (não necessariamente no aspecto físico), retirado do convívio social, julgado e sancionado ao tratamento, à correção, à normalização.

Até este ponto, as justificativas para a normalização do sexo se pautam em questões que podemos considerar sanitárias e de interesse público para a manutenção da idoneidade moral instituída para o corpo social. Conforme vimos acima, diversas ferramentas biopolíticas tiveram seu surgimento marcado pela subliminar intenção de garantir determinada (idealizada, construída) qualidade de vida do povo para só então partirem para uma perspectiva mais utilitarista de serviço e atendimento ao mercado e suas expectativas.

Com a sexualidade não ocorreu de forma diferente; a perspectiva médica que iniciou sua abordagem no campo sanitário buscando prevenir e zelar do corpo social, também passou a servir o mercado e suas expectativas. Seguindo o raciocínio de Foucault (2017), a história da repressão sexual, se escrita sobre outros moldes – os moldes da força de trabalho – seria possível que supuséssemos que os esforços para o controle e repressão da sexualidade patológica se concentrassem na população pobre. Ao homem adulto pobre, o sexo não deveria servir como distração ou como qualquer outro motivo que culminasse na subtração de sua força útil de trabalho; antes, deveria restringir-se somente ao necessário, isto é: à reprodução. Todas as outras formas do sexo que possam servir como subtração da força útil de trabalho devem ser, por conseguinte, banidas.

Na mesma perspectiva, a mulher adulta também precisava ser vigiada, não somente em sua prática sexual, mas também em seu comportamento perante o seu papel social de manutenção e cuidado do lar. Foucault (2017, p. 131) considera que:

A personagem investida primeiramente pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser ‘sexualizada’, foi, não devemos esquecer, a mulher ‘ociosa’, nos limites do ‘mundo’ – onde sempre deveria figurar como valor – e da família, onde lhe atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher ‘nervosa’, sofrendo de ‘vapores’; foi aí que a histerização da mulher encontrou seu ponto de fixação.

Agora sim, e em grandes níveis, a preocupação genética entrou nos lares burgueses; naquele contexto, tal preocupação refletia sobre a hereditariedade, a herança genética dos descendentes. Preocupava-se com as uniões, com o legado genético das famílias, entendia-se a hereditariedade como uma ameaça, um risco, que se não fosse bem administrado poderia trazer problemas à sucessão da família. Assim, preocupações de caráter eugênico começaram a

instalar-se no universo da sexualidade, porque a geração de filhos era o que permitiria a perpetuação do legado de uma família. Buscava-se evitar “as taras da parentela, a paralisia geral do avô, a neurastenia da mãe, a tísica da caçula, as tias histéricas ou erotômanas, os primos de maus costumes” (FOUCAULT, 2017, p. 136). A preocupação nestes casos não era de simplesmente banir o mal, a doença do sangue da família; na verdade, a principal preocupação nestes casos era a “expansão da força, do vigor, da saúde, da vida” da família. (FOUCAULT, 2017, p. 136). Portanto, a preocupação sanitária e moral tratou-se de um mero disfarce para a real intenção por trás do controle da sexualidade: a clara, nítida e total interferência na vida humana no sentido de aprimorá-la para certas finalidades.

O que acontece nestes casos é a constituição de um sistema de crenças e de um determinado sentimento social tão forte que move o pensamento e a atitude dos indivíduos em direção a um propósito. O poder exercido sobre os corpos, que antes firmava-se sobre as duras e sangrentas intervenções à flor da pele, agora controlava e regia o corpo social, mas sem tocar o corpo, sem fazer-lhe sangrar; toda interferência deu-se, expandiu-se e perpetuou-se no plano discursivo. Não está mais nos interesses do governante o “fazer sofrer”, o aniquilar, o exterminar, o matar. A administração da morte, muito embora continue sendo exercida pelo titular das ferramentas de poder através das tecnologias que já mencionamos, não é mais o principal objetivo; deseja-se agora administrar a vida humana. “Veremos, depois, que tais mecanismos de poder, por um lado ao menos, são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida do homem, na qualidade de corpo vivo” (FOUCAULT, 2017, p. 98).

Em todo momento, o objetivo do titular das ferramentas de poder ao exercer o poder sobre os indivíduos foi claro e distinto. E Foucault (2017, p. 98) demonstra este objetivo:

Imensa obra a que o Ocidente submeteu gerações para produzir – enquanto outras formas de trabalho garantiam a acumulação do capital – a sujeição dos homens, isto é, sua constituição como ‘sujeitos’, nos dois sentidos da palavra (...).

Portanto, o que apontamos acima – isto é: o controle sanitário, a ideia de crime na idade moderna, a loucura e a sexualidade – representaram concomitantemente um papel político, à medida que serviram para sujeitar os indivíduos ao esquadramento, à vigilância e ao controle.

1.5. A biopolítica

Etimologicamente a palavra “biopolítica” pode ser entendida como “vida política”, entretanto, tal palavra tem um conceito filosófico diferente e mais complexo. Conforme estudou

Jonnefer Francisco Barbosa (2009), os gregos utilizavam a palavra Ζωή (Zoé) para se referir à vida enquanto compreendida por suas dimensões biológicas/orgânicas. Portanto, eram portadores da Ζωή (Zoé), tanto os homens como os animais e as plantas.

Na obra *A Política*, de Aristóteles (1999), o filósofo grego – ao longo de seu texto – refere-se à diferentes dimensões da vida humana empregando quatro palavras diferentes. Além da Ζωή (Zoé), Aristóteles apresenta mais três dimensões de vida enquanto exercício vivo (βίος – Biós), que pela sua significação, são dimensões qualificadas da vida humana. Segundo Aristóteles, a vida qualificada era dividida em: βίος Θεωρητικός (biós theoretikos), entendida como “vida contemplativa”; βίος Απολαυστικός (biós apolaustikós), entendida como “vida de prazeres”; e, βίος Πολιτικός (biós politikos), entendida como “vida política”.

Para Aristóteles (1999) não havia uma cisão entre a vida biológica (Ζωή – Zoé) e as demais dimensões da vida enquanto exercício vivo (βίος Θεωρητικός – biós theoretikos; βίος Απολαυστικός – biós apolaustikós; e βίος Πολιτικός – biós politikos), sendo que tais formas representam somente diferentes dimensões da vida humana (βίος - Biós). Para Aristóteles (1999), o que diferencia o homem do animal é justamente o exercício da atividade política (βίος Πολιτικός – biós politikos) que ocorria na πολις (pólis). Portanto, Aristóteles não enxergava a vida humana separada, cindida, entre processos biológicos e a atividade política; para o filósofo, é uma condição inerente da vida (Ζωή – Zoé) que está em nós humanos o desempenho do comportamento político, portanto, o exercício de uma vida política (βίος Πολιτικός – biós politikos), senão seríamos como os animais.

Conforme se depreende da leitura de Michel Foucault, sobretudo em seus cursos “Em defesa da sociedade”, ministrado em 1975-1976, e “Nascimento da Biopolítica”, ministrado em 1978-1979, associado à leitura de Giorgio Agamben, sobretudo em sua obra “*Homo Sacer I: O poder soberano e a vida nua*” (AGAMBEN, 2007), compreendemos que na perspectiva filosófica, a biopolítica pode ser compreendida como a agência dos mecanismos de poder no sentido de cindir a vida humana (Ζωή – Zoé versus βίος – Biós), simplificando-a e reduzindo sua complexidade, tratando suas mais diversas manifestações como distintas, externas, alheias. É a cisão de βίος (Biós) e Ζωή (Zoé). Portanto, toda forma de isolar no homem qualquer uma das dimensões de sua vida representa uma agência biopolítica (BARBOSA, 2009).

Deste modo, o critério utilitarista que empenha constantes estratégias para tornar os indivíduos em objetos, portanto, máquinas integrantes de uma cadeia produtiva, considera-os somente em relação a seu corpo, às suas aptidões, às suas habilidades produtivas, portanto, considera somente sua βίος (Biós), cindindo e, portanto, retirando dos indivíduos as diversas

dimensões de sua βίος (Biós), dimensões estas que, segundo Aristóteles (1999), são a única distinção entre os homens e os animais.

Assim, partindo da leitura que realizamos até o momento, é possível perceber que a biopolítica gradualmente toma grande parte da orientação política do Estado. Conforme já observamos logo acima, durante muitos séculos o poder do Estado estava concentrado em causar a morte, ou em deixar que os indivíduos vivessem. Portanto, o Estado administrava a morte. Gradualmente essa concepção se transforma: além de administrar a morte, o Estado passa a ser também principal gestor da vida humana, (βίος – Biós). Além de determinar quem deverá morrer ou quem poderá permanecer vivo, agora a manutenção e a gestão do “como” viver também é posta em foco.

Sobre a Biopolítica, Danner (2010, p. 155) comenta:

A biopolítica vai se ocupar, portanto, com os processos biológicos relacionados ao homem-espécie, estabelecendo sobre os mesmos uma espécie de regulamentação. E, para compreender e conhecer melhor esse corpo, é preciso não apenas descrevê-lo e quantificá-lo – por exemplo, em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbidade, de longevidade, de migração, de criminalidade, etc. –, mas também jogar com tais descrições e quantidades, combinando-as, comparando-as e, sempre que possível, prevendo seu futuro por meio do passado. E há aí a produção de múltiplos saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária.

Com a intervenção cada vez mais marcante da biopolítica, a gestão minuciosa da vida humana passa a ocupar um espaço cada vez mais centralizado no cenário político. Como disse Foucault (2017) citando Aristóteles, o ser humano ocupa o espaço de um animal vivo; para tanto, gradualmente a vida dos seres humanos estaria cada vez mais separada de suas dimensões mais complexas, sobretudo, integrando o jogo político como meros figurantes, passando assim a ocupar uma posição cada vez mais central da governamentalidade biopolítica que buscará regular a vida humana até mesmo em suas mais complexas dimensões, opondo βίος (Biós) e Ζωή (Zoé).

Além de garantir a dominação sob o rótulo da garantia de sobrevivência face à estratégia discursiva do *medo*, tornou-se parte deste trabalho o investimento de esforços para tornar o ser humano mais hábil, mais capaz, mais produtivo. Para tanto, faz-se necessária a contínua tecelagem de uma teia de saberes; tudo conhecer, tudo saber, tudo apreender, para tudo controlar, gerir, administrar. É o que comentam Diniz e Oliveira (2013, p. 156):

Sua importância ocorre em função da população necessitar de boas condições do ambiente para preservar sua existência. Os problemas climáticos e

geográficos – assim como as epidemias e outras mazelas – vão afetar diretamente a população. Portanto, é a partir das taxas de natalidade e mortalidade, vinculadas às diversas incapacidades biológicas que a biopolítica vai conseguir extrair o conhecimento necessário para a definição de qual área ela deve intervir com seu poder. Esse poder extraído será fundamental para aperfeiçoar os mecanismos de poder que serão baseados numa espécie de previdência, que tem por objetivo – além de alcançar a baixa da morbidade e a alta da natalidade – prolongar a vida da espécie humana. Para isso serão estabelecidos mecanismos reguladores com o intuito de manter o equilíbrio da população.

Portanto, todo o aparato tecnológico que o poder faz surgir busca a implementação de interferências diretas na vida dos indivíduos, alterando-a de acordo com determinados parâmetros que se deseja atingir.

Em contrapartida, os indivíduos deixam cada vez mais de ocupar os papéis de sujeitos das relações humanas, passando a ser objetos integrantes de uma cadeia discursiva que os prende, os força e procura moldá-los de modo que desenvolvam um capital humano mais valioso e, portanto, mais adequado às expectativas do mercado. Tais interferências procurarão ajustar os indivíduos, sobretudo em relação às suas aptidões a serem formadas e da implementação do “capital humano” de modo que seja gradualmente mais valioso (FOUCAULT, 2010b, p. 219). As interferências diretas sobre a formação desse chamado “capital humano” se concentrarão de forma direta nas áreas que trabalhem com os fatores adquiridos, uma vez que tais fatores podem contribuir para uma significativa melhora do valor do capital humano. Assim, tornar-se-á cada vez mais nítida a intervenção do Estado em diversos níveis da vida²⁶ dos indivíduos; dentre eles, e, principalmente, nosso objeto de estudo: a educação.

²⁶ Bloc; Biós.

CAPÍTULO 2 – UM BREVE ESTUDO GENEALÓGICO DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO À ΒΙΟΣ – A VIDA HUMANA²⁷

Neste capítulo procuraremos demonstrar brevemente como a noção da educação se desenrolou em diferentes períodos da história humana, estabelecendo assim uma sucinta análise de cunho genealógico a respeito da finalidade da educação em diferentes momentos históricos desde a antiguidade a até a atualidade buscando assim compreender como a concepção de educação foi mudada ao longo do tempo, apontando para isso dois períodos históricos; partindo dos Gregos na Idade Clássica e prosseguindo com a educação de mercado, já na Era Moderna.

2.1. A ideia da educação antes da πόλις (pólis)²⁸

Vernant (2014) afirma que antes da existência da πόλις (pólis) a sociedade estava organizada num estilo de vida palaciano, ou seja: toda a sociedade estava organizada em função do palácio e ao redor dele. O rei era a figura central de todos os aspectos da sociedade e a sua existência bastava para o bom funcionamento da sociedade. A mentalidade desse contexto havia sido concebida sob o pressuposto de que além do palácio não existia vida ou pensamento que merecesse consideração. Toda a comunidade que circundava o palácio tinha significado apenas no sentido de produzir bens e mantimentos para o palácio, mas a real importância estava restrita ao interior do palácio.

A própria organização arquitetônica das cidades estava alinhada a essa lógica, já que o palácio ocupava a posição central, mais privilegiada e mais protegida, enquanto as demais construções iam se dispondo ao redor até às margens mais expostas; assim, em caso de invasões, toda a cidade precisava ser dominada antes que o palácio fosse alcançado pelo inimigo. O que era central, portanto, era a ideia que representava a corte real e seus significados políticos, históricos, religiosos e sociais. Todo o resto, a margem, não compunha esse processo, não havia, portanto, uma ideia formada de comunidade, mas tão somente a centralidade do palácio contraposta à marginalidade necessária somente para a manutenção da vida do rei e de sua corte.

²⁷ Optamos por fazer o uso da grafia grega para nos referirmos a determinados conceitos que serão apreciados neste capítulo. O emprego da grafia grega, em nossa visão, preserva a etimologia dos conceitos que procuramos trabalhar conforme o significado destes conceitos para o pensamento filosófico e para o fundamento teórico que pretendemos transmitir. Acreditamos que a transliteração pode prejudicar a compreensão da verdadeira complexidade destes conceitos.

²⁸ Pólis: concepção de cidade grega. Não pode ser compreendido apenas como “cidade”, mas trata-se da cidade com funcionamento semelhante a Atenas nos tempos clássicos.

Durante esse período, não é possível visualizar na história um contexto de educação de cunho oficial difundido em toda a sociedade, e os poucos esforços existentes destinam-se exclusivamente aos grupos socialmente privilegiados. Com exceção dos ofícios manuais que eram passados de pai para filho como uma herança e um fado, não há registro histórico de qualquer outro processo de educação destinado à ampla comunidade senão tão somente a grupos extremamente privilegiados, como os príncipes e os escribas (MARROU, 1975).

Nesse contexto, entendemos ser necessário reconhecer a marcante influência dos gregos para que tal concepção se formasse. Evidente que não estamos, com isso, menosprezando a importante contribuição dada por outras civilizações (até mesmo pré-helênicas) na formação da concepção ocidental moderna de homem, política e sociedade; entretanto, foi na Grécia antiga que se formou a primeira ideia de “cultura” como sendo a expressão dinâmica de uma série de manifestações e formas de vida que caracterizam um povo em especial. Podemos afirmar, conforme as reflexões de Jaeger (2001), que diferente das outras civilizações antigas (Hebreus, Chineses, Babilônicos, etc.), os gregos constituíram sua própria cultura pautada numa finalidade de desenvolvimento e formação humana, isto é; do ἄνθρωπος (antropos)²⁹. Todas as demais culturas possuíam uma mentalidade muito arraigada a princípios espirituais, o que acabava por orientar suas práticas, sua cultura, à elevação, ao desenvolvimento e à propagação desses mesmos princípios espirituais. Mesmo a mitologia grega e todos os ícones espirituais da pólis apontavam diretamente para uma cultura de auto constituição, portanto, estavam intrinsecamente relacionados à formação do ἄνθρωπος (antropos).

Para a época, conforme aponta Jaeger (2001), a civilização grega era significativamente distinta de seus contemporâneos, podendo inclusive serem comparados em propósitos com o atual mundo europeu, tão avançados eram seus ideais e seu pensamento. Assim, enquanto para as demais civilizações as questões de ordem espiritual residiam no cerne de todas as suas práticas, para os gregos a individualidade humana era elevada à posição central, contrariando a ideologia palaciana que predominava até então. Portanto, foi a compreensão acerca da centralidade do indivíduo na Grécia Antiga “que principiou a história da personalidade

²⁹ Antropos: palavra grega que se refere ao ser humano, ao indivíduo pertencente ao gênero humano. Não tem a conotação específica ao gênero masculino – que no grego é representado por ἀνδρός (andrós). Portanto, diz respeito a todos os indivíduos humanos, incluindo (na concepção hierárquica da época) homens, mulheres, crianças e escravos. O uso dessa palavra em nosso texto busca trazer a compreensão completa de que, conforme se verá mais adiante, além do homem (ἀνδρός – andrós), a mulher grega, o escravo e as crianças (todos pertencentes ao gênero humano ἄνθρωπος – antropos), também tinham seu lugar específico no processo de formação humana, o que era distinto do conceito de cidadão grego, figura política que era composta apenas pelos homens (gênero masculino) gregos.

européia” (JAEGER, 2001, p. 07) e, conseqüentemente, toda a personalidade ocidental, com as devidas influências de outras culturas.

2.2. A formação humana durante e imediatamente após o surgimento da πόλις (pólis)

As invasões dóricas, segundo comenta Vernant (2014), romperam com o pensamento social que marcou a fase pré-helênica, isto é: o estilo de vida palaciano. A escrita antiga é destruída e uma nova escrita totalmente diferente foi adotada. O palácio e seu simbolismo são destruídos simultaneamente e assim o palácio perde o protagonismo das questões políticas; o surgimento da ἀγορά (ágora)³⁰ marca a inauguração de um novo centro político: a praça pública. Ali homens livres passam a deliberar abertamente as questões de interesse particulares e questões de ordem pública, portanto, com implicações para toda a comunidade.

A narrativa de Vernant (2014) revela que essa nova organização social colocou em crise a realeza micênica (os habitantes do palácio), que começou a ser questionada em seus valores por aqueles que por muito tempo ficaram sem voz. O rei perde a centralidade que antes lhe era exclusiva, o domínio de toda a sociedade foi agora aspergido por cima da cidade e disseminado entre seus cidadãos³¹. A figura do cidadão grego denota pertencimento e identidade, incorpora o indivíduo àquela sociedade, esse senso de pertencimento, de integrar, de constituir, de ser fundamental à manutenção da cidade, cria no indivíduo o direito ao exercício da cidadania.

Transcorridos os tempos homéricos, recorreremos inicialmente aos habitantes de Esparta, cujos homens eram treinados não para serem heróis do ponto de vista da bravura e do bem agir perante os deuses, mas seu treinamento era voltado a constituir a honra coletiva, portanto, o militar não era um valente (que na perspectiva homérica tinha o heroísmo em si mesmo), mas

³⁰ Ágora: praça central da cidade grega. Era um local bastante específico onde os cidadãos se reuniam para expor, debater e decidir questões da vida pública.

³¹ O conceito de cidadania na Grécia era bastante diferente do que temos atualmente. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010), para ser um cidadão grego era necessário ser do sexo masculino, possuir mais de 21 anos de idade, ser livre, portanto, não poderia ser escravo, e ser grego por nascimento. Portanto, efetivamente, somente uma pequena parcela dos indivíduos gregos era, de fato, um cidadão. Entretanto, não podemos deixar de considerar que, apesar de parte significativa dos esforços concentrados na educação se direcionassem ao cidadão grego, conforme Aristóteles (1999) relata, cada indivíduo possuía seu papel na sociedade grega. Assim, as mulheres, os escravos e os demais, tinham cada um o seu devido papel. À mulher cumpria o cuidado do lar que ultrapassava a simples tarefa da limpeza e da cozinha. Aos escravos, muitas vezes estrangeiros, cumpria um papel fundamental pois eram, em grande parte, os παιδαγωγός (paidagogós), portanto, os preceptores, os mestres, os guias, que educavam as crianças. Aos estrangeiros muitas vezes era conferido o papel de conselheiros dos líderes políticos, sobretudo em assuntos internacionais, também atuando como intérpretes e tradutores. Assim, cada qual possuía um papel a ser desenvolvido na sociedade, requerendo, portanto, um tipo de educação para cada papel a ser desempenhado. Por critérios metodológicos, optamos por nos aprofundar nos processos de formação do cidadão grego, tendo em vista que a filosofia grega – esquece de todo pensamento ocidental – considerou em sua reflexão prioritariamente a formação do cidadão grego.

tratava-se de um soldado, portanto, um membro integrante e fundamental do corpo militar, do exército. Deste modo, sua vida está à disposição para a defesa e a luta pela conquista dos interesses da πόλις (pólis) e, de acordo com a análise de Aristóteles (1999), não teria qualquer distinção em relação às demais vidas; assim deveria haver distinção hierárquica entre os cidadãos gregos.

Enquanto nos tempos homéricos o objetivo principal dos militares era o de se tornar um distinto herói, em Esparta era objetivo dos mestres formar um exército de heróis³². Não era objetivo dos indivíduos a perseguição da fama e do reconhecimento individual, mas sua honra era constituir, fazer parte de um exército poderoso que morreria se fosse preciso por amor e obediência a Esparta.

Diferente dos casos homéricos, em que a honra ferida de um herói era suficiente para afastá-lo da batalha prejudicando drasticamente todo o exército (HOMERO, 2016), em Esparta, a ἀρετή (areté)³³ do soldado era o seu altruísmo, o senso de solidariedade, a disposição sincera de dar a vida se necessário fosse para a defesa dos interesses e do bem estar dos espartanos. Começam a surgir nesse momento a formação de ideais políticos bem rudimentares, conforme Vernant (2004) refletiu, mas já suficientes para criar no soldado espartano o senso de pertencimento à sua comunidade, e assim, sua devoção ao bem daquela sociedade.

“[...] ao ideal, no fundo tão pessoal, que era o do cavalheiro homérico, do companheiro do círculo real, substitui-se doravante o ideal coletivo da πόλις [pólis], do devotamento ao Estado, o qual se torna, como não o era na época precedente, o quadro fundamental da vida humana, em que se desdobra e se realiza toda a atividade espiritual. Ideal totalitário: a πόλις é tudo para seus cidadãos; é ela que os faz o que são: homens”. (MARROU, 1975, p. 36).

Portanto, começa a surgir o ideal da πόλις (pólis), conforme já mencionamos brevemente acima, o homem também vai se tornando um político, e começa a se formar uma educação oficial que visa prepará-lo com tudo o que for necessário para a guerra, mas também, e principalmente, visa formar nele um senso de sociedade, despertando-lhe a busca pela ἀρετή (areté) que encontra-se no dedicar a vida e as habilidades à defesa dos interesses πόλις (pólis) de maneira totalmente altruísta e solidária.

³² “[...] segundo a feliz fórmula de W. Jaeger, não terá mais por fim selecionar heróis, mas formar uma cidade inteira de heróis – soldados prontos a se devotarem à pátria”. (MARROU, 1975, p. 36).

³³ Areté: comumente traduzida como “virtude”, muito embora o real significado seja bem mais complexo e amplo e, infelizmente, não encontra tradução para o português. Assim, preferimos em toda redação, utilizar a expressão original “ἀρετή” para não prejudicar a compreensão.

Além da educação para o manejo das armas, que era imbrincada da ἀρετή (areté) altruísta, o espartano também era treinado nos esportes, principalmente as corridas, na música e nas artes, que incluía também a arte do bem falar, e do bem agir. Era necessário, para o bom proceder do espartano, que soubesse como se comportar tanto no campo de batalha, quanto nas festas religiosas, que eram as principais manifestações coletivas da sociedade espartana. Essa participação na vida pública representava, conforme observa Marrou (1975), importância tão significativa quanto a destreza e habilidades no manejo de armas. Assim, as artes começaram a figurar a educação espartana justamente pela influência que a dedicação à πόλις (pólis) implicava.

Nos estudos de Marrou (1975) fica comprovado que foi através dos espartanos que se manifestou pela primeira vez uma estrutura voltada à formação política, voltada não somente à guerra, mas que os destituísse de suas ambições egoístas e os realocasse no complexo e vasto corpo social que começa a se formar nesse contexto de altruísmo e solidariedade. A partir de então, essa formação essencialmente política, assumiu o protagonismo da educação grega à medida em que se buscava promover o senso de comunidade/sociedade.

2.3. Paidéia: a formação do ἄνθρωπος (antropos)

Após a invasão dórica que rearranjou as estruturas sociais daquela região, importantes fundamentos daquela sociedade foram abalados e, segundo Vernant (2004), toda essa transformação colocou fim à realeza micênica e, conseqüentemente, ao estilo de vida palaciano, inaugurando uma nova fase no pensamento grego. Em Esparta, conforme vimos acima, já se tinha desenvolvido uma ἀρετή (areté) completamente altruísta e solidária aos interesses da pátria, o que fazia com que os soldados fossem formados para lutar até o fim e doar a própria vida se necessário fosse para que os interesses de Esparta fossem preservados e atingidos; portanto, a virtude dos homens era a defesa da soberania da πόλις (pólis). Com as invasões dóricas mudanças ocorreram, principalmente na estrutura arquitetônica da cidade e no que tais posicionamentos representavam.

Tudo foi destruído e ao ser reconstruído não assumiu a mesma forma de antes. O idioma que antes tinha forte raiz oriental, foi suprimido para dar lugar ao novo idioma que tomou por base o idioma dos fenícios. O palácio, que também foi destruído na invasão, ao ser reconstruído já não era mais o prédio central da cidade, e simultaneamente perdeu a importância e a centralidade que possuía. A πόλις (pólis) agora se organizava ao redor da ἀγορά (ágora) onde

os cidadãos se reuniam para decidir questões de interesse da vida pública, ou seja: questões da πόλις (pólis), questões do πολιτικός (politikós)³⁴.

Desta forma, a educação nesse novo período passa a objetivar a formação do cidadão grego, que no entender de Jeager (2001, p. 12), “é o homem político”. Isso indica o surgimento de uma nova ἀρετή (areté), que é a virtude do bom o exercício da cidadania, ou seja, a participação ativa na vida pública. Assim, na ἀγορά (ágora), todo cidadão grego³⁵ – buscando alcançar a ἀρετή (areté) – deveria integrar, fazer frente, ser uma voz ativa a deliberar as questões da πόλις (pólis); porque nisso consistia o bom exercício de sua cidadania. O cidadão grego não podia ser alienado, nem mesmo podia se contentar com o silêncio e a aceitação submissa de toda e qualquer decisão política; sua vida, sua existência estavam intrinsecamente relacionadas ao exercício da vida pública.

Neste contexto, e conforme resta claro a partir da leitura de Aristóteles (1999), a vida humana é indissociável de sua existência complexa, sobretudo no que se relaciona à sua prática política. Ao dizer que o homem é um animal político “ζῷον πολιτικόν” (zoon politikon) (ARISTÓTELES, 1999, p. 146), Aristóteles se refere ao fato de que, como portadores de vida – enquanto processos biológicos e metabólicos (Ζωή – Zoé) – somos semelhantes aos animais, pois somos todos portadores desses mesmos processos biológicos e metabólicos. Entretanto, em caráter indissociável, temos a razão que é inerente a nossa própria existência; da razão descende a linguagem, a reflexão, a vida política. Portanto, apesar de sermos como os animais, portadores de vida biológica (Ζωή – Zoé), possuímos uma existência complexa, nossa vida possui dimensões mais profundas, temos uma vida qualificada (βίος – Biós e suas três distinções conforme Aristóteles, 1999).³⁶

No entender de Vernant (2004), o exercício político do grego neste período funda-se basicamente no λόγος (lógos)³⁷, isto é, no exercício da linguagem. A retórica e a dialética, por serem exercícios da linguagem, são, portanto, os instrumentos mais imediatos da cidadania e conduzem o homem grego à vitória nas lutas – que agora são os debates – na assembleia e no tribunal – na ἀγορά (ágora). Saber falar bem e convencer seu oponente a adotar suas ideias abandonando às dele significa dominar as técnicas da linguagem, significa exercer correta e ativamente a atividade política. O desenvolvimento dessa capacidade, desse domínio da linguagem e de suas técnicas inaugura os primeiros sinais do pensamento filosófico, do

³⁴ Politikós: que diz respeito aos grupos de cidadãos que se reuniam nas ágoras para debater e decidir questões da vida pública.

³⁵ Vide nota 28.

³⁶ Vide nota 22.

³⁷ Logos: linguagem, especialmente a falada.

pensamento lógico, da interrogação e da busca pela verdade; daí o surgimento das primeiras escolas lideradas por grandes filósofos, escolas estas que se propunham suscitar nos discípulos/alunos as habilidades de bem falar, bem argumentar e de buscar a verdade e o saber através do exercício da argumentação.

Portanto, a παιδεία (paidéia)³⁸, ou o sentido da formação do ἄνθρωπος (antropos), concentrava-se na preparação do homem para conhecer as questões da πόλις (pólis), para dominar a linguagem e suas técnicas também para que desenvolvesse a κριτική (kritiké)³⁹, tornando-o capaz de pensar e argumentar por si mesmo. O principal intuito da πόλις (pólis) de formar integralmente o ἄνθρωπος (antropos). Através da formação que recebia, o ἄνθρωπος (antropos) percebia seu lugar na ordem social e política da πόλις (pólis) e assim, estava habilitado a integrar ativamente a ἀγορά (ágora), participando de seus debates, das discussões e das questões públicas, defendendo os interesses e lutando pelo desenvolvimento e pelo fortalecimento da πόλις (pólis). Esses valores eram o que existia de mais relevante e precioso no âmbito da formação do ἄνθρωπος (antropos).

Essa formação é inseparável da permanente busca da autonomia, da liberdade, da igualdade, da justiça, e da efetiva participação de todos na discussão, definição e realização da vida coletiva, do presente e do futuro dos seres humanos. Pressupõe a *educação de todos*, do nascimento à morte, como incessante busca e realização do bem comum, e o aprender a deliberar, a escolher, viver e agir com racionalidade e responsabilidade para com o mundo natural e humano. (COÊLHO, in. COÊLHO, 2013, p. 25).

Neste ponto, é importante salientar que mesmo que essa formação estivesse disponível individualmente aos sujeitos, tratava-se de uma educação social a partir do momento em que preparava o cidadão para a participação na vida política. Tinha, portanto, um intuito coletivo e político, isso porque a sociedade daquele momento era fundada em ideais altruístas e que entendia ser imprescindível a participação ativa do ἄνθρωπος (antropos) para a evolução e o fortalecimento da πόλις (pólis). Assim, o ἄνθρωπος (antropos), ao buscar uma formação não buscava propriamente o seu engrandecimento pessoal, o que buscava era melhorar seu intelecto

³⁸ Paidéia: sistema de educação adotado pelo grego que buscava a formação de um indivíduo perfeito e completo, um sujeito político que compreende seu papel de parte integrante da pólis e assim, desempenha sua vida de forma a conviver harmonicamente com seus semelhantes e colaborar com sua vida para a manutenção do equilíbrio e da boa vida na pólis.

³⁹ Kritiké: no grego a palavra que deu origem ao vernáculo português “crítico” manifesta-se como sendo a “arte de julgar”. Em nosso texto utilizamos a terminologia grega para expressar a ideia da formação de um pensamento crítico no sentido grego, um pensamento capaz de julgar, versado na arte do julgamento, da ponderação.

colocando-o a serviço do mais nobre e mais elevado ofício: o serviço dedicado à sociedade grega, a defesa dos interesses da πόλις (pólis).

Numa perspectiva geral, a educação está onde está presente a atividade humana – atividade do ἄνθρωπος (antropos). Acontece que até períodos antes da invasão dórica, a noção de educação, além de bastante rudimentar, não guardava relação com o ideal de formação integral do ἄνθρωπος (antropos), ou seja: não buscava ajustar seu caráter, nem tampouco colaborar com a construção de uma mentalidade autônoma, com a formação da κριτική (kritiké). Educar na πόλις (pólis) é um ato revestido de relevante valor e complexidade, e significa muito mais do que meramente adestrar. Ocorre, portanto, uma mudança na forma como a educação é pensada; formar integralmente o ἄνθρωπος (antropos) torna-se, nesse sentido, um evento totalmente relacionado com o surgimento e a existência da πόλις (pólis). Jaeger (2001, p. 10) reflete:

Em todo lugar onde esta idéia reaparece mais tarde na História, ela é uma herança dos Gregos, e aparece sempre que o espírito humano abandona a ideia de um adestramento em função de fins exteriores e reflete na essência própria da educação.

Portanto, a formação do homem conforme idealizada pelos gregos antigos, a almejada ἀρετή (areté), é a habilidade que o ἄνθρωπος (antropos) deve ter de participar ativamente da vida pública – cada um em seu devido papel – e especialmente do cidadão, cuja principal função era de discutir, de debater, de questionar; isso representa sua cidadania. A παιδεία (paidéia) representa a formação política do homem, educação que ultrapassa o preparo meramente para o exercício de seu ofício.

Entendida, realizada e vivida como paidéia, παιδεία, formação cultural para a vida em comum, a educação, a escola ensina crianças, jovens e adultos a bem-viver, a participar na vida pública, na instituição da *vida boa*, para todos, e não para alguns privilegiados. Espera-se, pois, que essa educação forme a todos nos ideais de constituição e cultivo da vida coletiva; e no reconhecimento de que os homens têm iguais direitos. (COELHO, in. COELHO, 2013, p. 25).

Tal formação, com vista na constituição das habilidades intelectuais e políticas do ἄνθρωπος (antropos), não é necessária somente para o exercício da cidadania pelo homem grego; na verdade,

[...] essa educação é fundamental para que a igualdade, a autonomia, a liberdade e a participação não sejam meras realidades abstratas, utopias ou

conceitos, mas se realizem no trabalho coletivo de criação social, no movimento dos opostos[...]. (COÊLHO, in. COÊLHO, 2013, p. 25).

Através dessa educação para a cidadania, o grego era habilitado ao exercício de sua cidadania, além de que poderia desenvolver uma concepção geral dos ideais de igualdade, autonomia e liberdade, tão caros ao cidadão grego. Conforme comentou Coêlho (in COÊLHO, 2013), o cidadão grego devidamente educado, seria capaz de realizar os ideais da igualdade, da autonomia, da liberdade e da efetiva participação política através do trabalho coletivo de criação social, cujo trabalho ocorria – na maioria das vezes – nos debates travados na ἀγορά (ágora).

Esse foi o traço característico dos momentos iniciais da concepção de educação para a formação humana: educava-se o ἄνθρωπος (antropos) para que se tornasse um integrante da πόλις (pólis) apto a torná-la melhor e assim constituir ali uma “vida boa” (COÊLHO, in. COÊLHO, 2013, p. 25). Tal educação se pautava no ideal constituir indivíduos autônomos e livres, capazes de pensar e escolher por si próprios, debaterem, argumentarem e participarem ativamente da vida da πόλις (pólis).

2.3.1. Sócrates e Alcibíades

Neste mesmo contexto, cumpre analisarmos brevemente o relato de um diálogo passado entre Sócrates e Alcibíades. Em dada ocasião, Sócrates encontra o jovem Alcibíades, jovem dotado de especiais privilégios na sociedade, por pertencer à uma boa família e certamente ter condições de desenvolver uma postura de destaque na vida pública. Além disso, Alcibíades era um jovem belo. Sua beleza lhe rendia constantes cortejos dos erastes, portanto, era um discípulo certamente disputado. Ocorre que para Alcibíades não estava contente com o que já havia conquistado até então; ou seja: possuir o privilégio de ser um jovem aristocrata, de boa família, que possuiria destaque na vida política e que era dotado de grande beleza. “Alcibíades não quer contentar-se com isso. Quer voltar-se para o povo, quer tomar nas mãos o destino da cidade, quer governar os outros” (FOUCAULT, 2010c, p. 32).

Assim, Sócrates conhecendo as intenções do jovem Alcibíades, se aproxima com um conselho para o jovem que quer governar os outros: “aplica teu espírito” (FOUCAULT, 2010c, p. 32). A expressão “aplica teu espírito” (νοῦν πρόζεκε – noûn proseke) retoma a uma premissa filosófica grega, a do “cuidado de si” (ἐπιμέλεια ἑαυτοῦ – epimeleia heautou). O sentido da reflexão que Sócrates queria proporcionar era de que o jovem Alcibíades, um jovem bem formado e bem constituído, mas que desejava utilizar-se de seus privilégios para desenvolver

uma ação política efetiva, para atingir tal finalidade, precisava cuidar de si mesmo, aplicar seu espírito numa reflexão sobre si mesmo.

Mais adiante no diálogo, Sócrates aconselha o jovem Alcibíades a olhar um pouco para quem ele era, comparando-se àqueles que ele desejava/necessitaria afrontar para desempenhar corretamente a sua ação política. Assim, o jovem Alcibíades teria ciência de sua inferioridade em relação aos seus inimigos (FOUCAULT, 2010c).

Foucault (2010c) destaca que Sócrates, como mestre de Alcibíades, desejava fazer com que seu discípulo tomasse tempo para refletir acerca de si mesmo em relação aos inimigos, aos oponentes, aos outros. Para Sócrates, conforme Foucault (2010c) analisa, era necessário que o jovem grego aprendesse a ocupar-se consigo mesmo ao sair das mãos dos pedagogos, pois nesse momento o jovem estaria prestes a entrar na vida política.

Ora, reflete Foucault (2010c) concordando com Sócrates, como é que se pode dedicar-se ao cuidado dos outros, ou seja, ao exercício da atividade política, sem que se tenha aprendido a cuidar de si mesmo? Alcibíades parecia estar pronto para responder qualquer pergunta de Sócrates sobre o que seria um bom governo, entretanto, não conhecia seus inimigos, não conhecia sequer suas capacidades, e não sabia que desconhecia essas informações até que Sócrates o perguntou. Portanto, o cuidado de si que Sócrates recomendou ao jovem Alcibíades é um processo que também revelava ao jovem grego em formação a sua ignorância e a ignorância de sua ignorância.

Como a atividade política era, no entender de Sócrates, inerente à vida humana, o cuidado de si mostra-se uma etapa fundamental no processo de formação dessa vida política; e por vida política devemos entender ser um conceito muito mais complexo do que o que temos atualmente. A vida política do grego envolvia a totalidade de suas atividades, pois mesmo que determinada atividade não ocorresse na *ἀγορά* (ágora), ainda assim poderia se caracterizar como uma atividade política se envolvesse qualquer repercussão para a *πόλις* (pólis).

Conforme estudamos em Vernant (2014), o cidadão grego entendia que qualquer atividade sua traria repercussão para a vida na *πόλις* (pólis). Assim, o correto desempenho do papel de cada integrante da sociedade (mesmo os que não eram cidadãos, como as mulheres, os escravos e as crianças), colaboraria para o bem estar da *πόλις* (pólis), e assim consistia num esforço conjunto, pois toda atividade humana naquele contexto era, necessariamente, uma atividade política.

Desta forma, por representar uma importante etapa na formação política dos indivíduos, o cuidado de si representava na Grécia antiga uma importante etapa da educação, que além da

παιδεία (paidéia), que visava a formação da τέχνη (techné)⁴⁰ da política, ou seja, a formação da técnica da política, portanto, a formação em oratória, em retórica, no bem agir e no bem falar, o cuidado de si representava uma dimensão muito mais profunda e complexa da política, pois estava além da τέχνη (techné) da política, era, antes disso, uma τέχνη (techné) da alma, do pensamento político.

Assim, o exercício do cuidado de si para Sócrates pode ser compreendido como um esforço de reminiscência, ou de anamnese, no sentido de que se trata de um esforço contínuo e progressivo realizado na consciência individual que trará uma experiência sensível do sujeito, de si para consigo, de si para com os outros e finalmente dos outros para consigo mesmo.

Entendendo que para a lógica exposta por Aristóteles em sua obra *A Política* (1999) independentemente se fossem cidadãos, mulheres, crianças, escravos ou estrangeiros, todos os gregos tinham um papel fundamental para a manutenção do bem estar da πόλις (pólis), assim, o exercício do cuidado de si não poderia mais estar restrito ao cidadão grego. Pois mesmo que o cidadão grego estivesse habilitado para o exercício político na ἀγορά (ágora), todos os demais integrantes da comunidade estavam, de certa forma, contribuindo para o correto funcionamento da πόλις (pólis) no olhar de Sócrates, e assim, portanto, todos exerciam uma atividade política de certa forma, ou seja, a atividade política não estava restrita à ἀγορά (ágora), mas transcendia o ambiente da praça pública e residia em toda a πόλις (pólis) a partir do momento que compreendemos que mesmo que mulheres e escravos não frequentassem a ἀγορά (ágora), ainda assim tinham seu papel fundamental na sociedade, sendo o das mulheres o cuidado da casa e os escravos a educação dos jovens.

Assim,

[...] ocupar-se consigo tornou-se um princípio geral e incondicional, um imperativo que se impõe a todos, durante todo tempo e sem qualquer condição de status. Segundo, a razão de ser de ocupar-se consigo não é mais uma atividade bem particular, a que consiste em governar os outros. [...] Enfim, terceiro traço, o cuidado de si não mais se determina manifestamente na forma única do conhecimento de si. [...] Bem mais que a uma atitude de espírito, *epimélesthai* refere-se a uma forma de atividade, atividade vigilante, contínua, aplicada, regrada etc. [...] (FOUCAULT, 2010c, p. 76-77).

Essa atividade de constante vigilância, que não mais se restringe aos que se preparam para governar os outros, mas deveria se estender a todos como um princípio geral e incondicional, denota a profundidade a experiência política que Aristóteles analisou (βίος

⁴⁰ Techné: traduzido do grego antigo como sendo arte, artesanato, técnica.

Πολιτικός – biós politikos). Por se caracterizar como uma atividade constante, ininterrupta, de vigilância e reflexão sobre si mesmo, é que esse mesmo cuidado de si buscava aprofundar o conceito da educação na Grécia Antiga (παιδεία – paidéia) no sentido em que, ao passo que a παιδεία (paidéia) procurava preparar os cidadãos para falar bem e impressionar o público com seus recursos linguísticos, sua eloquência, o cuidado de si mostra-se uma noção mais complexa e profunda, ultrapassando a noção de educação que se tinha até então (παιδεία – paidéia), pois importava formar indivíduos que além de estarem preparados para falar bem, também estivessem preparados para a vida, portanto, que estivessem habilitados a enfrentar com prudência e sabedoria qualquer circunstância da vida, não somente em sua esfera biológica (Ζωή – Zoé), mas também, e sobretudo, em sua esfera política βίος (Biós), tendo em vista ser esta (βίος - Biós) indissociável daquela (Ζωή – Zoé) (FOUCAULT, 2010c).

2.4. O salto histórico

Evidente que após o surgimento da πόλις (pólis) muitos séculos se passaram e a sociedade enfrentou profundas transformações em todos os aspectos, mas principalmente no aspecto social e na visão que se tinha a respeito dos processos de educação. Na perspectiva ocidental, ignorar a importante influência e a participação de inúmeros povos que provocaram infimos movimentos sociais seria um erro grosseiro e completamente desrespeitoso à memória histórica desses movimentos. Desde o declínio da Grécia antiga, passando pelo império romano e suas inquestionáveis contribuições na formação da concepção moderna de sociedade e posterior período de fragmentação dos reinos e formação da estrutura inicial da Europa Ocidental, o homem enfrentou profundas transformações em seu processo de formação o que, sem dúvida alguma, tem significativa importância.

Todavia, não é nossa intenção com este estudo construir um volume integral da transformação histórica sofrida pela educação ao longo dos séculos desde seu início a até sua atual forma, até mesmo porque tal tarefa seria humanamente impossível dadas as tão variadas contribuições de miríades sociais por todo o globo terrestre. Também não queremos cair no grosseiro equívoco de desprezar períodos tais como a Idade Média, que sem dúvida alguma trouxe uma série de contribuições para a formação não só da sociedade atualmente constituída, mas também às concepções e à própria visão dos processos de formação humana. Entretanto, por uma questão metodológica, e totalmente sem prejuízo ao que estamos procurando realizar, que é uma análise genealógica da educação, cuja repercussão sempre esteve ligada à βίος (biós), realizaremos agora um enorme salto na linha temporal.

Desde nosso ponto de partida, séculos se passaram, inúmeras civilizações se constituíram e passado mais tempo, muitas civilizações também já deixaram de existir. Com essas transformações, a educação também passou por mudanças em seu conceito e em suas finalidades. A sociedade transformou-se, como haveria de ser, e agora que aterrissamos no século XVII, aproximadamente um milênio nos separa de nosso ponto de partida.

Aterrissamos propositalmente neste momento porque desde que saltamos até agora, que acabamos de pousar, a educação – apesar de ter se transformado – ainda guarda aquela mesma finalidade de formar o homem para sua relação com a sociedade, com as primeiras manifestações políticas. Entretanto, conforme analisa Foucault (2010b), novas descobertas da ciência do poder colocam a βίος (biós), a vida do homem em suas mais complexas dimensões, como objeto de poder⁴¹; e mais: essa βίος (biós) parece ser gradualmente cindida da vida natural que nos sustenta (Ζωή – Zoé). Essa transformação destituirá gradualmente o homem do papel de sujeito das relações de poder, tornando-o cada vez mais objeto destas mesmas relações, subjugando-o gradualmente e impondo-lhe um controle completo, que lhe regula a experiência humana viva, βίος (biós), sob todos os lados.

Agora que compreendemos que nosso salto tem como terreno de pouso esse momento histórico característico; ou seja: saltamos no justo momento em que o homem era sujeito das relações de poder e era educado nesta perspectiva, ou seja, para integrar como sujeito as relações políticas, pousamos agora no justo momento em que o homem está se tornando objeto das relações de poder, objeto das relações políticas, e – para tanto – será educado de acordo com essas novas perspectivas. Assim, prossigamos com as análises.

2.5.A descoberta do corpo como objeto de poder e a formação do capital humano

Conforme procuramos demonstrar histórica e socialmente, as repercussões das tecnologias de poder que vimos no primeiro capítulo, colaboraram para transformar a experiência humana viva, βίος (biós), em um objeto de poder. Isso ocorreu quando a vida humana foi esquadrihada por uma complexa rede de poderes, passando inicialmente pela

⁴¹ Na analítica de Foucault (2012) o homem sempre foi objeto do poder. De uma forma ou de outra, sempre esteve enredado nas múltiplas redes de poder que o circundavam e o atingiam por todos os lados. Por isso, nessa perspectiva evidentemente caótica, a novidade que abordaremos não é a constituição do homem como objeto de poder, até mesmo porque não foi a partir do século XVII que o homem passou a ser objeto de poder. O que abordaremos é justamente a descoberta do corpo do homem como objeto de poder. No primeiro capítulo trabalhamos justamente essa descoberta, que inicialmente ocorreu na medicina, passando pela sexualidade e logo em seguida, atingindo todas as ciências, enredando ainda mais o homem nas redes do poder. Esse enredamento que atravessa agora a βίος (biós), e por isso é que se denomina biopolítica.

medicina, pela sexualidade e então partindo para diversos campos das ciências. Assim, esse esquadramento partiu da aplicação de ferramentas específicas para a transformação da experiência humana viva βίος (biós), ajustando-a sob um viés puramente utilitarista, e reduzindo as complexas dimensões da vida a um mero critério de sobrevivência e utilidade, utilidade que é ditada pelo titular das ferramentas de poder e que, conforme veremos adiante, tal utilidade converteu-se numa utilidade voltada ao atendimento das expectativas do mercado.

Assim, a experiência humana viva βίος (Biós), passa a ter seu caráter deturpado à medida que se trata de uma condição de sobrevivência a submissão dos indivíduos à condição de objetos componentes das relação de poder “Estado x Indivíduo”. Não se fala mais em um exercício pleno da vida (βίος Θεωρητικός – biós theoretikos; βίος Απολαυστικός – biós apolaustikós; e βίος Πολιτικός – biós politikos), mas tão somente na submissão útil dos indivíduos.

Ao passo que para a perspectiva da Grécia antiga o homem é político em sua essência, para a concepção que se desenvolveu durante os séculos XVII e XVIII, o homem é essencialmente um proprietário (LOCKE, 1983), pois toda sua forma de vida se pautará em sua propriedade, mesmo que seja ele um trabalhador, um comerciante ou um operário. O foco foi gradualmente transferido da vida pública que desempenhava o homem em sua vida na πόλις (pólis), participando ativamente das discussões na ágora (ágora) e através da reminiscência, da anamnese conduzida pelo princípio filosófico do cuidado de si, para o exercício da propriedade, que para os teóricos do iluminismo, sobretudo para Locke⁴², é a propriedade a expressão da finalidade do homem; o homem é naturalmente um proprietário e sua vocação de proprietário é despertada pelo trabalho.

A igualdade associada à liberdade para pôr em movimento a propriedade natural, o próprio corpo, reúne as condições para a extensão dos bens. Essa é a condição que o homem traz em si simplesmente porque existe. Mas essa é uma potência adormecida, por assim dizer, que só se faz ato pelo trabalho, formando, assim, as diferenças entre os indivíduos, pois, ao nascermos ‘somos como uma folha de papel em branco’. A diferença entre os homens é a obra deles, ou melhor, resultado da capacidade empreendedora de cada um, porque *Deus não fez o mundo para os brigões e altercadores, mas para os diligentes e racionais.* (LOCKE, 1983, p. 159, *apud*, GUIMARÃES, 2016, p. 107).

⁴² Selecionamos a compreensão de Locke em meio a tantos outros teóricos do liberalismo por considerarmos ser a sua compreensão a que melhor expõe a visão liberal de que o homem precisa exercer a propriedade para atingir sua finalidade maior de existência. Assim, a existência humana em toda a sua complexidade parece ter sido reduzida pela concepção liberal ao mero exercício da propriedade, o que causa uma virada não só na organização social, mas também nas finalidades da educação e da formação humana.

Confunde-se o princípio de Aristóteles (1999) de que o homem possui uma existência complexa que divide-se em pelo menos três dimensões, sendo elas: a reflexão filosófica, o desfrutar dos prazeres e a atividade política (respectivamente: βίος Θεωρητικός – biós theoretikos; βίος Απολαυστικός – biós apolaustikós; e βίος Πολιτικός – biós politikos), trazendo-se uma nova concepção de que a vida humana βίος (Bíos) e Ζωή (Zoé) deriva do exercício da propriedade. Esse é o deslocamento do homem, que na visão aristotélica era sujeito das relações de poder à medida que sua vida possuía amplas dimensões, principalmente a dimensão política que o definia como distinto dos animais. Ao tornar o homem um proprietário, a concepção que se desenvolveu entre os séculos XVII e XVIII submete a própria vida humana a um fator externo, a propriedade, e assim, vincula a própria experiência humana viva (βίος – Bíos), que antes era o centro, a um outro fator que passa a ser central; a saber: a propriedade.

Portanto, ao vincular a experiência humana viva (βίος – Bíos) à propriedade, que é um fator externo ao próprio homem, a propriedade passa a ser o sujeito, passa a ser o centro das relações de poder, e a βίος (Bíos), a experiência humana viva, começa a ser regulada, gerida, administrada, como objeto que deve se curvar aos interesses do novo sujeito das relações de poder, portanto, deve se curvar aos interesses da propriedade.

Portanto, nessa nova visão introduzida por Locke (1983), o homem está naturalmente destinado para exercer a propriedade como seu principal direito e finalidade de existir; sem o exercício da propriedade o homem perde sua finalidade de ser, perde o seu sentido de existir. E nesta lógica, Locke (1983) prega ainda que a propriedade só se exerce pelo trabalho.

Portanto, a virtude (ἀρετή) do homem a partir do século XVII é o seu trabalho, pois é através do trabalho que se constituirá a propriedade. Nestes moldes, o preguiçoso é malvisto, é perseguido, é rejeitado. O bom homem é diligente e racional, utiliza sua inteligência para empreender, para ampliar sua propriedade, para acumular bens.

Não há tempo para cuidar de si, para praticar a reminiscência, a anamnese, nesses novos tempos, os esforços devem ser gastos em trabalhar mais, produzir mais, pois não é a propriedade que serve o homem, mas o homem que serve a propriedade como sua finalidade de existir. Para tanto, todos os homens, apesar de se tornarem diferentes, nascem possuindo as mesmas condições para desenvolver-se livremente rumo ao enriquecimento, o que os distinguirá no futuro será sua capacidade para o trabalho.⁴³

⁴³ Claramente nos utilizamos do discurso completamente falacioso do empreendedorismo, discurso que afirma que todos os indivíduos são iguais e podem alcançar o sucesso, bastando o esforço pessoal e ignorando-se os complexos entraves da luta de classes. Admitimos esse discurso meramente para ilustrar a mentalidade que se instaurou na época, mentalidade que – apesar de ter sido amplamente criticada por Marx e outros teóricos – atendia aos interesses da elite e, por isso, foi disseminada ideologicamente (inclusive até nos discursos

Uns são mais industriosos, outros não, e é justo que os mais capazes, aqueles que souberam extrair de si o que há de melhor, sejam melhores aquinhoados. Ao contrário, seria injusto que o mais industrioso tivesse que esperar o indolente ou preguiçoso, caso quisesse empreender uma determinada obra, seja ela e de pegar todas as maçãs de uma macieira, seja a capacidade inventiva como uma máquina de produção em série de comida ou vestimenta. No raciocínio de Locke, o produto não é somente para uso exclusivo porque ninguém come 300 maçãs, come toneladas ou veste centenas de camisas de uma só vez. No fim não são os empreendedores os únicos beneficiados, e sim, em alguma medida, a sociedade inteira. (GUIMARÃES, 2016, p. 109).

Nesta nova forma de compreender o homem, o pensamento iluminista destaca que a finalidade da existência humana gira em torno da produção, expansão e fortalecimento da propriedade pela livre iniciativa, pelo empreendedorismo de homens *diligentes e racionais*. E mediante o empenho destes homens *diligentes e racionais* toda a sociedade seria beneficiada, nos permitindo concluir que, em sentido contrário, quem não fosse *diligente e racional* estaria, na mesma medida, prejudicando a sociedade inteira.

Os processos de educação também foram reordenados de modo a atender tais expectativas, buscando assim desenvolver no indivíduo habilidades específicas para o agir diligente e racional; ou seja: treiná-lo para a produção de capital. Não interessa mais, neste momento, a educação dos indivíduos para a autonomia, interessa saber fazê-los produzir, pois essa é a sua finalidade de existir. À medida que na Grécia Antiga a *παιδεία* (*paidéia*) e o *ἐπιμέλεια ἑαυτοῦ* (*epimeleia heautou*: cuidado de si) serviam para formar um indivíduo capaz de compreender seu papel para o bem estar da *πόλις* (*pólis*), na teoria iluminista que se desenvolveu a partir do século XVII, tais ideais já não são mais praticados, mas é o treino para a produção de capital que interessa, toda a sociedade seria, em alguma parcela, beneficiada, não com a atividade política dos indivíduos, mas com sua produção, com sua propriedade.

Conjuntamente à filosofia iluminista ascendia o liberalismo político e econômico que pautava-se na busca pela livre iniciativa de comércio, pela livre concorrência e tinha por pressuposto o constante incentivo ao desenvolvimento da indústria privada e ao fortalecimento do mercado e da moeda com a consequente acumulação do capital por parte daqueles indivíduos que, por terem se desenvolvido no trabalho de maneira diligente e racional, conquistariam sucesso. Evidente que tal “sucesso” advinha do privilégio de integrar a elite industrial e latifundiária, que com tanto capital acumulado comandava o mercado e subjugava as classes menos favorecidas.

religiosos), tornando-se uma mentalidade tão arraigada na sociedade que até hoje a farsa do empreendedorismo ainda arrebanha multidões sob seus enganos.

Nessa perspectiva liberal (e posteriormente neoliberal) fica historicamente marcado o que Foucault (2012) denomina como objetivação o homem, que, conforme já comentamos brevemente acima, trata-se da destruição do indivíduo como sujeito, e a sua sujeição ao papel de elemento, objeto componente da atividade comercial (de produção e de mercado), atividade comercial esta que assume protagonismo das relações humanas. Assim surgiu o conceito filosófico do “*homo oeconomicus*”⁴⁴ para fazer sucessão ao “*homo sapiens*”, que num jogo de palavras faz alusão à experiência viva conforme refletida por Aristóteles (1999), uma experiência complexa e abrangente que se concentrava somente no sujeito e em sua racionalidade e capacidade política.

O “*homo oeconomicus*” é o que hoje intitulamos como o homem empreendedor, o homem que tem afinidade com o mercado, é o início de uma fase social que enxerga o homem como um objeto, como uma máquina. Se é a propriedade agora o sujeito das relações humanas, trata-se fundamental transformar os indivíduos conforme os novos moldes propostos pelo capitalismo; ou seja, importa constituir indivíduos eficientes, diligentes e racionais; isso significa dizer: passa a ser o foco a interferência na vida humana βίος (Biós) e Ζωή (Zoé), de modo a adequá-la ao atendimento das ambições da indústria, de modo que esteja apta a operar diligentemente no comércio, de modo que seja capaz de produzir riqueza, de gerar capital.

Em nossa análise – que se foca prioritariamente no campo da educação – esse complexo processo de objetivação se tornou o plano central das medidas tomadas no campo da educação, sobretudo no que fosse possível alterar na formação do caráter humano. Importava, portanto, intervir na vida humana (βίος – Biós e Ζωή – Zoé) de modo a reduzi-la à submissão, à docilidade⁴⁵. Importava destituir o homem da possibilidade de uma existência humana complexa (βίος Θεωρητικός – biós theoretikos; βίος Απολαυστικός – biós apolaustikós; e βίος Πολιτικός – biós politikos)⁴⁶ e transformá-lo numa espécie de máquina, dotado de vida biológica Ζωή (Zoé), mas não muito distinto dos animais, pois a tudo aceita, a tudo se submete, a tudo acolhe.

⁴⁴ Expressão utilizada por Foucault (2010b) para se referir à compreensão acerca do papel, destino e existência do homem a partir dos séculos XVII e XVIII.

⁴⁵ Para fazer referência à terminologia utilizada por Foucault (2012) em sua obra *Vigiar e Punir*, termo em que se refere à capacidade do homem de ser ajustado, corrigido, de se adaptar às diversas realidades, expectativas e exigências que lhe forem exercidas por agentes externos. O indivíduo dócil é aquele que facilmente aceita seguir ordens, facilmente se submete a autoridades, facilmente se curva às regras e normas exigidas pela sociedade.

⁴⁶ βίος Θεωρητικός (biós theoretikos), entendida como “vida contemplativa”; βίος Απολαυστικός (biós apolaustikós), entendida como “vida de prazeres”; e, βίος Πολιτικός (biós politikos), entendida como “vida política”.

Isso posto, cumpre compreendermos como Foucault (2012) estudou a intervenção da disciplina (sobretudo nas escolas) de modo que se cindisse a vida humana Ζωή (Zoé) de sua experiência humana viva (βίος – biós), constituindo assim, corpos e mentes suscetíveis ao domínio, à sujeição, corpos e mentes que não são mais que objetos das relações que integram.

2.6. A disciplina como caminho para a docilidade

Para Foucault (2012), as instituições como o presídio, a escola e o manicômio, que se desenvolveram a partir dessa perspectiva iluminista, são instituições organizadas estruturalmente para agir discursivamente sobre os indivíduos ali internos de modo a transformá-los em corpos dóceis, portanto, suscetíveis a receberem a influência exterior que lhes for exercida, sem questionar as relações de poder a que estão submetidos. Para alcançar tal finalidade, tais instituições se utilizam basicamente da disciplina, conceito amplamente refletido pelo autor.

Para o exercício da disciplina sobre os corpos é imprescindível o controle do tempo e do espaço, que são as principais ferramentas disciplinares (FOUCAULT, 2012). Assim, é necessário que haja um controle em tempo integral e dentro de todos os espaços, portanto, trata-se de uma realidade de educação muito distinta do que era praticado na Grécia Antiga através da παιδεία (paidéia) e do ἐπιμέλεια ἑαυτοῦ (epimeleia heautou: cuidado de si). Nesse novo contexto, cada passo dado é vigiado, cada movimento é coordenado por uma autoridade, por uma estrutura ou por um discurso. Tal controle busca submeter o indivíduo ao controle contínuo e onipresente que, inclusive, coordena muitos de seus comportamentos. Para Foucault (2012, p. 133):

[...] implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’ [...].

Essa forma de agir, não só colabora para que os indivíduos aceitem a influência exterior das ferramentas de poder, dobrando-os da maneira mais desejada (portanto, docilidade); é principalmente importante porque torna os corpos úteis, à medida que – enfraquecido seu potencial de resistência – desempenhará em sua totalidade, a versatilidade e caráter produtivo de que os corpos são dotados. Na analítica de Foucault (2012), a disciplina torna os corpos

dóceis e úteis, e assim, tem uma finalidade meramente utilitária a qualquer finalidade que se deseje aplicar.

Conforme mencionamos, para o exercício eficaz dessa disciplina sobre os corpos dos internos das instituições totais⁴⁷ (que passaremos a partir de agora a focar somente nas escolas, por ser esse nosso objeto de estudo), é imprescindível o controle do tempo e do espaço.

O controle do tempo, em resumo, consiste somente na organização de tarefas e movimentos sob um cronômetro que não pode ser desrespeitado. Há pontualidade para todas as atividades, movimentos, repousos e retomadas. Há sons e toques específicos determinando o momento exato para todos se sentarem e para todos se levantarem, para todos chegarem e todos saírem. Há datas limites para realização de exames, e dentro desses exames, um período exato de duração, que não pode ser desrespeitado. As pausas para descanso também são cronometradas. Ou seja: tudo está sob o domínio do tempo, todas as atividades precisam respeitar um rito exato sequenciado e ordenado pela marcha do relógio. O objetivo do controle do tempo é também a busca pela intensificação de seu uso; ou seja: fazer mais e melhor no menor período possível. Nesse sentido,

[...] a escola mútua também foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo, sua organização permitia desviar o caráter linear e sucessivo do ensino do mestre; regulava o contraponto de operações feitas, ao mesmo tempo, por diversos grupos de alunos sob a direção dos monitores e dos adjuntos, de maneira que cada instante que passava era povoado de atividades múltiplas, mas ordenadas. (FOUCAULT, 2012, p. 149)

Atrelado ao controle do tempo, o controle do espaço é que fecha o quadro disciplinar que dociliza os corpos e os torna cada vez mais úteis. As salas de aula, organizadas e milimetricamente medidas, obedecem a um ordenamento estrutural que deve ser impecável. Primeiro as filas, depois o posicionamento de cada aluno e sua localização dentro da sala, a posição do professor em relação aos demais alunos. Saindo das salas, os corredores, banheiros e pátios, as salas de coordenação e monitoria; tudo organizado de acordo com um plano estrutural que dissemina e faz com que os sujeitos estejam constantemente sob vigilância e controle. No século XVIII,

[a ordenação por fileiras] começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em

⁴⁷ Portanto, de sua βίός.

ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 2012, p. 141).

Além da organização estrutural das salas e corredores que se compõem em filas que organizam os alunos sob vários parâmetros e viabilizam o constante monitoramento dos comportamentos e resultados obtidos, há também outro elemento que se relaciona à essa organização estrutural. A hierarquia – que integra a organização do espaço – é disseminada o tempo todo, e através de uma estrutura virtual, submete os alunos à constante avaliação e ranqueamento entre si, mas em constante submissão com relação aos outros. Essa mesma hierarquia está presente em duas vias; sendo a primeira relacionada ao controle e vigilância dos alunos por parte dos superiores, e a segunda via como um parâmetro de comparação entre os próprios alunos, considerando-se os resultados periódicos das avaliações.

Todo esse aparelho de controle age sutilmente e quebra virtualmente todo o corpo do aluno em minúsculas partes, age sem tréguas ou pontos cegos, diminuindo qualquer chance de resistência ou rebeldia, que doravante passam a ser vistas como “indisciplina”, ou como um desvio do correto comportamento. Esse minucioso trabalho controle do tempo e dos corpos que engendra o indivíduo até mesmo em seus mais íntimos gestos, exerce uma influência tão poderosa, que é capaz até mesmo de superar os mais fortes ímpetos e comportamentos naturais – que agora são tidos como sintomas animais e grotescos – reduzindo completamente o indivíduo ao caráter de objeto, coisa, que apesar de suas complexidades e subjetividades, foi tornado dócil e – portanto – atenderá aos comandos que lhe forem aplicados.

Esse novo objeto é o corpo natural, portador de forças e sede de algo durável: é o corpo suscetível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes. O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional. (FOUCAULT, 2012, p. 149).

O que interessa neste momento é a constituição de seres humanos dóceis, capazes de empreender a totalidade de suas forças no trabalho e, assim, produzir riqueza. Para Foucault (2010b), a experiência humana viva ($\beta\acute{\iota}\acute{o}\varsigma$ – Biós) torna-se “governamentalizável”, portanto, passa a ser alvo de ataques que buscam torná-la dócil, portanto, submissa.

Isso significa que o comportamento econômico é essa grade de inteligibilidade que se adotará no comportamento de um novo indivíduo. Isso significa que o

indivíduo se tornará governamentalizável, o poder o circunda para o expandir, e somente para o expandir, então ele é um *homo oeconomicus*. (FOUCAULT, 2010b, p. 252 – tradução livre)⁴⁸.

2.7. As repercussões da instituição do capital humano

A vida humana considerada em seus aspectos biológicos (Ζωή – Zoé) extraída de sua experiência humana viva complexa (βίος – Biós), pode ser explorada ao máximo se colocada em posição de não oferecer resistência. E a disciplina exercida pela educação inviabiliza a resistência de forma que tal exploração consiga tornar a vida humana, a Ζωή (Zoé), em nada mais que uma máquina, meramente um objeto componente da linha de produção.

No primeiro capítulo demonstramos como surgiu a ideia de um capital humano na perspectiva da medicina e da genética, com a utilização de estratégias específicas para melhorar a saúde e as condições físicas. Entretanto, é no âmbito da formação humana que o conceito de capital humano se revela em todas as suas faces.

Essa objetivação dos indivíduos possibilitada pelos processos disciplinares de docilização, revela-se como uma das estratégias mais lucrativas desde então. A partir do momento em que a medicina percebe que o corpo, além de tratado e prevenido contra as doenças, é passível de ter suas habilidades aprimoradas e assim atinge um potencial produtivo cada vez mais expressivo, formando o conceito do capital humano que viabiliza-se pela agência da medicina, da educação, da sexualidade e de demais instituições que atuam sobre os indivíduos. Se é possível ajustar o corpo para adoecer menos, é possível ajustá-lo para produzir mais e melhor. O capital que pode ser gerado com a agência das ferramentas de poder sobre o corpo é muito maior do que se tinha ideia até então, e tudo isso porque o corpo não exige um investimento inicial para funcionar – pois já existe independentemente de qualquer matéria prima inicial.

Na análise de Foucault (2010b) refletindo a lógica a que o mercado insere os indivíduos (objetos, portanto, um viés utilitarista), ninguém paga nem um centavo para receber o corpo que tem e nem paga para utilizá-lo também. Portanto, todos têm em si mesmos uma força de trabalho nata e gratuita⁴⁹. Ninguém paga por sua genética, nem por seus músculos. Evidente

⁴⁸ Texto original: “It simply means that economic behavior is the grid of intelligibility one will adopt on the behavior of a new individual. It also means that the individual becomes governmentalizable, that power gets a hold on him to the extent, and only to the extent, that he is a *homo oeconomicus*”. (FOUCAULT, 2010b, p. 252).

⁴⁹ Claro que não nos renderemos à perspectiva positivista de naturalizar o resultado de processos históricos. Entretanto, essa compreensão de que a força de trabalho é natural ao homem é uma concepção liberal, e assim é que se torna relevante em nosso trabalho; não porque concordamos com tal premissa, mas porque assim o é difundido e reproduzido nas diversas instituições e contextos sociais.

que para manutenção desse corpo, alguns “investimentos” (seguindo a lógica do capital humano) são necessários, como comida, água e repouso, entretanto, mesmo apesar de tal “manutenção” que é exigida para sobrevivência e manutenção da existência, nenhum investimento inicial nos foi requerido para termos tais habilidades e delas nos utilizarmos.

No mesmo momento histórico em que o corpo humano e a máquina industrial são vistos como elementos que integram uma mesma cadeia produtiva, o que torna lucrativa a estratégia da objetivação dos corpos é que as máquinas, por outro lado, além de gerarem um custo periódico para sua manutenção – tal como os corpos – as máquinas precisam ser compradas (ou pelo menos construídas) para que sejam colocadas em funcionamento; portanto, exigem um investimento inicial, diferente dos corpos que já existem independente de qualquer “custo” inicial. A lógica de mercado defende, portanto, que o corpo humano, por outro lado, já está pronto tal como está, já está acabado tal como era em seu nascimento, e isso não custou nada ao seu proprietário, gerando somente um custo periódico de manutenção, mas fornecendo em contrapartida uma infinita versatilidade que a máquina não é capaz de reproduzir.

Essa versatilidade de que é dotado o ser humano, amparada aos engenhos intelectuais que nos são acessíveis, é que se é capaz de produzir bens e prestar serviços que, uma vez colocados no mercado, geram riqueza. Tais bens e serviços são dotados de um preço que, na totalidade das vezes é alto o suficiente para cobrir as despesas de manutenção mensal deste corpo e ainda garantir uma margem de lucro atrativa. Reduzir o homem a uma força de trabalho, portanto torná-lo próximo de uma máquina, parece ter sido uma estratégia muito lucrativa, já que ninguém paga para ter o próprio corpo, ao passo que este corpo é capaz de gerar riquezas inestimáveis admitindo (mesmo que em condições de dominação) uma pequena e insignificante remuneração frente aos bens/serviços produzidos. Assim, a ideia desse “capital humano”⁵⁰ surge difundindo o discurso de que quanto maior e mais valioso for (sua constituição: músculos, tecidos resistentes, habilidades ímpares etc.), mais valioso também será o produto fabricado e comercializado pelo capital.

2.8. A objetivação do homem – o “capital humano”

Ao ser tratado como um objeto da cadeia produtiva, cada detalhe, cada gesto, cada escolha feita na vida dos indivíduos poderá afetar todo o processo de formação positiva ou negativamente. O potencial inventivo e produtivo de que o homem é portador torna-se um bem

⁵⁰ Expressão utilizada por Foucault (2010b) para se referir à transformação do corpo humano em máquina e em potencial produtivo.

de inestimável valor e assim todo um complexo sistema de formação (que vai além da educação formal) precisou ser reestruturado para tornar possível aproveitar ao máximo os capitais humanos, que pela força dessas atividades, vai se tornando cada vez mais valioso. Portanto, tal processo transcende até mesmo os muros da escola, lançando sua influência também no lar, na formação cultural da comunidade e em elementos biológicos, genéticos. Sobre a formação deste capital humano, Foucault (2010b, p. 229 – tradução livre) observa que:

Tempo gasto, cuidado dado, assim como o nível de educação dos pais – porque sabemos com quase certeza que num mesmo intervalo de tempo gasto pelos pais com seus filhos, pais com maior nível de educação provavelmente formarão um capital humano mais elevado do que poderiam formar pais com menor nível de educação – em poucas palavras, o conjunto de estímulos recebidos pela criança contribuirá para a formação daqueles elementos que podem aprimorar um capital humano.⁵¹

Percebemos a existência de uma cadeia de formação muito bem articulada que não se preocupa somente com a interferência presente na etapa de formação da vida humana, mas leva em consideração aspectos exteriores à escola e anteriores à esta, uma vez que se os pais não tiverem recebido um nível de educação satisfatório em sua infância, terão pouca ou nenhuma condição de transmitir a seus filhos conhecimentos, condutas e valores capazes de produzir um capital humano aprimorado.

Da mesma forma, conforme também observou Foucault (2010b), até mesmo fatores biológicos têm total relevância na formação desse capital humano que deve ter suas capacidades produtivas/industriosas cada vez mais aprimoradas através de processos cada vez mais eficazes. Problemas com o cuidado com a saúde, infecções e más constituições, bem como questões de higiene e saúde pública, podem ser analisadas na perspectiva de formação humana levando-se em consideração que são elementos que podem ou não aprimorar ou agregar valor ao capital humano – mecanismos cujo funcionamento já observamos de maneira breve no primeiro capítulo.

Por meio desse processo de objetivação que é submetido o homem, muitos pontos precisam ser analisados. Os conhecimentos gerais haviam se expandido e se aprofundado desde que o homem se enxergou como um indivíduo integrante da sociedade, conforme apontamos anteriormente ao analisarmos a educação na Grécia, período inaugurado com o surgimento da

⁵¹ Texto original: “Time spent, care given, as well as the parents’ education – because we know quite precisely that for an equal time spent with their children, more educated parents will form a higher human capital than parents with less education – in short, the set of cultural stimulants that can make up a human capital” (FOUCAULT, 2010b, p. 229).

πόλις (pólis). Desde então, distintas áreas de conhecimento foram se desenvolvendo e se incorporando no processo de formação, o que outrora buscava alcançar um patamar de formação integral através da παιδεία (paidéia) e do ἐπιμέλεια ἑαυτοῦ (epimeleia heautou: cuidado de si) que compunham o processo de formação grego.

Entretanto, é de se considerar que o avanço do capitalismo fomentado pelo crescimento da indústria e a real contextualização do conceito de mercadora, processo que foi endossado com viés científico pelos intelectuais iluministas e liberais daquele período compreendido entre o século XVII e o XVIII, a educação que se consolidou nessa nova realidade firmou-se sem qualquer finalidade que não fosse a consolidação e a manutenção do funcionamento do ideal capitalista.

O que estamos analisando é que a partir deste período, praticamente todo o processo de educação de contexto oficial (isto é: escolas públicas e privadas, universidades, liceus e demais cursos) parece ter sofrido um redirecionamento, uma troca de ideais, pela força da mesma “mão invisível” que descreve Adam Smith (2017) em sua obra “A Riqueza das Nações”. Esse redirecionamento consistiu principalmente em buscar prioritariamente a preparação dos indivíduos ao mercado, ou seja: para atenderem às expectativas da geração de lucro. Portanto, tudo aquilo que não estivesse pautado nos interesses da indústria e do mercado capitalista, gradualmente perdeu (e permanece perdendo) o prestígio e a importância.

2.9. Principais características da educação para a formação do capital humano

Não abordaremos neste estudo os contextos domésticos e extraescolares que, apesar de não terem nenhuma relação com nosso objeto de estudo, na análise de Foucault (2010b), também representam fatores importantes na formação do capital humano. Nosso recorte, que se delimitará a abordar aspectos específicos do ambiente escolar, não ignora – portanto – as influências externas à escola que certamente interferem na formação dos indivíduos. Entretanto, é na estrutura arquitetônica e conceitual da escola que tornam-se evidentes os mecanismos disciplinares agindo diretamente sobre a βίος (Bíos), e não só isso, mas também (e principalmente) porque a escola em toda sua experiência histórica – por seus documentos e registros oficiais – pôde ser investigada em suas práticas e regramentos que buscaram, através das tecnologias disciplinares, cuja abordagem será mais detalhada no próximo capítulo, contribuir para a formação de um capital humano valioso. E tal agência, conforme viemos

analisando desde o início do texto, reduz a vida política a um simples exercício biológico, objetiva os indivíduos, portanto, trata-se de uma agência biopolítica.⁵²

Assim, vigilância e a submissão disciplinar a que os alunos eram e são constantemente submetidos dentro dos ambientes escolares dividia-se em inúmeras atuações sutis (delimitação do espaço, controle minucioso do tempo, avaliações periódicas de conhecimento, avaliações constantes de comportamento etc.), mas ao mesmo tempo violentas, à medida que cada aluno tinha a certeza de estar sendo constantemente vigiado e sujeito à punição. Portanto, Foucault (2012) revela nesse contexto disciplinar a formação de uma realidade universalmente punível e punidora; o que significa afirmar que o complexo sistema disciplinar cria uma realidade que institui ao redor do interno (preso, aluno, louco, militar, etc.) uma realidade tão fechada e caótica que dali o interno não visualiza escape, mesmo que o escape seja possível, esteja visível e disponível.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que

⁵² De acordo com o que estudou Foucault (2010a), a agência biopolítica se trata de um mecanismo complexo manifestando-se no exercício de diversas instituições que compõem nossa sociedade de modo a provocar nos indivíduos um movimento de incapacidade, de neutralização. Segundo o autor: “O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc” (FOUCAULT, 2010a, p. 205). Desta forma, conforme analisamos diversos períodos da educação ao longo da história humana, podemos perceber que a agência da educação caminhou justamente para provocar esse movimento de incapacidade, de neutralização dos indivíduos, sobretudo através do exercício da disciplina e da objetivação dos indivíduos através da formação do capital humano que se incumbiu à educação. O fato de buscar tornar os indivíduos dóceis, por si só, já revela esse potencial neutralizador a que Foucault (2010a) se refere como caracterizador de uma agência biopolítica. Por outro lado, e seguindo ainda a mesma análise, Foucault (2010a, p. 209) pondera que “temos uma tecnologia [biopolítica] que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos”. De acordo com tudo o que estudamos, principalmente durante os períodos mais modernos da educação, podemos perceber o potencial de influência que possui a educação numa sociedade. Além disso, conforme já observamos, a educação é uma das primeiras fontes de formação dos indivíduos, ao lado da família, da religião e do contexto social; assim sendo, e conforme observamos, a educação, principalmente nos períodos mais recentes, procurou controlar não somente os corpos dos indivíduos através da disciplina, mas procurou controlar principalmente suas vidas ao torná-los não mais que objetos componentes das relações de poder. Por esse motivo é que compreendemos ser a educação moderna uma agência biopolítica.

tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 2012, p. 171-172).

Dentro desse complexo universalmente punível e punidor é que a aplicação rotineira de testes e avaliações contribuiu – sem dúvida – para o estabelecimento de uma estrutura hierárquica não só entre a instituição de ensino e o aluno, mas também dos alunos entre si. É o exame que torna possível construir uma cadeia de saberes sobre os alunos, permitindo inclusive, uma classificação e um ranqueamento para fins de controle e dominação. Foucault (2012, p. 209) percebeu em seus estudos que o exame:

[...] combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado.

Esse complexo sistema disciplinar utilizado no cotidiano escolar seria posteriormente continuado na fábrica, submetendo o aluno – agora em fase adulta – à mesma dominação que visava diminuir ao máximo sua capacidade de resistência ao passo em que aumentava sua servidão e sua utilidade.

Bem verdade é que boa parte dessa realidade punível-punidora abandonou com o passar do tempo essa postura evidentemente violenta, passando a agir com a mesma intensidade, porém de maneira cada vez mais sutil, menos física e mais virtual. Isso porque, conforme Foucault (2012) analisou, essas ferramentas de poder estão em constante processo de transformação e adaptação para amplificar o sucesso de suas estratégias de dominação, para que a βίος (Bíós) sempre esteja submetida à vigilância e, portanto, ao controle que é cada vez mais poderoso contra a resistência que pode ser oferecida. Em sua obra *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2010b) analisa a transformação de uma sociedade que se pauta na disciplina para atingir seus objetivos de docilização dos corpos, transformação esta que ocorre na adoção de uma agência cada vez mais sutil das ferramentas de poder. Essas ferramentas, de maneira quase imperceptível, passam a atingir os dominados por todos os lados, criando uma complexa teia que tenta de todas as formas impedir o escape e/ou resistência. Apesar de existir a possibilidade de uma resistência, dadas as estratégias da dominação disciplinar e biopolítica, essa resistência se torna cada vez mais enfraquecida.

Para tanto, essas estratégias disciplinares de dominação se transferiram do plano estrutural-arquitetônico para o plano estrutural-virtual, que além de compreender as mesmas

estratégias que já mencionamos só que de maneira mais sutil (organização hierárquica, controle do espaço e do tempo), passaram a integrar as bases curriculares que orientam a educação em todos os seus níveis, constituindo padrões curriculares, padrões de práticas escolares. A gestão curricular representa um somatório de estratégias que buscam definir o que os indivíduos precisam saber ao concluir um determinado grau de instrução. Assim, assumir o controle da gestão curricular implica marcar um destino dos indivíduos em relação à sua experiência humana; portanto, trata-se de uma influência biopolítica de acordo com nossa análise até aqui.

O interesse da instituição educacional, de acordo com a reflexão de Foucault (2010a), reside na atuação direta sobre a vida os indivíduos a serem educados, exercendo sobre eles o poder de controlar milimetricamente suas vidas. Portanto, é o conjunto desses mecanismos que possibilitam o controle, que possibilitam a incidência do poder sobre os indivíduos educandos, é que interessa ao sistema econômico-político geral.

Conforme percebemos, a agência da biopolítica representa o complexo gerenciamento da vida humana, Ζωή (Zoé); assim, pela força que a própria etimologia da palavra representa, trata-se de um controle absoluto que se exerce sobre qualquer manifestação humana. Portanto, a biopolítica age reduzindo, objetivando a βίος (Biós). Através da disciplina, principalmente das ferramentas disciplinares que a escola vem utilizando, os indivíduos foram gradualmente docilizados e cada dia que passa a dominação se reforça e se endurece, porque se torna mais sutil e complexa, mais estrutural e mais cimentada nas bases sociais.

Entretanto essas estratégias disciplinares foram se tornando cada vez mais sutis e cada vez mais impregnadas na estrutura virtual da escola, passando a confundir-se com os próprios fundamentos escolares e ficando revestidas de uma importância quase que estrutural do próprio funcionamento do processo educativo, portanto, de caráter indissociável. Essa impregnação que marca tal movimento dificulta a percepção do que realmente constitui uma estratégia de dominação de um fundamento escolar, uma vez que torna tais estratégias cada vez mais diluídas com os fundamentos da educação. E se fica difícil a separação do joio e do trigo, também é árduo o desmantelamento dessas estratégias disciplinares de dominação capitalista.

Essa educação que está disponível na escola representa elemento fundamental do processo de formação para o pleno exercício da vida, sobretudo política, βίος (Biós), e assim, as alterações desse processo no sentido de diminuí-lo, simplificá-lo ou alterá-lo por qualquer forma pode ser compreendido como uma agência biopolítica⁵³. Atualmente, nos parece seguro afirmar que os indivíduos são e estão formados na perspectiva da mera constituição do “capital

⁵³ Vide nota 22 para maiores esclarecimentos.

humano”, e assim, pudemos analisar que, atualmente, uma das principais agências biopolíticas para a perpetuação dessa dominação capitalista é justamente a instituição de uma base curricular unificada para todo ensino fundamental, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

No próximo capítulo procuraremos demonstrar, através de nossas análises, como a instituição e aplicação obrigatória de uma base curricular padronizada para todo ensino fundamental brasileiro representa uma estratégia disciplinar que reduz a complexidade da experiência humana viva, βίός (Biós), contribuindo para a objetivação dos sujeitos e distanciando-os de um exercício humano pleno em que a experiência humana viva é indissociável de nossa própria existência, de nosso simples ato de respirar, viver, (Ζωή – Zoé).

CAPÍTULO 3 – BNCC: A GOVERNAMENTALIDADE VIABILIZADA PELA EDUCAÇÃO⁵⁴

Conforme Sally Burch (2006) comentou, vivemos atualmente a era social denominada pela UNESCO de “sociedade do conhecimento⁵⁵” ou “sociedade da informação” em que há uma suposta necessidade de constante aprendizado (RESENDE, 2018). Como uma das principais motivações dessa suposta necessidade que surgiu, encontramos o fato de que há uma extensa e complexa rede de informações viabilizada pelo fácil, rápido e gratuito acesso a livros, revistas, artigos e pesquisas, tudo através da internet.

Assim, cada indivíduo é levado a se desenvolver de acordo com os parâmetros estabelecidos pela lógica da “sociedade do conhecimento” no sentido de que o processo de aprendizagem é eterno, portanto, institui-se uma espécie de “inflação educativa em todo corpo social” nos dizeres de Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018, p. 77). Não se trata de uma “queixa” e nem tampouco de um “elogio”, na verdade é preciso refletir até que ponto essa inflação proporciona o verdadeiro acesso à educação, ou se reflete somente uma falsa noção de educação que traz a ilusão de saber, quando na verdade apenas submete ao esquadramento do poder.

⁵⁴ Importante destacar que apesar de os autores que serão abordados a partir de agora traçaram um percurso teórico que se concentrou na abordagem do neoliberalismo, há margem para compreender a manifestação da biopolítica como uma ferramenta utilizada pelo capitalismo em suas diversas manifestações. Apesar dessa aparente “restrição” teórica, ao retomarmos o estudo de Foucault (principalmente na obra *O Nascimento da Biopolítica*), que se concentrou também num estudo da lógica neoliberal, e expandir nossa abordagem de demais obras do filósofo, podemos compreender que não obstante Foucault ter se concentrado na estrutura econômica neoliberal para a realização desta obra, o autor não desprezou as demais manifestações do capitalismo, sobretudo ao ampliar suas reflexões nas demais obras. Assim, os autores escolhidos para a abordagem teórica que buscamos realizar neste capítulo, utilizaram-se em grande parte dos estudos de Foucault sobre o modelo neoliberal, principalmente a obra “*O Nascimento da Biopolítica*”, que apesar do recorte, foram os estudos mais elucidativos acerca da biopolítica, inclusive tendo sido os últimos trabalhos publicados do filósofo antes de sua morte. Assim, não obstante a abordagem destes autores se referir diretamente ao neoliberalismo, a extensa pesquisa de Foucault não se restringiu a este modelo econômico capitalista, e assim é possível instituir uma análise que se expanda a todas as outras manifestações do capitalismo, portanto, não se restringe ao modelo neoliberal.

⁵⁵ “A noção de ‘sociedade do conhecimento’ [knowledge society] surgiu no final da década de 90. É empregada, particularmente, nos meios acadêmicos como alternativa que alguns preferem à ‘sociedade da informação’. A UNESCO, em particular, adotou o termo ‘sociedade do conhecimento’ ou sua variante ‘sociedades do saber’ dentro de suas políticas institucionais. Desenvolveu uma reflexão em torno do assunto que busca incorporar uma concepção mais integral, não ligada apenas à dimensão econômica. Por exemplo, Abdul Waheed Khan [subdiretor-geral da UNESCO para Comunicação e Informação], escreve: ‘A Sociedade da Informação é a pedra angular das sociedades do conhecimento. O conceito de ‘sociedade da informação’, a meu ver, está relacionado à idéia da ‘inovação tecnológica’, enquanto o conceito de ‘sociedades do conhecimento’ inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de ‘sociedades do conhecimento’ é preferível ao da ‘sociedade da informação’ já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. [...] o conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade” (BURCH, 2006, sem paginação).

A princípio, essa “inflação educativa” parece representar um fácil acesso a uma universalidade de materiais informativos por meio da internet, então, conseqüentemente, há a aparência de uma massiva disseminação de conhecimentos. Entretanto, ao contrário do que pode parecer, uma análise mais atenta do que simboliza essa “inflação educativa” revela que apesar dessa disponibilidade da rede de informações, há a instituição de um processo subliminar que se marca pela alienação dos indivíduos.

Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018) explica que essa alienação causada pela inflação educativa ocorre à medida que se imputa à escola, em parte significativa da vida dos indivíduos, o papel de fornecer a eles condições de acesso ao conhecimento/informação disponível e, seguindo a lógica capitalista que orienta a escola conforme já observamos anteriormente, a educação ali desenvolvida será muito mais próxima de uma capacitação do que propriamente ao preparo do indivíduo para a vida, sobretudo para a vida política e para a percepção das teias de poder que o circundam. Nessa lógica,

[...] se atribui à escola, pelo menos em boa parte, a tarefa de desenvolver a capacitação dos sujeitos, tornando-a um ponto catalisador da formação de competências e capacidades, de maneira a projetar tecnologias de controle sobre as suas condutas como estratégias de biorregulação no campo da educação (RESENDE, in RESENDE, 2018, p. 77).

Quando Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018) reflete a respeito da posição ocupada pela escola na chamada “sociedade do conhecimento”, coloca em debate a relação dos processos educacionais formulados para e pelas escolas com a projeção de tecnologia de controle sobre as condutas dos indivíduos, como estratégias de biorregulação veiculadas no campo da educação. O resultado do debate é no mínimo irônico, pois se só o conhecimento liberta, reverberando a máxima iluminista, e se instituir controle sobre alguém é, de certa forma, dominá-lo, então ao invés de libertar pelo conhecimento, os processos educacionais estão constituindo uma rede de dominação por meio da biorregulação.

O processo de biorregulação no campo da educação a que Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018) se refere, compõe o complexo conceito de biopolítica que viemos estudando desde o início deste texto, principalmente no segundo capítulo que se referiu exclusivamente ao campo da educação. Foi possível observar a transformação sofrida pela educação em diferentes momentos históricos, deixando de desempenhar o papel de preparar os indivíduos para a vida em suas mais complexas dimensões e passando a encarar os indivíduos como objetos, como portadores de valor – capital humano – e assim preparando-os meramente para atender às expectativas do mercado.

Fica evidente, portanto, a agência biopolítica também na esfera da educação, pois se o indivíduo é educado meramente para atender às expectativas do mercado, então é pouco mais que uma máquina, e gradualmente é afastado do exercício de suas experiências complexas, do exercício de sua vida em suas mais diversas dimensões.

3.1. A sutil estratégia do “empreendedorismo” na educação

A inversão da lógica “conhecimento-libertação x biorregulação-escravidão” constitui-se de maneira sutil, descendendo de um complexo discurso que se pauta principalmente no empreendedorismo aplicado a nível escolar.

Conforme já estudamos, o atual conceito de sociedade que começou a se instituir por volta do Século XVIII, portanto, durante as grandes Revoluções ocorridas na Europa, inaugurou o novo conceito que Foucault (2010b) chamou de *homo oeconomicus*. Enquanto para Aristóteles (1999) o homem era político por natureza, portanto, sua vida enquanto ser vivo (Ζωή – Zoé) era indissociável de sua experiência humana complexa (βίός – Biós) e era essa esfera complexa da vida (βίός – Biós) que o distinguia dos animais, para Locke (1983) o homem é um proprietário, portanto, é sua propriedade que o torna homem, é a propriedade detida que o distingue dos animais.

Nessa nova lógica, evidente que todos desejam distinguir-se, destacar-se, portanto, tornarem-se proprietários, possuidores de bens que os mantenham no *status* pretendido. Se o mundo pertence aos “diligentes e racionais” (LOCKE, 1983, p. 159, *apud*, GUIMARÃES, 2016, p. 107), os que fogem a estes padrões não merecem o mundo. Assim, e especificamente no campo da educação, há uma valorização dos “diligentes e racionais”, pois depende deles o aprimoramento do valor de seu capital humano para a constituição de seu futuro.

Na sociedade educativa, o indivíduo deve ser um empreendedor do próprio futuro. Deve ser aquele que fará de suas ações formativas os próprios insumos de sua competência e capacidade; é seu comportamento que deve estabelecer os contornos de sua vida no futuro (RESENDE, in RESENDE, 2018, p. 86).

De acordo com o que Foucault (2010b) estudou a respeito da agência biopolítica do neoliberalismo, a partir do momento em que se passou a considerar a vida humana (Ζωή – Zoé) dotada de valor pecuniário, portanto instituindo o que o autor denominou de “capital humano”, a economia passou a ser algo correspondente a uma ciência direcionada à regulação do

comportamento humano. Portanto, a economia não mais se tratava de uma ciência voltada a analisar o percurso histórico do comércio, os processos de investimento, ou a lógica do trabalho e do capital, mas passou a se tratar de uma ciência voltada à análise do comportamento humano e à racionalidade desse comportamento.

Portanto, a lógica empreendedora no campo da educação representa, portanto, uma agência biopolítica da economia, à medida que busca controlar os indivíduos, controlar sua vida, que permitirá nada mais que um processo específico de capacitação para o mercado, portanto, contendo estratégias que visem somente o desenvolvimento de competências e habilidades específicas que implementarão o valor do capital humano, ficando de fora uma educação mais reflexiva, mais argumentativa, uma educação que relembresse o “cuidado de si” refletido por Sócrates (FOUCAULT, 2010c).

Paralelamente a isto, o empreendedorismo ventilado no campo da escola retira do processo educacional a responsabilidade pelo possível (e até provável) fracasso econômico, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade de serem “diligentes e racionais” de modo a orientarem seu comportamento dentro e fora da escola, pois é com base nesse comportamento que serão ajustados os contornos de sua vida o seu futuro.

Aprofundando-nos um pouco mais, é de se notar que o comportamento padrão atribuído ao *homo oeconomicus* (que é/deve estudar para conseguir trabalho; trabalhar para conseguir direito; conseguir dinheiro para conseguir comprar), transformou-se desde que surgiu a teoria liberal. Para os clássicos, como Locke, qualquer que fosse o trabalho desempenhado pelo indivíduo, se houvesse a geração de capital, era considerado um serviço à sociedade (LOCKE, 1983). Entretanto, conforme analisou Foucault (2010b), o neoliberalismo alterou essa concepção de troca ao refletir sobre a ideia de capital humano.

A teoria do capital humano decompõe o trabalho em capital – ou seja, do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço recebido pela venda de sua força de trabalho, mas uma renda que não é outra coisa senão o produto ou o rendimento de um capital que, por sua vez, é tudo o que pode ser fonte de renda futura (RESENDE, in RESENDE, 2018, p. 86).

Neste sentido, conforme Foucault (2010b) analisou, ter ocorreu (e ainda ocorre de maneira bastante sólida) a disseminação de um discurso – principalmente entre a classe trabalhadora – um discurso alienador, que os faz crer não estarem vendendo sua força de trabalho, portanto, não estarem sendo explorados, sobretudo aqueles que possuem alguma formação especial, o que lhes proporciona certo destaque no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhores remunerações. Há com isso a noção de que todo o compilado de

formações, especializações, experiências técnicas, constituem uma espécie de potencial lucrativo, e o salário nada mais é que o rendimento obtido desse potencial lucrativo, que é a própria vida dos trabalhadores.

Assim, o corpo e a experiência humana (Ζωή – Zoé e βίος – Biós) passam a ser dotados do mesmo caráter, da mesma natureza que qualquer capital, que qualquer investimento que pode trazer uma renda futura. Na concepção neoliberal, portanto, os indivíduos são empresários de si mesmos, são seus próprios capitais, são eles mesmos os seus próprios produtores, a sua própria fonte de renda, nos dizeres de Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018).

O *homo oeconomicus* encontra-se distante do exercício da experiência humana em suas esferas complexas, que segundo Aristóteles (1999), são βίος Θεωρητικός – biós theoretikos; βίος Απολαυστικός – biós apolaustikós; e βίος Πολιτικός – biós politikos. Sócrates ao dialogar com Alcebíades pretendia que seu discípulo cuidasse de si mesmo, portanto, conforme analisou Foucault (2010c) era a vontade de Sócrates que Alcibíades tomasse ciência de sua ignorância e em seguida pudesse exercer a vida em todas as suas dimensões complexas. O *homo oeconomicus*, por outro lado, prepara-se para servir o mercado (FOUCAULT, 2010b), pois sua maior finalidade na vida é tornar-se um bom empresário de si mesmo, de modo que através de um comportamento diligente e racional, molde seu futuro bem sucedido financeiramente, pois sua propriedade é sua finalidade de existir.

Para Sócrates, através do cuidado de si, da reminiscência, era possível governar bem os outros e vencer os inimigos. Entretanto, se na era atual é a propriedade que norteia a existência dos indivíduos, então o indivíduo torna-se servo da demanda ininterrupta pela propriedade que tem ou almeja ter, torna-se, portanto, um sujeito das demandas do mercado.

3.2. O impacto da lógica que orienta a sociedade do conhecimento na educação

A noção representada pelo conceito de sociedade do conhecimento, em cuja realidade vivemos atualmente, evidentemente adotará políticas específicas direcionadas às bases do conhecimento, portanto, à escola. É do interesse dessa economia política centrada no capital humano que a escola esteja alinhada com os novos propósitos atribuídos ao corpo social. Se o discurso difundido prega que todos devem ser empresários de si mesmos, então é preciso que sejam educados para tal finalidade.

De acordo com Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018, p. 82):

Essa noção de sociedade do conhecimento terá, por cetro, efeitos na educação escolarizada, especialmente na sua forma de funcionamento no corpo social,

uma vez que esse deslocamento para uma sociedade de conhecimento acaba por estabelecer sua centralidade no indivíduo educado, formado, especialista e especializado, no indivíduo capacitado, segundo a premissa do conhecimento como recurso central.

Se a noção de sociedade do conhecimento em relação à educação escolarizada estabelece uma centralidade numa ideia deturpada de conhecimento, é necessário esclarecer que tipo de conhecimento se torna central. Evidente que não se trata do mesmo conhecimento descendente da premissa grega do γνῶθι σεαυτόν (gnôthi seautón)⁵⁶ que é uma premissa do cuidado de si que Sócrates procurava influenciar Alcebíades a desenvolver. Trata-se, portanto, de um conhecimento muito distinto. É um conhecimento específico, especializado, é um conhecimento capacitante, e se capacita, capacita para tal finalidade. Trata-se, portanto, de um conhecimento técnico, no sentido de que através desse conhecimento o indivíduo torna-se habilitado a desempenhar determinado ofício. Evidente que o conhecimento técnico por si só não é um problema, todavia, sob o ponto de vista da educação em suas matrizes e fundamentos (sobretudo no período da Grécia Antiga).

Seguindo essa lógica, a centralidade conferida a esse conhecimento, um conhecimento especializado e capacitante, está diretamente relacionada com uma expectativa que se pretende alcançar, pois se está buscando a capacitação dos indivíduos, e de acordo com o que viemos estudando, capacita-os para o mercado, onde cada um exporá seu capital aguardando ansiosamente os lucros dele provenientes, segundo o discurso ilusório neoliberal.

Conforme refletiu Alexandre Simão de Freitas (in RESENDE, 2018), ao passo que há uma inflação no processo de educação enquanto um empreendimento focado no aprimoramento e na valorização do capital humano, de outro lado há uma desvalorização da preocupação com o cuidado de si que, conforme estudou Foucault (2010c) constituía para Sócrates e, posteriormente para toda Grécia Antiga, um processo imprescindível para a formação dos sujeitos, pois para além da educação obtida na pedagogia, que os habilitava a falar bem e

⁵⁶ γνῶθι σεαυτόν (gnôthi seautón – conhece-te a ti mesmo): Aforismo grego antigo que é atribuído a diversos pensadores antigos, dentre os quais, alguns dos filósofos clássicos utilizaram-se deste aforismo em seus diálogos. No caso em tela, nos referimos ao conceito interpretado por Michel Foucault (2010c) em sua obra “A Hermenêutica do Sujeito”, onde Sócrates faz uso do aforismo para se referir ao exercício de uma atividade reflexiva através da qual Alcebíades tomaria ciência de sua ignorância. Antes de aplicar-se a si mesmo, portanto, antes de conhecer a si mesmo, antes de questionar-se acerca de tudo, não é possível conhecer a própria ignorância. E nesse momento, o sujeito está envolto em total ignorância, inclusive do que ignora. Todavia, através da reflexão, do questionamento, seria possível descobrir o que se ignora e, portanto, seria possível conhecer a si mesmo, pois é através da reflexão que somos imersos nas complexas dimensões do ser, da vida e da existência. Após conhecer a si mesmo, seria possível conhecer os outros.

impressionar os outros com sua eloquência, o cuidado de si os prepararia para a vida em suas dimensões mais complexas, em seu exercício autônomo.

As escolas começam a trabalhar alinhadas ao mercado, mas não somente alinhadas aos interesses do mercado, mas também – e sobretudo – em associação com empresas, organizações e conglomerados empresariais pois ali são fornecidos os postos de trabalho aos quais os futuros alunos competirão. Portanto, essa sociedade do conhecimento, que nestes termos também é uma sociedade de educação, contribuirá pela saturação e pela banalização do conceito de educação, pois confundirá tão profundamente o conceito de educação que empresas “[...] devem transformar-se em instituições de ensino e aprendizagem, e as escolas têm que trabalhar em associação com os empregadores e as organizações que fornecem emprego” (DRUCKER, 2004, p. 270 *apud* NOGUEIRA-RAMÍREZ, 2011, p. 14).

Nesse contexto marcado pela noção da sociedade do conhecimento, em que há uma inflação da educação capacitadora, evidente que a escola será influenciada em altos níveis, sobretudo com a padronização curricular, que tornará mais tangíveis as expectativas do mercado. Na realidade brasileira, a atualidade do cenário da escola formal se marcou pela instituição da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja base representa uma proposta oficial, obrigatória e vinculadora para a padronização curricular e de práticas educacionais tanto para a Educação Básica, que é composta pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental I e II. A BNCC já é vigente em todo território nacional.

3.3. Comentários gerais sobre a Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC vem sendo debatida e passando por alterações desde sua idealização em 2013 e no fim do ano de 2017 – já em sua terceira versão (a versão final) – permanece sendo protagonista do debate que posiciona professores e intelectuais da academia contrários ao estabelecimento do currículo comum contra organizações com ou sem fins lucrativos associados com parte significativa dos agentes em cargos públicos de gestão da educação, que por sua vez advogam a padronização curricular proposta pela BNCC.

3.3.1. O Programa Todos pela Educação

A parte significativa dos apoiadores da BNCC é composta pelo projeto Todos pela Educação, que reúne uma série de empresas, algumas delas até multinacionais, entre

mantenedores e apoiadores financeiros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). O projeto Todos pela Educação representa o que já abordamos acerca da banalização do conceito de educação, na medida em que atribui tanto à escola quanto à empresa o papel de educar. Assim, a escola torna-se quase uma empresa e trabalha em associação com os empregadores e as organizações que empregam. (DRUCKER, 2004, *apud* NOGUEIRA-RAMÍREZ, 2011).

Prova disso é o que se vê no portal do projeto Todos Pela Educação, na página referente a “Como atuamos”. Nesta página é possível verificar quatro frentes de atuação do programa Todos pela Educação, sendo elas: “Colocamos a educação em pauta, Produzimos conhecimento técnico, Articulamos com o poder público e diversas instituições do setor, Fazemos monitoramento público”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, sem paginação).

Dentro das frentes apresentadas pelo projeto, saliento a frente “Produzimos conhecimento técnico”, que vincula as frentes que a sucedem. Na página “Como atuamos” é possível ler no campo específico desta frente o seguinte texto:

2. Produzimos conhecimento técnico

- Elaboramos diagnósticos aprofundados com base nos dados oficiais, estudos e pesquisas.

- Com base nestes diagnósticos, em evidências e experiências de sucesso no Brasil e no mundo, e em pesquisas representativas com professores e estudantes, construímos junto a especialistas e profissionais da Educação propostas para melhorar as políticas públicas já existentes, bem como para novas medidas que sejam capazes de promover um salto de qualidade na Educação Básica.

Pois bem, mostra-se evidente o conceito de inflação da educação que Haroldo de Resende (2018) analisa em seu texto. Assim – sob nossa análise – os conceitos de conhecimento e educação são deturpados, portanto, destruídos e reconstruídos sob uma lógica totalmente diferente. Assim, ao buscar obedecer uma economia política que valoriza tão somente a formação do capital humano, empresas e escolas trabalham juntos para regular e coordenar as estratégias pedagógicas no sentido de formar tão somente capacidades.

Historicamente o programa Todos pela Educação é um projeto recente, tendo sido inaugurado em 2006. Apesar de ser um projeto relativamente recente, trata-se de um projeto expressivo no cenário da educação brasileira, pois contribuiu ativamente para diversos documentos oficiais, dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 2007, a Emenda Constitucional n.º 59 de 2009 que torna a educação obrigatória na faixa etária compreendida entre 04 e 17 anos, a Avaliação Brasileira do Final do Ciclo da Alfabetização –

Prova ABC em 2012, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA em 2013, o Plano Nacional de Educação – PNE em 2014, além, claro, da BNCC, em 2017 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Além de ter atuado ativamente na construção da BNCC durante os 4 anos em que foi debatida até sua versão final lançada em 2017, atualmente – em 2020 – o projeto Todos pela Educação possui uma página dedicada a promover a aplicação da BNCC em todo o cenário educacional brasileiro com a seguinte descrição:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que define o que toda criança e todo jovem brasileiro têm direito de aprender. Após 4 anos de discussão e 3 versões diferentes, o documento para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental [1º ano ao 9ºano] foi aprovado [a etapa do Ensino Médio ainda está em discussão]. A BNCC, que tem caráter normativo e obrigatório, servirá de referência para que as redes de ensino, públicas ou particulares, construam ou reformulem suas propostas curriculares, materiais pedagógicos, avaliações e políticas de formação de professores (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, sem paginação).

Conforme apresentado no site do projeto Todos pela Educação, a efetivação da BNCC em todas as redes de ensino faz parte da proposta “#EducaçãoJá”, um programa que também está relacionado ao projeto Todos pela Educação. Estas propostas vêm promovendo desde 2018 uma série de ações com interferência direto no campo da educação brasileira, portando fica evidente que a efetivação da BNCC é apenas uma etapa de um projeto educacional com maiores proporções. Conforme apresentado na página “Como atuamos”, o projeto “#EducaçãoJá” representa uma iniciativa do programa Todos pela Educação compreendida na segunda frente, “Produzimos conhecimento técnico”, assim empresas e professores aparecem trabalhando lado a lado na gestão de projetos que influenciam diretamente a educação brasileira.

Assim, a BNCC não representa um momento isolado que inaugura essa fase em que empresas funcionariam como instituições de ensino e aprendizagem e as escolas trabalhariam associadas a empresas. Na verdade, apesar de o “#EducaçãoJá” ser um projeto iniciado em 2018, ficou claro que a proposta Todos pela Educação já existe no Brasil e participa ativamente das decisões desde 2006. Portanto, a BNCC representa apenas mais um movimento da economia política que se orienta pelo conceito do capital humano.

Apesar de não ser a inauguração dessa nova fase, a BNCC representa um marco histórico na educação brasileira no sentido de ser o primeiro documento oficial que padroniza a proposta curricular para todo o país, incluindo em suas diretrizes, além dos conteúdos que se espera transmitir em sala de aula, também os métodos esperados, bem como as dez

competências básicas que se pretende desenvolver em todo estudante que cursar a Educação Básica a partir desse período.

3.3.2. A proposta da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica

De acordo com o texto de apresentação da BNCC, assinado por Rossieli Soares da Silva, então Ministro da Educação, “a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (BRASIL, 2017, p. 5).

Assim, é possível concluir que por “estudante desta época” o Ministro da Educação se refere à essa época atual orientada pela lógica da sociedade do conhecimento – conforme conceito já apresentado anteriormente, contexto em que é central o indivíduo educado, formado, especialista e especializado, o indivíduo capacitado, conforme observou Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018). Portanto, o novo documento propõe-se a corresponder às demandas dessa centralidade, que conforme já vimos, deturpa o conceito de conhecimento ao inflacionar uma educação especializada e direcionada para uma finalidade e ao confundir os papéis da escola e da empresa. Assim, a proposta da Base é a de aprimorar a escola em sua estrutura para servir melhor ao mercado.

Nesse sentido, o Ministro da Educação continua a apresentação dizendo que

[...] Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização de seus projetos de vida e a continuidade dos estudos (BRASIL, 2017, p. 5).

Portanto, a proposta da BNCC é a de enumerar o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais a serem apreendidas pelos estudantes brasileiros. Todavia, são essenciais na perspectiva da sociedade do conhecimento e na lógica da formação do capital humano, lógica em que pretende se formar nada além de um capital valioso, capacitado, apto ao atendimento dos interesses do mercado. Nessa perspectiva, o estudante torna-se um objeto da relação, pois é educado na perspectiva da capacitação, portanto, para torná-lo capaz de desempenhar determinadas tarefas.

Essa lógica é, portanto, inversa à formação para o exercício da experiência humana viva e reduz a complexidade da racionalidade humana à atividade mecânica do desempenho de

determinadas tarefas, entretanto, a nova Base se posiciona no sentido de fornecer apenas as aprendizagens julgadas essenciais que apoiarão a constituição do futuro dos estudantes.

E por futuro evidente que refere-se à carreira profissional, pois na lógica capitalista tudo gira em torno da propriedade detida pelos indivíduos e, conforme analisamos, cada indivíduo passa a ser escravo do movimento que significa erigir propriedades, pois nessa nova lógica, sua existência só faz sentido se estiver relacionada ao acúmulo de propriedade, à constituição de capital.

Conforme Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018) analisou, na sociedade do conhecimento em que vigora a lógica do capital humano, portanto há a centralidade no indivíduo educado, formado, capacitado, entretanto orientado na perspectiva empreendedora de si mesmo, o “conjunto de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2017, p. 5) a que se refere o Ministro da Educação relaciona-se justamente ao mínimo exigível para que os alunos sejam capacitados a exercerem o papel de empresários de si mesmos, responsáveis pela determinação do próprio futuro, de sua carreira profissional.

Em sequência, o Ministro da Educação enfatiza que:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base (BRASIL, 2017, p. 5).

Nessa lógica, a desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil é tratada não como um problema social caracterizado pela desigualdade social, a exploração da força de trabalho e a má distribuição do capital, mas é tratada como um fato que poderá caminhar rumo à solução a partir da transformação da formação inicial e continuada sob a lógica da sociedade do conhecimento orientada para a formação do capital humano.

Na análise de Alexandre Simão de Freitas (in RESENDE, 2018), a questão social relativa ao combate à desigualdade e à proteção aos direitos das minorias (em especial a educação) aparece nos discursos proferidos pelos governantes como merecedora de respeito e valorização criando uma aparência discursiva de preocupação e urgência. Todavia, apesar de os discursos que antecedem a tomada de medidas (como é o caso da proposta da BNCC) demonstrarem tamanha preocupação e urgência em solucionar tais problemas e apontarem para as medidas como uma solução, pouco ou nada realmente se altera na situação fática.

Na verdade, como as medidas aparecem sob o discurso de que surgiram como uma resposta imediata na luta pela defesa dos direitos das minorias e, sobretudo, ao combate à desigualdade, o corpo social tende a abraçar tais medidas como a única solução possível. Entretanto, trata-se de medidas elaboradas por um grupo que, em geral, encontra-se muito distante histórica e socialmente das minorias e, portanto, as soluções elaboradas têm pouca ou nenhuma influência daqueles que entendem na pele a realidade da desigualdade. Portanto, são medidas fictícias, ilusórias, que na verdade em nada contribuem para a redução dessa desigualdade, em nada alteram a questão dos direitos das minorias.

Segundo Alexandre Simão de Freitas:

Por mais que o tratamento dado pelos Estados aos chamados direitos das minorias tenha incorporado aspectos que demonstram respeito e valorização, seu sistema avaliativo foi pouco influenciado pela compreensão dessas mesmas minorias sobre a educação. Nossas teorias permanecem inviabilizando outras cosmologias ou ontologias, o que nos permite concluir, fazendo coro com Vladimir Safatle [2017, p. 62], que o eixo fundamental dos processos do governo neoliberal consiste em gerir essa invisibilidade, criando zonas cinzentas onde vidas e corpos ‘desaparecem sem deixar restos’ (FREITAS, in RESENDE, 2018, p. 22).

O que Alexandre Simão de Freitas (in RESENDE, 2018, p. 22) chama de “gerir essa invisibilidade” é justamente o fato de que, apesar de representar uma constante no tratamento dado pelos Estados à desigualdade e aos direitos das minorias, a desigualdade e os direitos das minorias representa um campo invisível, um espaço que se deseja ignorar. Todavia, não pode ser simplesmente ignorado, assim, tal espaço é gerido, controlado, administrado de modo que permaneça na invisibilidade.

O fato marcante dessa leitura se comparada ao texto de apresentação da BNCC redigido pelo então Ministro da Educação, reside no fato de que ao fornecer uma educação meramente capacitadora do ponto de vista do mercado, sob a promessa de ser esse giro na educação uma medida inicial para o combate à desigualdade, cuida-se de perpetuar os quadros de desigualdade e não de combatê-los, pois uma educação meramente capacitadora não liberta ninguém da opressão da desigualdade.

Partindo da análise de Foucault (2010b) a respeito da formação do capital humano, complementada por toda abordagem biopolítica e a aparelhagem do saber que já relatamos nos primeiros capítulos, recordamos que os saberes constituídos pelos mecanismos disciplinares e amparados por condições específicas de formação determinarão o valor do capital humano que se pretende constituir, bem como o seu melhor aproveitamento no mercado. Para aqueles que

conseguirem a oportunidade de constituir um capital humano valioso, realmente compensará ser empresário de si mesmo, pois certamente conseguirão gordas rendas a partir desse potencial. Todavia, os mais afetados pela desigualdade social nunca conseguirão constituir um capital humano valioso e estarão sempre repetindo os cenários de desigualdade.

A farsa da ascensão social pela educação, que está sutilmente impregnada no discurso de apresentação da BNCC repete o mesmo discurso que Locke (1983) já havia dito: Deus fez o mundo para os diligentes e racionais. Portanto, apesar de não assumir abertamente uma postura que advoga a educação como uma resposta para a desigualdade social, o Ministro da Educação responsabiliza indiretamente o próprio indivíduo pelo sucesso (ou não) de sua carreira. Faz eco, então, à noção de empresário de si mesmo que funciona na lógica da sociedade do conhecimento orientada sob a perspectiva do capital humano. (RESENDE, in RESENDE, 2018).

Portanto, de acordo com o Ministro, a BNCC revolucionará a Educação Básica no Brasil de modo a fornecer, a deixar disponível, as aprendizagens essenciais para preparar o estudante à sua carreira futura. Caberá ao estudante, portanto, lançar-se ao que estará disponível com a implementação da BNCC e orientar sua carreira de modo a alcançar seus objetivos.

Na sociedade educativa, o indivíduo deve ser um empreendedor do próprio futuro. Deve ser aquele que fará de suas ações formativas os próprios insumos de sua competência e capacidade; é seu comportamento que deve estabelecer os contornos de sua vida e de seu futuro (RESENDE, in RESENDE, 2018, p 86).

Portanto, o controle da invisibilidade que Alexandre Simão de Freitas (in RESENDE, 2018) se refere é justamente o fato de que ao atribuir a responsabilidade de vencer a desigualdade ao próprio indivíduo afetado por ela, perpetua-se o sistema desigual, pois com os mecanismos ofertados por uma educação meramente capacitadora para o mercado de trabalho não é possível vencer a opressão da desigualdade e nem tampouco exercer a experiência humana completa que, apesar de não ser possível simplesmente conceituá-la, é possível afirmarmos que não se restringe à subjugada existência em prol dos esforços pela aquisição e manutenção da propriedade. Assim, aqueles que são mais afetados pela desigualdade permanecem invisíveis, reduzidos a posição de corpo social, enxergados meramente como uma massa, como um conjunto vivo.

Na administração dessa invisibilidade que se mantém pela recorrente desigualdade social, o papel da escola passa por graduais alterações de modo a atender as expectativas do mercado orientado sob a ótica capitalista de que dependemos de nossos empregos, dependemos do dinheiro para sobreviver. Paralelamente a isso, as crises sociais que enfrentamos

diariamente, tais como a fome e o desemprego, são vistas como componentes da própria estrutura organizacional da sociedade, que podem – todavia – serem enfrentados com o correto aproveitamento do aparelho escolar. Seguindo análise, o Ministro da Educação encerra o discurso de apresentação à BNCC da seguinte maneira:

Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação (BRASIL, 2017, p. 5).

Portanto, a escola a partir da implementação da BNCC aparece no discurso como a chave, como a saída para o enfrentamento à desigualdade escolar, e em níveis mais amplos, à desigualdade social. Portanto, com a proposta da BNCC o Estado se desincumbe da tomada de decisões efetivas no sentido de minimizar a desigualdade – administrando a invisibilidade – e atribui à educação capacitadora o potencial de libertar da fome e do desemprego.

Se, por um lado, o desemprego faz parte da própria estrutura organizacional da sociedade e, por outro, as condições de trabalho são cada vez mais precarizadas, importa para a governamentalidade neoliberal que o indivíduo, investido de sua condição de homem econômico, assuma o desenvolvimento de suas competências, vinculando-se para isso, a aparelho escolar como enfrentamento das variáveis desse meio, fazendo com que a formação signifique garantia de acesso a postos de trabalho, como se o emprego dependesse tão somente do empenho do indivíduo em sua capacitação (RESENDE, in RESENDE, 2018, p. 90).

Portanto, fica claro que o posicionamento das autoridades brasileiras para a educação está alinhado aos interesses neoliberais no sentido de que o *homo oeconomicus*, ou seja, o homem proprietário, o empresário de si mesmo, deve ele próprio providenciar as condições de seu sucesso, aparelhando seu capital humano na escola, capacitando-se, à medida em que esse indivíduo torna-se também responsável pelo seu eventual desemprego e por quaisquer variantes da estrutura organizacional caótica capitalista que possam lhe atingir.

Nesta medida, a invisibilidade a que os mais afetados pela desigualdade são relegados torna-se nítida a estratégia do Estado capitalista, e assim aplica-se a estratégia de responsabilização do oprimido pela opressão que lhe constrange, pois se existem mecanismos que lhe propiciam a libertação da opressão (a educação orientada pela formação do capital humano), e ainda assim, se o indivíduo permanece oprimido, então significa que este indivíduo

não é diligente e racional o suficiente, portanto, não merece o mundo, parafraseando Locke (1983).

Mais uma vez torna-se evidente a agência biopolítica à medida que o caráter complexo dos indivíduos é reduzido ao seu potencial rentável, sua vida é controlada em todos os lados, tornaram-se, portanto, uma massa viva, um bloco de seres vivos.

3.4. O conceito de competência na BNCC e sua problematização

Logo na introdução do documento, parte do texto que tem significativo valor para a interpretação total do documento, consta – entre alguns esclarecimentos acerca das finalidades da nova Base – a proposta de dez competências gerais que, segundo o documento, devem ser desenvolvidas em todos os alunos da Educação Básica.

Para tanto, espera-se que os professores incluam no processo pedagógico atividades e exercícios que permitam aos alunos desenvolverem as dez competências básicas, que no entendimento da proposta BNCC, compõem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da Educação Básica.

Para a BNCC, a palavra “competência” tem uma definição específica e aponta para a centralidade na educação típica da lógica dominante na sociedade do conhecimento, ou seja, há uma inflação ao redor dos conhecimentos e das habilidades, portanto, essa centralidade aponta para uma educação capacitadora, portanto, um treino, um adestramento. De acordo com a BNCC, a palavra “competência”

[...] é definida como a mobilização de conhecimentos [conceitos e procedimentos], habilidades [práticas, cognitivas e socioemocionais], atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8).

A palavra “competência” carrega por si só a ideia de utilidade, de finalidade, pois se é competente para desempenhar tal tarefa ou se é competente para tal ofício. A falta de competência denota despreparo para a execução de determinada tarefa, o que torna o incompetente um inútil, um não-útil. Portanto, fica evidente a redução da βίος (Biós) ao caráter mecânico, portanto, à ideia de útil ou não útil. Evidente que na sociedade pautada pela lógica do capital humano há a centralidade numa educação que traga competência aos indivíduos. Portanto, o critério que atribui valor ao capital humano de determinado indivíduo considera sua competência, portanto, sua capacidade de executar tarefas.

Isso ocorre porque na virada histórica que abordamos no primeiro capítulo, ou seja, quando o ser humano passou a ser objeto das relações de poder quando passou a ser uma máquina rentável para o capital. A biorregulação, ou seja, a gestão de suas vidas nos mínimos detalhes, garantirá a manutenção dessa lógica, sobretudo ao produzir uma nova estrutura educacional que é marcada pela inflação das competências e deflação do cuidado de si que habilita o indivíduo para a vida, para a verdadeira cidadania e para a experiência humana complexa.

Para a BNCC, o conceito de competência aponta para a mobilização de quatro outros conceitos, como sendo os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores. Aprofundando-se nos conceitos, a BNCC especifica que em sua lógica, os conhecimentos que se pretende mobilizar são os conceitos e os procedimentos, portanto, trata-se de um conhecimento aplicado no âmbito instrumental, portanto, um conhecimento de capacitação.

A nova era na educação brasileira que a BNCC promove pode ser definida como uma educação voltada à capacitação técnica do aluno que supostamente concluirá a Educação Básica, sendo supostamente capaz (capacitado) de resolver os problemas da vida cotidiana, ocupar seu papel no desempenho da cidadania e integrar o mundo do trabalho. Questiona-se: isso basta?

Retomando a análise filosófica afim de melhor compreender a proposta da BNCC acerca da capacitação dos alunos para a resolução dos problemas da vida cotidiana, vemos que somente a capacitação para resolução dos problemas da vida cotidiana e a integração no mundo de trabalho não basta para o pleno exercício da cidadania e nem tampouco à vida reflexiva que transcende o caráter produtivo que o mercado impõe. Quando Sócrates em seu diálogo com Alcebíades diz que o jovem discípulo precisa cuidar de si, há uma densa ideia incutida nessas palavras. Em primeiro plano é importante lembrar que Alcebíades era um jovem aristocrata, portanto, dentro em breve comporia a vida pública tornando-se um cidadão grego⁵⁷. O jovem almejava se tornar um governante, para tanto, Sócrates diz que para cuidar dos outros Alcebíades precisaria primeiro aprender a cuidar de si mesmo, pois sabendo cuidar de si, desempenharia um bom papel no cuidado com os outros.

O conceito original de cidadania é mais amplo do que o que atualmente se propõe⁵⁸; para o grego antigo, ser cidadão significava ter em suas mãos o poder de opinar ativamente e decidir questões públicas que interfeririam não só na parte administrativa da πόλις (pólis), mas

⁵⁷ Vide nota 28 para maiores esclarecimentos.

⁵⁸ Cidadania para o direito brasileiro é a capacidade de votar e de ser votado.

em todo o seu contexto social. Era na *ἀγορά* (ágora) que o futuro da *πόλις* (pólis) era decidido, portanto, ser cidadão significava atuar ativamente na política. O exercício da política representava para o grego uma função fundamental da vida humana (*Ζωή* – Zoé). Aristóteles enfatiza essa questão quando assevera que a atividade política é o que distingue os homens dos animais (ARISTÓTELES, 1999).

Portanto, quando Sócrates fala que Alcebíades deve cuidar de si mesmo para poder cuidar dos outros, Sócrates está dizendo que para Alcebíades exercer plenamente a cidadania precisaria aprender e desenvolver o cuidado de si (FOUCAULT, 2010c). Conforme analisamos no segundo capítulo, o cuidado de si que Sócrates ensina a Alcebíades tem a ver com a reminiscência, portanto, trata-se de uma anamnese constante, um esforço progressivo que trará uma experiência sensível ao sujeito, primeiro compreendendo a relação de si para consigo mesmo, após, compreendendo a relação de si para com os outros e finalmente compreendendo a relação dos outros para consigo mesmo. Através dessa atitude a primeira fase é da descoberta da finalidade de ser, momento em que o sujeito toma consciência de sua existência política e então passa à segunda fase que é a reciprocidade. Ao tomar ciência de sua existência política, o indivíduo desejará o bem ao seu próximo, pois assim fazendo, estará desejando o bem para si mesmo.

Quem se ocupa consigo – é o que acabei de lhes mostrar – torna-se capaz de ocupar-se com os outros. Há, por assim dizer, um vínculo de finalidade entre ocupar-se consigo mesmo e ocupar-se com os outros. Ocupo-me comigo para poder ocupar-me com os outros. Praticarei em mim o que os neoplatônicos chamarão de *kátharsis*, praticarei a arte catártica para poder, justamente, tornar-me um sujeito político. [...] Se, ao ocupar-me comigo mesmo, ao praticar a catártica no sentido neoplatônico, faço, como assim desejo, o bem à cidade que eu governo – se, conseqüentemente, ao ocupar-me comigo asseguro para meus concidadãos a salvação, a prosperidade, a vitória da cidade –, em troca, essa prosperidade de todos, essa salvação da cidade, essa vitória que lhes asseguro, será de meu proveito na medida em que faço parte da própria comunidade da cidade (FOUCAULT, 2010c, p. 159).

Portanto, o exercício da verdadeira cidadania tem que ver com o exercício da vida política o que não se restringe ao período eleitoral. Pelo Estado Brasileiro, conforme é atualmente constituído, não é possível participar diretamente das questões políticas, pois vivemos uma chamada democracia representativa; portanto, elegemos representantes para deliberar as questões públicas por nós. Todavia, o exercício pleno da cidadania tem que ver com o exercício pleno da vida política que transcende o mero ato de votar e de ser votado. A

vida política na Grécia era marcada só poderia ser exercida se os cidadãos tivessem pleno conhecimento acerca das questões da πόλις (pólis). Nas palavras de Foucault (2010c, p. 177):

[...] aquele que tiver se ocupado consigo como convém – isto é, aquele que tiver efetivamente analisado quais são as coisas que dele dependem e quais as que não dependem – ao ter cuidados consigo de tal maneira que, se alguma coisa vier à sua representação, saberá o que deve e o que não deve fazer, este saberá, ao mesmo tempo, cumprir seus deveres enquanto parte da comunidade humana.

Nos moldes da sociedade pautada pela lógica capitalista, sobretudo no que diz respeito ao capital humano, não é possível o exercício pleno da cidadania; portanto, a cidadania atualmente pregada se trata de uma falácia. Se compararmos o exercício da cidadania da atualidade com a estrutura original grega, perceberemos que a cidadania da atualidade é ilusória pois só há a aparência de se estar desempenhando a vida política. O que se percebe hoje, com a superinflação da educação capacitadora e o menosprezo pela formação reflexiva e libertadora é o distanciamento progressivo do cuidado de si, portanto, há busca pela formação de indivíduos superlotados de capacidades, habilidades, conceitos e procedimentos, mas politicamente alienados.

É preciso superar a noção de que a vida política se resume em votar e ser votado, todavia, a educação capacitadora que forma o capital humano contribui para tal alienação à medida que trata os indivíduos como meros capitais em potencial, portanto, objetos integrantes do jogo do poder.

Por outro lado, a promessa da BNCC (BRASIL, 2017) é de que através da educação pautada nas dez competências básicas os alunos terão condições para resolver as demandas complexas da vida; portanto, trata-se de uma educação que se propõe a formar indivíduos habilitados a viver, a lidar com todos os problemas que puderem lhe ocorrer ao longo de sua vida. Ocorre que conforme vimos anteriormente, ao passo que a sociedade do conhecimento orientada pela lógica do capital centraliza seus esforços num processo educacional sem fim, atribui à escola o dever de somente disponibilizar ao aluno a capacitação necessária para sua vida futura. Cabe ao aluno, realizando o “empreendimento-de-si” (FREITAS, in RESENDE, 2018, p. 30), a total responsabilidade pela sua formação enquanto capital humano; assim como ele é responsável pelo resultado dessa etapa de formação, é também responsável por todos os infortúnios que poderá enfrentar depois, como o desemprego, por exemplo.

Assim, a lógica da proposta da BNCC é a de trazer ao aluno um conjunto de ferramentas, procedimentos, habilidades, conhecimentos, de maneira a capacitá-lo para resolver demandas

complexas da vida cotidiana, reverberando o mesmo discurso da sociedade orientada pela lógica do conhecimento técnico e voltado ao mercado, uma lógica que, aliada à biopolítica e demais estratégias de poder (saber, disciplina, governamentalidade), assim determinando o empreendimento de si e a responsabilização do indivíduo pelos infortúnios que podem lhe atingir. Ocorre que tal educação, por ser meramente capacitadora ao mercado de trabalho, parte do discurso de que uma vez educado, especialista e especializado o indivíduo terá garantia de emprego, portanto, as demandas complexas da vida cotidiana a que a BNCC se refere não têm qualquer relação com as reais demandas que os indivíduos marginalizados enfrentarão (RESENDE, 2018). Após formados (isto se conseguirem se formar), esses indivíduos disputarão por escassas vagas de emprego, a grande maioria ficará desempregada por tempo indeterminado, tendo de vender sua força de trabalho a preço irrisório, ou se rendendo à informalidade, à escravidão ou até mesmo à criminalidade para não morrer de fome.

Bem verdade é que esses indivíduos buscarão solucionar de alguma forma tais demandas buscando sobreviver de alguma forma; entretanto, nenhum ensinamento trazido pela escola capacitadora da proposta da BNCC fornecerá uma solução eficaz para tão graves problemas sociais. Todavia, segundo o documento, a mobilização dos processos escolares no sentido de implementar as competências básicas da BNCC tornará possível que o indivíduo resolva as demandas complexas da vida cotidiana. Seguindo essa lógica, se os indivíduos afetados por demandas tão graves como o desemprego e a fome não conseguirem superar sozinhos tais dificuldades, o insucesso será responsabilidade única desses indivíduos, pois na lógica do capital humano, o empresário de si mesmo é quem gere sua vida e seu futuro depende somente dele próprio.

Por isso, a sociedade do conhecimento pode ser entendida como uma sociedade de normalização na qual o indivíduo deve se ajustar às prescrições normativas estabelecidas, ao mesmo tempo que é responsabilizado pelas variações que ocorrem nas exigências de qualificação, que ocorrem no nível da massa populacional (RESENDE, in RESENDE, 2018, p. 90).

Evidente que é uma falácia a noção apresentada pela BNCC a respeito de a escola, após a implementação da Base, ser capaz de capacitar os alunos para lidar com as demandas cotidianas da vida. Através desse discurso os agentes públicos se desincumbem da sua atribuição de combater ativamente a desigualdade social, o desemprego e a fome, reforçando a invisibilidade da massa populacional afetada por esses distúrbios integrantes da estrutura organizacional da sociedade capitalista. Ao se desincumbirem, automaticamente transferem a responsabilidade do futuro incerto aos próprios afetados por essas sinistras ocorrências,

portanto, não os prepara para resolver nenhuma demanda complexa da vida cotidiana, mas os preparam para reproduzir a face cruel do desemprego, da fome, da criminalidade etc.

Novamente retomando a questão filosófica, conforme estudamos no segundo capítulo a prática do cuidado de si não ficou restrita aos cidadãos gregos. Posteriormente, tornou-se recomendável a todos, mesmo que não fossem desempenhar uma vida política; isso porque nesse período o cuidado de si aparece vinculado à preparação do indivíduo, não preparar no sentido de capacitá-lo ou torná-lo hábil para o desempenho de alguma tarefa, ofício ou profissão, mas tratava-se de preparar o indivíduo para a vida em suas mais complexas e diversas esferas. Portanto, a prática do cuidado de si

[...] não se trata, como no Alcibíades, de formar o indivíduo para tornar-se um bom governante; trata-se, independentemente de qualquer especificação profissional, de formá-lo para que possa suportar como convém todos os eventuais acidentes, todos os infortúnios possíveis, todas as desgraças e todos os reveses que possam atingi-lo. Trata-se, conseqüentemente, de montar um mecanismo de segurança, não de inculcar um saber técnico e profissional ligado a determinado tipo de atividade. Essa formação, essa armadura se quisermos, armadura protetora em relação ao resto do mundo, a todos os acidentes ou acontecimentos que possam produzir-se, é o que os gregos chamavam de *paraskheué*, aproximadamente traduzido por Sêneca como *instructio* (FOUCAULT, 2010c, p. 86).

Assim, a prática do cuidado de si aplicada à preparação para a vida aparece relacionada à palavra *Παρασκευή* (*paraskheué*) que pode ser traduzida para o português como “preparo”. O filósofo romano Sêneca empregou a palavra *Instructio* para dar esse mesmo sentido, cuja palavra é a raiz latina da palavra “instrução”.

Portanto, a instrução, o preparo, a prática do cuidado de si é que pode constituir uma armadura – parafraseando Foucault (2010c) – que protege o indivíduo em relação ao resto do mundo. Sem tal armadura, ou seja, sem a instrução, sem o preparo, sem a prática do cuidado de si, o indivíduo está desarmado, desprotegido, contra todos os infortúnios que podem lhe ocorrer. Nota-se que para a concepção da filosofia, sobretudo dentro da análise de Foucault (2010c), a prática do cuidado de si não soluciona os problemas que eventualmente aparecerão na vida do indivíduo, todavia o prepara para enfrentá-los como convém. E por não solucionar os problemas é que não incumbe ao indivíduo a responsabilidade por seu fracasso ou por ser ele atingido por qualquer infortúnio, mas lhe traz a consciência necessária para enfrentar com coragem os perigos da vida, lhe permite enxergar a teia da opressão que lhe amarra e lhe permite resistir os movimentos do mundo exterior. Foucault (2010c, p. 214) analisa o conceito de *Παρασκευή* (*paraskheué*):

A *paraskheué* é a equipagem, a preparação do sujeito e da alma pela qual o sujeito e a alma estarão armados como convém, de maneira necessária e suficiente, para todas as circunstâncias possíveis da vida com que viermos a deparar. A *paraskheué* é precisamente o que permitirá resistir a todos os movimentos e solicitações que poderão advir do mundo exterior.

E é papel da φυσιολογία (physiología)⁵⁹ a Παρασκευή (paraskheué). Segundo Foucault (2010c), a φυσιολογία (physiología) torna o indivíduo corajoso, intrépido, o prepara para afrontar o que lhe é imposto pelos outros, o prepara para afrontar a autoridade dos que pretendem determinar sua lei. Para o autor, através da Παρασκευή (paraskheué), os indivíduos se tornarão αυταρκείς (autarkeís), ou *contenti*, ou ainda, “contentes, satisfeitos consigo próprios” (FOUCAULT, 2010c, p. 215). Isso significa que pela Παρασκευή (paraskheué) os indivíduos só serão dependentes deles próprios.

Portanto, o cuidado de si representa uma formação para a liberdade, para a autonomia, pois prepara o indivíduo para resistir, no sentido mais amplo da palavra, resistir ao controle, resistir à dominação, resistir à opressão. A prática do cuidado de si, portanto, desenvolve a consciência que liberta e refuga a alienação que escraviza.

Conforme pudemos perceber, conceito de competência apresentado pela BNCC revela que o giro que se pretende provocar na educação se trata de uma operação orientada sob a lógica do capital humano, lógica que despreza a complexidade da existência humana (βίος – Biós), que aliena, que institui controle sobre a vida (Ζωή – Zoé), sobre a morte, que sustenta a invisibilidade dos marginalizados, que sustenta a todo custo a atual estrutura organizacional da sociedade.

3.4.1. O sentido das competências gerais e a formação do *sultus*:

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), as dez competências gerais são requisito fundamental do processo pedagógico compreendido nas três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Neste sentido, conforme orientado pela própria introdução da Base, é necessário que os professores inter-relacionem os conteúdos

⁵⁹ Etimologicamente compreendida como o estudo da natureza, todavia, na filosofia de Epicuro, a physiología se contrapõe à paidéia (παιδεία). Epicuro rejeita a paidéia (παιδεία) sob a alegação de ser uma cultura de fanfarrões, elaborada meramente por fabricantes de verbo, pois a paidéia (παιδεία) concentrava-se na formação discursiva do cidadão grego, assim, ficou marcada pela ideia de ser a arte de falar bem em público. Epicuro, entretanto, compreendia que falar bem em público não era suficiente, era necessário um preparo, a Παρασκευή (paraskheué), que equipava o sujeito para todas as circunstâncias possíveis da vida. (FOUCAULT, 2010c).

didáticos com a transmissão dessas competências, que na prática possuem orientação axiológica.

Apesar dessa agência coercitiva que busca fazer com que os professores contextualizem as competências gerais concomitantemente à exposição dos conteúdos didáticos, não há relação direta dessas competências com qualquer conteúdo didático. Nota-se que são propostas que estão muito mais relacionadas a uma ética coletiva, a um modo de viver, a um ilusório e fabricado modelo de experiência humana, do que propriamente uma capacitação para o desempenho da vida futura.

Ademais, de acordo com a BNCC, o estabelecimento dessas competências e a sua obrigatoriedade no plano educacional compõe “as finalidades gerais do Ensino Fundamental e Ensino Médio” (BRASIL, 2017, p. 13). Neste sentido, a BNCC revela a lógica da sociedade do conhecimento orientada pela construção do capital humano, no sentido de que a finalidade maior da Educação Básica se concentre no desenvolvimento de um conjunto determinado de competências.

Partindo dessa compreensão, é estabelecido no texto da BNCC que através da promoção das dez competências gerais, ficará indicado o que os alunos devem saber, sobretudo o que devem saber fazer. Assim, há uma expectativa de educação, há um espaço lógico a ser ocupado no sentido de que todo aluno que passar pela Educação Básica orientada de acordo com a BNCC, deve saber fazer determinada coisa. Portanto, a BNCC considera a aprendizagem dessas competências como essencial na etapa da Educação Básica, portanto, num simples exercício lógico, o que é essencial em todo o período escolar é o desenvolvimento de determinadas competências.

Não se espera, portanto, que o aluno saiba fazer mais ou menos que o proposto pelas competências gerais; ou seja: é essencial desenvolver as dez competências e somente.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, o que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 8).

Torna-se evidente, portanto, o caráter tecnicista que reveste a abordagem da BNCC para a educação, e por tecnicista não fazemos referência à τέχνη (tekhné) grega, que apesar de ser

correntemente traduzida como técnica, tem uma aplicação filosófica relacionada à arte. A lógica exposta pela BNCC reflete a mesma lógica da sociedade do conhecimento, portanto, a BNCC não inova nesse sentido. Apesar de haver centralidade numa ideia de educação e de formação, tais processos partem de uma visão deturpada do que realmente significa educar e formar. A concepção adotada pela BNCC e, conseqüentemente por toda a sociedade do conhecimento, restringe-se a uma educação que capacite, que especialize, que torne competente. Portanto, não há, propriamente um preparo para a vida, mas de modo que transcenda somente o aspecto profissional, todavia ocorre um preparo para um estilo de vida reduzido à constituição e manutenção da propriedade, portanto é a vida do *homo oeconomicus* (RESENDE, in RESENDE, 2018).

Retomando a noção da τέχνη (tekhné) grega, a interpretação filosófica do termo remete ao fato de que os gregos buscavam uma τέχνη τοῦ βίου (tekhné tou bíou), ou seja, uma arte de viver (FOUCAULT, 2010c). Diversas escolas filosóficas surgiram a partir de então para refletir acerca da arte da vida. Portanto, o conceito de vida era dotado de uma complexidade ímpar. No sentido filosófico da palavra τέχνη (tekhné), ou seja, na ideia de arte de vida, ou arte de viver, não havia para o grego uma receita para se viver corretamente, entretanto, sabia-se que o caminho partia da Παρασκευή (paraskheué), ou seja, do preparo. Era através do preparo, da Παρασκευή (paraskheué), que o indivíduo se tornaria corajoso, intrépido, capaz de enfrentar todas as variantes da vida e afrontar toda autoridade que lhe fosse oposta, portanto, tornava-se αὐταρκεῖς (autarkeís), satisfeito consigo mesmo, no sentido de que dependia somente de si para sua satisfação. Tornava-se, portanto, um sujeito autônomo, independente, livre.

Ao contrário disso, a educação proposta pela BNCC passa-se por “educação integral” (BRASIL, 2017, p. 14), na verdade reflete a mera transmissão de determinados saberes para que o aluno se torne capaz, competente, habilitado para saber, “e sobretudo saber fazer” (BRASIL, 2017, p. 13). Neste sentido, não se trata de um preparo para a vida, mas de uma receita pronta que ao invés de cumprir o prometido, ou seja, capacitar o aluno para “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8), capacita-o apenas para o exercício de seu papel enquanto *homo oeconomicus*, pois mesmo com toda aparelhagem discursiva que sugere uma evolução positiva rumo à educação integral, na realidade produz a alienação política e cognitiva à medida que prepara o aluno meramente para o empreendimento de si na perspectiva do trabalho, para o exercício de uma cidadania ilusória e para a reafirmação da desigualdade.

O indivíduo assim formado está em oposição à lógica de Epicuro acerca da Παρασκευή (paraskheué). Conforme refletiu Foucault (2010c), a prática do cuidado de si representava para

o grego antigo e para o romano uma armadura que o protegia contra o mundo. Esse conceito de armadura foi empregado pelo autor como significando a Παρασκευή (paraskheué) ou o *instructio*, portanto, o preparo, a instrução. Seguindo essa mesma lógica, quem não pratica o cuidado de si, portanto, está desarmado, sem armadura, nu para enfrentar o mundo e suas variantes. Se está nu, se está desarmado, torna-se vulnerável às representações, à autoridade, aos discursos do mundo exterior. Sêneca chamaria esse indivíduo de *stultus*.

Referindo-nos particularmente àquele texto do começo do *De tranquillitate*, podemos dizer que o *stultus* é, antes do mais, aquele que está à mercê de todos os ventos, aberto ao mundo exterior, ou seja, aquele que deixa entrar no seu espírito todas as representações que o mundo exterior lhe pode oferecer. Ele aceita as representações sem as examinar, sem saber analisar o que elas representam (FOUCAULT, 2010c, p. 118).

Em português o *stultus* é o néscio, o estulto, o que não tem bom discernimento, o insensato. É, portanto, o indivíduo dotado de estupidez, o alienado. A despeito de ser dotado de suas faculdades mentais, de uma racionalidade, de uma amplitude cognitiva, de um potencial político, o *stultus* é guiado pela mão de outros, é, portanto, dócil, governado e governamentalizável, portanto, manipulado, facilmente convencido, pois encontra-se desarmado, nu, vulnerável à influência externa.

A proposta da BNCC de uma “receita pronta”, portanto, ensinar a saber e ensinar a saber fazer, corresponde à formação do *stultus*, e de fato, tudo indica que isso é o objetivo. O *stultus* pode ser governado, portanto, é o *stultus* que se torna útil e, portanto, necessário na lógica capitalista. O controle da vida ultrapassou os limites físicos e sanitários, como descrito no primeiro capítulo, e alcançou o ponto em que a complexidade da vida humana é reduzida a uma massa, a um exército de *stultus*, um bloco vivo.

3.5. Uma contraproposta à BNCC

Vivemos o contexto da sociedade do conhecimento em que informações transitam diante de nossos olhos em flashes, tweets, posts, stories, e assim há uma supervalorização de um ideal de educação, de um ideal de formação. Vivemos momentos em que conhecimentos surgem e desaparecem a cada instante, superados por novas fórmulas, novos dados, novas práticas e tal urgência inspira um processo de educação aparentemente interminável.

Haroldo de Resende (in RESENDE, 2018, p. 85) analisa que

Para o cosmopolita inacabado, como indivíduo em formação por toda a vida, sem que jamais chegue a um termo, sua aprendizagem é determinada de forma

vitalícia, estabelecendo um contínuo sem tréguas, o que o prende a mecanismos de formação intimamente ligados ao presente e que também, e de forma permanente, é projetado no futuro que não se desliga nunca desse presente.

Apesar desse contexto social de aparente preocupação com uma educação integral, com um processo contínuo de formação, de acordo com o que vimos partindo da análise de Foucault, há um gradativo aumento da alienação à medida em que se busca propagar um ilusório modelo (um padrão) de educação que capacita sem preparar, que habilita sem instruir, que forma, portanto, o *stultus*.

Tal conclusão representa não menos que uma caricatura irônica da realidade complexa que circunda os mecanismos do poder e as agências da biopolítica que nos cercam por todos os lados empregando sutis estratégias que permitam a governamentalidade. Todavia questionamos: é possível resistir?

Evidente que solucionar essa questão demanda esforços que ultrapassam nossas possibilidades, entretanto, a questão filosófica consiste na seguinte reflexão: há uma saída possível? Há um enfrentamento viável? Bem, se houver uma saída, se houver um enfrentamento, tal resposta só pode estar na escola, nessa mesma escola que forçosamente é conduzida rumo ao atendimento da proposta formadora do capital humano.

Em tempos em que o mercado demanda uma especialização cada vez maior, e há uma urgência por alcançar a sobrevivência a todo custo, pouco ou nenhum tempo sobra para o exercício fundamental de resistência. Alexandre Simão de Freitas (in RESENDE, 2018, p. 30) reflete que

[...] o campo pedagógico inflacionou a questão da educação como empreendimento-de-si e deflacionou a preocupação com o cuidado-de-si e com o cuidado-dos-outros. Nesse sentido, abrir nossas teorias filosóficas e pedagógicas para outras figuras e sujeitos da educação pode ser parte de uma crítica radical às artes neoliberais de governo, conspirando modos outros de formação do humano orientados por uma postura *diferinte*[...].

Portanto, à medida em que cresce a necessidade de se desenvolver um capital humano valioso, na mesma perspectiva de que ser empresário de si mesmo representa ser responsável por seu futuro, e ainda na mesma noção de que a necessidade de sobreviver, portanto, o *medo* de morrer de fome, retira a importância da arte de viver, retira a importância do cuidado de si e do cuidado dos outros. Nesses tempos guiados pela lógica do capital humano, o exercício da atividade racional é visto por muitos como uma empresa infrutífera, como um desperdício de

esforços. O *homo oeconomicus* não tem tempo para dedicar-se ao desenvolvimento de uma ética de si mesmo, quando essa questão é a que realmente importa.

Ao ser sobrecarregado pelo discurso da empresa-de-si (FREITAS, in RESENDE, 2018, p. 30), portanto, ao ser sobrecarregado com a necessidade de alcançar o sucesso, de constituir propriedade, de buscar a sobrevivência, a afirmação de sua existência, o indivíduo passa a ser um servo do que almeja; portanto, não se sente *αυταρκείς* (*autarkeís*), *contenti*, satisfeito consigo mesmo, mas dependente, vulnerável. E é vulnerável porque não se armou com a *Παρασκευή* (*paraskheué*), com a *instructio*, portanto, não se preparou, não empreendeu tempo na prática de si e por isso que está nu, desarmado, vulnerável, um *stultus*, uma massa viva guiada pela mão de outros, rumo ao incerto. Tornou-se submisso, dócil, docilizado, governado e governamentalizável.

Segundo Foucault (2010c) o que é desprezado por não corresponder à urgência da sobrevivência é justamente o fundamental, o indispensável para superar a governamentalidade. Nas palavras do autor:

[...] é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez essa seja uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão a relação de si para consigo. [...] Isso significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno dessas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética (FOUCAULT, 2010c, p. 225).

Portanto, se existe alguma forma de resistir à governamentalidade, se existe um modo de afrontar as relações de poder, se existe uma saída possível para a biorregulação, a resposta encontra-se no estabelecimento de uma questão política e de uma questão ética no âmbito particular, isto é, na prática de si para consigo mesmo.

Conforme já vimos, Epicuro criticou a *παιδεία* (*paidéia*) porque se tratava de “uma cultura de fanfarrões, elaborada meramente por fabricantes de verbo, cuja única meta é fazer-se admirar pelas massas” (FOUCAULT, 2010c, p. 214), propondo em seguida a *φιζιολογία* (*physiología*), que, diferente da *παιδεία* (*paidéia*) traz a *Παρασκευή* (*paraskheué*), o preparo.

Nesse mesmo sentido, e assim como fez Epicuro ao criticar a *παιδεία* (*paidéia*), alçamos uma bandeira de protesto e de crítica à BNCC, porque se trata de uma estratégia de biorregulação que segue o interesse do capital, isto é, um interesse que enxerga os sujeitos por

seu valor em potencial produtivo, por seu capital humano, fortalecendo assim o significado da biopolítica.

Em nosso momento histórico mais importante que transmitir capacidades é a necessidade do preparo da instrução que conscientiza, que possibilita a resistência, que viabiliza o enfrentamento e que torne real a liberdade.

Todavia, a lógica capitalista em que vivemos nunca permitiu um estilo de vida contemplativo, pois a necessidade de produzir e gerar capital nos coage a adequar nossa rotina ao trabalho e à produção somente, portanto, a tudo o que é útil para o capital e o que não obedece esta lógica tende a ser posto de lado. Assim, talvez não seja mais possível o desenvolvimento de uma τέχνη τοῦ βίου (tekhné tou bíou), isto é, de uma arte de viver, embora ainda seja necessária uma atividade de resistência e de enfrentamento.

Quero com isso dizer que, a partir de um certo momento, ele [o real, a verdade do sujeito] deixou de ser pensado para tornar-se conhecido, medido, dominado, graças a alguns instrumentos e objetivos que caracterizavam a tékhne, ou as diferentes técnicas. Pois bem, se a forma de objetividade própria ao pensamento ocidental constituiu-se quando, no declínio do pensamento, o mundo foi considerado e manipulado por uma tékhne, podemos então dizer mais. É que a forma da subjetividade própria ao pensamento ocidental, se interrogada naquilo que é, em seu próprio fundamento, constituiu-se por um movimento inverso: constituiu-se no dia em que o bíos, cessou de ser o que tinha sido por tanto tempo para o pensamento grego, a saber, o correlato de uma tékhne; quando o bíos [a vida] cessou de ser o correlato de uma tékhne para tornar-se a forma de uma prova de si (FOUCAULT, 2010c, p. 437).

Ora mas se nossa vida (βίος – Bíos) deixou de ser uma τέχνη (tekhné), portanto, se deixou de ser uma arte, é preciso então refletir se há possibilidade de resistência em meio à lógica capitalista que pelo exercício da biorregulação, do biopoder, coordena a vida humana no sentido de meramente aprimorar seu valor produtivo, sua utilidade para o mercado.

O cuidado de si, mesmo em circunstâncias tão extremas, pode ser visto como possível ponto de partida para a elaboração de um plano de resistência.

Nas palavras de Foucault (2010c, p. 436):

Creio que devemos compreender a ascese filosófica como uma certa maneira de constituir o sujeito de conhecimento verdadeiro como sujeito de ação reta. E, constituindo-nos ao mesmo tempo como sujeito de conhecimento verdadeiro e como sujeito de ação reta, situamo-nos em um mundo ou nos oferecemos como correlato de nós mesmos um mundo que é percebido, reconhecido e praticado como prova.

Na prática, a escola, através dos professores, pode desenvolver uma agência que se contraponha essa lógica que busca reafirmar a governamentalidade. Da mesma forma que a escola foi para os gregos um lugar de libertação, um lugar de preparo, um lugar de instrução, ela pode ainda retornar a este ponto desde que a prática pedagógica ultrapasse a barreira do essencial apresentada pela BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do que Foucault abordou ao longo de sua obra, principalmente no que diz respeito ao poder exercido em instituições dotadas de inquestionável relevância social, como a escola, somos defrontados com uma série de mecanismos, artimanhas e engrenagens que operam de acordo com o que têm determinado os titulares das ferramentas de poder, cuja aparência e evidência reside no representante do Estado. Portanto, todos esses mecanismos, uma vez postos em prática, colaborarão para a formação e a constituição de uma condição adequada, equilibrada, controlada de gerenciamento, de governança, a que o autor chama de governamentalidade.

Para que se exerça um poder a tal nível, necessário se faz a constituição de uma rede de saberes, pois conforme vimos, o poder descende do saber. Assim foi que durante diversas épocas da história humana se intensificaram os serviços (em geral) públicos direcionados à contabilidade, classificação e catalogação de um infinito de dados, de modo que o governante a tudo conhece e reveste-se de um saber universal sobre tudo e sobre todos. Por meio desse saber, outras medidas puderam ser tomadas.

De acordo com a história, a medicina foi uma das primeiras instituições a tomar parte desse processo de constituição de saberes à medida em que, fugindo da doença, portanto procurando sobreviver, procurava-se melhorar as condições sanitárias e de higiene do povo, além de identificar vulnerabilidades em meio a população e em seguida detectar melhorias estruturais que pudessem melhorar as condições sanitárias da cidade e assim afastar possíveis ameaças à saúde e à vida do povo.

A partir dos saberes acumulados durante este período em que a medicina atuou constituindo saberes, catalogando, quantificando e especificando a vida humana – período em que apesar de durar até o presente dia, pode ser destacado como por volta do século XVIII e XIX, diversas interferências puderam ser feitas na vida do povo, à medida em que se percebeu que além de evitar a doença, o conhecimento médico que ficara instituído também poderia contribuir para um aprimoramento da qualidade de vida e, conseqüentemente, nas condições dessa vida e de fatores indiretos como a expectativa de vida, a reprodução, a saúde em geral (no campo preventivo) e a produtividade geral. Portanto, se instituía uma espécie de controle sobre as vidas no sentido em controlar, expandir, modificar, regular as condições e a fluência dos processos naturais da vida.

Paralelamente a essa gradual gestão da vida humana que partia do campo biológico, as penalidades atribuídas aos crimes alteravam sua direção e finalidade, à medida em que deixavam de ser espetáculos sangrentos (suplícios em praça pública) para ocupar espaços mais reservados. O sofrimento abandonava o corpo do detento (no sentido em que desaparecia o suplício) e concentrava-se em dimensões mais subliminares, portanto, partia de uma organização estrutural (panóptico) para instituir um controle, uma vigilância, um monitoramento ininterrupto e minucioso. A disciplina assim atribuída, controlava o tempo e o espaço de modo a circundar completamente o corpo e a alma do detento. À medida em que a eficácia desse mecanismo se provou, estendeu-se o aparato disciplinar também à escola e a outras instituições que não vêm ao caso. Portanto, dentro dessas instituições havia se constituído uma rede minuciosa de controle e vigilância à qual todos estavam, de certa forma, atados; uma microfísica do poder.

Os avanços tecnológicos e a virada do pensamento humano no século das luzes contribuíram para a constituição de um modelo econômico direcionado à produção da riqueza, portanto, à acumulação de capital. A lógica liberal, por representar um modelo de pensamento que atendia as expectativas sociais daquele momento, recebeu uma calorosa recepção no mundo econômico, de modo que seu modelo econômico transformou o pensamento ocidental alterando o propósito de existência humano, direcionando-o ao capital, à propriedade, ao valor.

Este pensamento, aliado ao saber até então acumulado acerca da vida humana em suas mais diversas manifestações, sobretudo em seu campo biológico, possibilitou a ideia de que uma vida dotada de tamanha complexidade poderia representar um potencial lucrativo, à medida em que os limites da habilidade inventiva, produtiva e laborativa humana são inconcebíveis. Se há um potencial lucrativo na vida humana, então há também um capital humano, uma riqueza bruta, no interior de cada sujeito.

Assim, a vida humana começa a ser regulada, alterada, movida, segmentada, partida e minuciosamente aplicada, no sentido de melhorar seu valor. Neste momento, viver deixou de ser uma arte, e passou a ser uma produção. Os indivíduos foram transformados em objetos à disposição do mercado, portanto, deixaram de performar o papel de sujeitos das relações de poder, passando a ser objetos dessas relações, portanto, dependentes delas para – inclusive – sobreviver.

Paralelamente a esse processo de objetivação humana, vimos ser posto de lado a importância de um conceito fundamental aos pensadores antigos em cuja vida se pautava – basicamente – em anunciar: a complexidade da vida humana e sua relação autônoma para consigo mesmo e para com os outros. Enquanto há milênios Aristóteles reforçava a

indissociabilidade do caráter político que existe em cada um de nós, portanto, trata-se de uma dimensão intrínseca de nossa vida, a lógica instituída pela modernidade parece procurar cindir a vida humana de sua existência complexa em potencial, tornando os indivíduos cada vez mais semelhantes a máquinas, a objetos.

Essa dessubjetivação, sobretudo no ambiente escolar, se mostrou evidente à medida em que, sob a lógica do capital humano, procurou-se formar indivíduos para o mercado, portanto, nada mais importava que não fosse a constituição de saberes, conhecimentos e habilidades essenciais para a atividade produtiva. Conforme pudemos observar, de uma educação que era pautada na instrução e no preparo dos indivíduos para uma vida política e para o exercício de uma ética de si para consigo e de si para com os outros, o processo pedagógico atribuído à escola passou a buscar uma capacitação restrita para o mercado partindo de um conceito de formação que pouco ou nada havia preservado da instrução e do preparo que vemos historicamente na Grécia antiga.

Ao refletir a educação, sobretudo considerando o significado expresso pela παιδεία (paidéia) e pelo cuidado de si, nosso compromisso transcende a esfera da pesquisa científica à medida que compreendemos que o ambiente escolar interfere não somente em toda a organização social, como também – e principalmente – na formação humana. Ao lado da família, do meio social e da religião, a escola representa uma das principais instituições de poder cujo trabalho pode ser o único contato de muitos sujeitos com a oportunidade de uma reflexão, de uma possível resistência, de uma formação para a vida em suas diversas esferas.

Analisando tais proposições filosóficas em detrimento ao novo projeto educacional promovido pelo advento da BNCC, cujo evento representa somente mais um marco em meio a tantos outros momentos em que o poder vem sendo utilizado para interferir direta e progressivamente na vida humana, foi possível visualizar a agência biopolítica imbuída no documento uma vez que representa mais uma tentativa de cindir os indivíduos de suas complexas dimensões de vida, que para Aristóteles são indissociáveis do homem a sua vida do seu agir político, sendo o conceito de “político” para o grego antigo algo muito mais extenso e complexo que o que atualmente compreendemos.

Ao buscar cindir o indivíduo por diversos meios, a agência biopolítica desempenhada pelo mercado pretende objetivar os indivíduos, ou seja: torná-los meros objetos componentes das relações de poder. Nessa perspectiva, os indivíduos passam a ser vistos como ferramentas, como máquinas, e assim toda a complexidade de sua experiência viva é descartada vislumbrando-se um simples adestramento que se voltará meramente à formação orientada de determinadas competências.

Vimos ao longo da análise como essa estratégia busca se consolidar, sobretudo por meio do advento da BNCC que elege dez competências básicas como a principal diretriz do currículo da Educação Básica. Tal formação puramente voltada ao desenvolvimento de competências despreza uma formação mais profunda, uma formação que se atente ao cuidado de si, que além de educar para as diversas ciências, também se prepara o aluno para a vida em suas diversas e complexas dimensões.

À medida em que compreendemos a amplitude das agências do poder, e uma vez comparado ao que representa a escola no contexto de formação dos indivíduos somos confrontados com questões como: o que estamos procurando formar aplicando um modelo de educação que se pauta na formação de competências específicas? Que tipo de pessoas serão formadas sob tal perspectiva? Para quem estamos educando tais pessoas? Portanto a prática reflexiva nos impele a questionar os fundamentos da educação, sobretudo quando essa educação se propõe a ser integral e se compromete a propiciar a falácia da ascensão social para muitos.

Apesar do controle e da obrigatoriedade aplicados pela lei e pelo mercado, a escola, ainda hoje, se mostra um ambiente potencialmente resistente contra as diversas estratégias de controle, entretanto a busca pela eliminação de qualquer possível resistência tem contribuído para criar um aparato tecnológico de poder que parece não conter brechas, portanto, aparenta ser projetar uma estrutura completamente caótica. Por outro lado, a presente reflexão não se desenvolveu no sentido de se constituir como uma receita pronta para a superação de tal cenário. Antes, a questão filosófica do presente trabalho reside na abordagem crítica da BNCC analisando-a à luz dos estudos de Michel Foucault acerca da biopolítica, objetivando tão somente centralizar o foco na percepção das estratégias de objetivação contidas na BNCC e que buscam formar capitais humanos úteis e valiosos ao mercado capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARISTÓTELES. **Os Pensadores: A Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-15, Mar. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 nov. 2018.

BARBOSA, Jonnefer Francisco. Formas e Políticas da Vida. **Revista Kínesis**. Vol. 1, n.º 02, out. 2009, pág. 105-123. Disponível em: <<http://200.145.171.5/revistas/index.php/kinesis/article/view/4312>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2019. Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BURCH, Sally. Sociedade da informação / sociedade do conhecimento. **Desafios de palavras**. 2006. Disponível em: <<https://vecam.org/archives/article519.html>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CAETANO, Dhiogo José. **O Medo da Morte na Idade Média: uma visão coletiva do ocidente**. Belém: LiteraCidade, 2012.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Escritos sobre o sentido da escola: uma introdução**. In: COÊLHO, Ildeu Moreira. (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. 1ª Ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**. n. 4, pág. 143-157, 2010. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DIEZ, C.F. **Os bas-fonds da educação no Brasil colonial**. 2001, 288 f. Tese de Doutorado. UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba. História da Educação, Piracicaba.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. Foucault: do Poder Disciplinar ao Biopoder. **Revista Scientia**. v. 2, n. 3, p. 01-217, nov. 2013/jun. 2014. Disponível em: <http://www.faculdade.flucianofejiao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-

383, Apr. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **Microfísica do Poder**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. 40ª Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2012

_____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2017.

_____. **The Birth of Biopolitics**. New York: Ed. Picador, 2010b.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**: curso no College de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

FREITAS, Alexandre Simão de. **Virada geontológica e corpos em fluxos: educar para além do governo da vida e da não-vida**. In: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault: A arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018.

GILES, Deleuze. **Foucault**. 1ª Edição. 9ª Reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013

GUIMARÃES, Ged. **A interrogação do sistema do valor e do dinheiro: o sentido da formação**. In: PEIXOTO, Adão José. (Org.). **Ensaio de filosofia, educação e psicologia**. Curitiba: CRV, 2016.

HOMERO. **Ilíada**. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016

JAEGER, Werner. **Paidéia**. Trad. De Arthur M. Parreira. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85208/88047>>. Acesso em: 07 de nov. 2018.

MARROU, Henri-Iréné. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1975.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RESENDE, Haroldo de. **Educação por toda a Vida como estratégia de Biorregulação Neoliberal**. In: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault: A arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Como atuamos. Todos pela Educação. 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_392>. Acesso em 02 abr. 2020.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Trad. De Ísis B. da Fonseca. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.